



Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico
e Ensino Secundário

“Viagens na minha terra...”

Contributos para uma valorização do Património Industrial

Paula Cristina Oliveira Brandão

Orientadora: Professora Doutora Cláudia Ribeiro

Porto

2013

Resumo

Face à necessidade de se promover uma educação integral e integradora de cada aluno, no contexto de uma sociedade cada vez mais especializada, considerou-se pertinente concretizar uma estratégia de aprendizagem na qual os alunos assumem o papel principal. Entende-se, assim, que é função da escola procurar fomentar a integração de saberes, assim como, proporcionar o conhecimento da *História Local*, do *Património Histórico* e do *Património Industrial* da Comunidade Educativa.

Assim, este relatório apresenta uma breve reflexão que incide sobre os pensamentos /observações dos alunos relativamente à sua *História Local*, do *Património Histórico* e do *Património Industrial*, no sentido de compreender se estes consideram fundamental a valorização e preservação do seu Património.

O presente estudo de caso concretizou-se através da realização de uma visita de estudo, com alunos do 9.º ano de escolaridade da Escola Secundária Serafim Leite, aos *Circuitos pelo Património Industrial*, mais concretamente, aos parceiros *Viarco* e *Evereste*. Considerou-se, como estratégia fundamental, o modo como a valorização do Património e a Escola apresenta um papel importante nessa valorização.

Para a recolha e tratamento dos dados foram utilizados instrumentos e métodos de natureza diversa, tendo em vista a análise do desenvolvimento das aprendizagens e das opiniões expressas pelos alunos em relação à visita de estudo.

Palavras-chave: História Local; Património Industrial; Educação Histórica e Visita de Estudo.

Abstract

Given the need to promote a full and inclusive education of each student in the context of a society increasingly specialized, it was considered pertinent implement a strategy of learning in which students play the key role. It is understood, therefore, that is a function of the school seek to promote the integration of knowledge, as well as provide knowledge of Local History, Heritage and Historic Industrial Heritage Community Education.

Thus, this report presents a brief reflection that focuses on the thoughts / comments from students regarding their Local History, Heritage and Historic Industrial Heritage, in order to understand whether they consider essential value and preserve their heritage.

This case study manifests itself by conducting a study visit with students 9 the year of Escola Secundária Serafim Leite, to Circuits for Industrial Heritage, more specifically, to partners and Viarco and Evereste. It was considered as a key strategy, how the valuation of Heritage School and has an important role in this recovery.

For the collection and processing of data were used instruments and methods of different nature, with a view to analyzing the learning and development of the views expressed by students regarding the study visit.

Keywords: History Local; Industrial Heritage, History Education and Study Visit.

Agradecimentos

No culminar deste trabalho, considero fundamental agradecer às pessoas e instituições que me acompanharam neste percurso, pela sua colaboração, estímulo, motivação e empenho, para que o mesmo se tornasse realidade.

Em primeiro, quero agradecer ao meu *filho Guilherme*, pela compreensão do tempo que não pude usufruir com ele, em brincadeiras e conversas, apesar de tudo sempre teve uma palavra de incentivo ao seu estilo e todos os dias me presenteava com uma frase de motivação “*Mãe, está quase. Vais conseguir!*”.

À *minha família*, pela compreensão, que tiveram ao longo deste percurso, pelos conselhos valiosos, força dada, pela partilha de desabafos, pelo empenho e dedicação que sempre me ofereceram perante as minhas ansiedades. Acima de tudo pela demonstração constante de que acreditavam em mim e que, com Fé, tudo iria ser conseguido.

À *minha amiga Isabel Gomes*, pela força, carinho, amor, amizade, alegria e todo o apoio que me ofereceu nesta caminhada!

À *minha amiga Regina Cruz* que me acompanhou neste percurso, pela amizade, carinho, pela entreajuda que sempre nos acompanhou e que foi fundamental para a força com que finalizamos este caminho.

Aos *meus amigos*, Arlinda Cruz, Inês Pintado, Joana Cruz, Liliana Rocha, Sónia Tavares...obrigado por estarem sempre presentes, mesmo quando estava longe de vós, e, pela esperança que sempre depositaram em mim.

À *Professora Doutora Cláudia Ribeiro* pela forma profissional e humana que conduziu a orientação do presente trabalho, incentivando-me sempre. Obrigada por todos os momentos de aprendizagem e saber, sempre tão especiais e únicos, proporcionados ao longo da minha formação, acompanhados sempre com rigor científico, comentários construtivos e inestimável amizade.

A toda a *Comunidade Educativa da Escola Secundária Serafim Leite*, obrigado por terem tornado a realização deste estudo possível, pela força e apoio incondicional que sempre me deram. Aos professores e alunos que participaram no estudo, pelo interesse e diligência com que aderiram às propostas de atividade. À Direção da Escola Se-

cundária Serafim Leite, em nome da Dr.^a Irene Guimarães e sua equipa, pelo acolhimento a esta investigação.

À Câmara Municipal de São João da Madeira, mais precisamente ao *Welcome Center do Turismo Industrial*, em nome da Dr.^a Vanda Cardoso e da sua equipa, a gentileza e total disponibilidade prestada, na partilha de informação pertinente para a realização deste trabalho e na diligência das atividades educativas realizadas.

À instituição Faculdade de Letras da Universidade do Porto, um lugar muito especial para mim, contribuindo para a minha formação, ao longo dos anos.

A estas pessoas e instituições, muito obrigado!

Índice

Introdução.....	10
Parte I - Enquadramento Teórico.....	13
1.História Local.....	14
1.1. Conceito	15
1.2.Importância na sociedade e na escola	18
2.Património Histórico/ Património Industrial.....	22
2.1. Conceito	22
2.2. Valorização, reflexões e mudanças	28
3.Visita de Estudo	37
3.1. Conceito	37
3.2.Importância no processo de Ensino-Aprendizagem.....	40
3.3.Organização,realização e avaliação das visitas de estudo.....	44
Parte II – Estudo de Caso	48
1. Contexto.....	49
1.1.Caracterização da Comunidade Escolar e Meio envolvente	49
1.2. Caracterização das Turmas.....	53
2. A Escola: Enquadramento Legal	56
2.1. Projeto Educativo de Escola.....	57
2.2. Planos Anuais de Atividades.....	63
2.3. Análise comparativa no período de 2007/2013.....	65
2.4. Projeto Educativo Municipal.....	73
3.Objeto de Estudo.....	76
3.1. <i>Circuitos pelo Património Industrial</i>	76
3.2. Propostas do Programa de História	90
3.3. Visita de Estudo	92
4. Apresentação e Análise de Dados.....	104
4.1. Instrumentos de recolha de dados	104
4.2. Análise de Dados.....	105
Considerações Finais	114
Referências Bibliográficas.....	118

Sitografia	123
Anexos Digitais em CD	124

Índice de Quadros

Quadro 1 – Parceiros dos <i>Circuitos pelo Património Industrial</i>	79
Quadro 2 – Tabela de preços dos <i>Circuitos pelo Património Industrial</i>	87

Índice de Imagens

Imagem 1 – Website “ <i>Turismo Industrial</i> ”	32
Imagem 2 – Website “The Other Side Tourism Company”.	34
Imagem 3 – <i>Circuitos pelo Património Industrial</i> na Bolsa de Turismo de Lisboa.	35
Imagem 4 – Aspeto do <i>atelier</i> na iniciativa “A Cidade no Jardim”.	35
Imagem 5 – <i>Outdoor</i> de divulgação dos <i>Circuitos pelo Património Industrial</i>	77
Imagem 6 – Empresa Industrial de Chapelaria, Lda.	80
Imagem 7 – <i>Viarco</i> , em plena laboração.	81
Imagem 8 – <i>Viarco</i> , Circuito pelo <i>Património Industrial</i>	82
Imagem 9 – Notícia do Jornal Público de 16 de agosto de 2013.....	86
Imagem 10 – Notícia do Jornal de Notícias de 09 de setembro de 2013	89
Imagem 11 – Expositores da <i>Viarco</i>	101
Imagem 12 – Visita ao parceiro <i>Evereste</i>	101

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Número de Turmas do Ensino Diurno, por ano letivo.	59
Gráfico 2 – Número de Turmas do Ensino Diurno, por ano letivo.	62
Gráfico 3 – Visitas de Estudo realizadas segundo o ano letivo.	71

Gráfico 4 – Visitas de Estudo concelhias, nacionais e internacionais.....	71
Gráfico 5 – Visitas de Estudo aprovadas e realizadas, segundo o espaço geográfico....	72
Gráfico 6 – Visitas aos <i>Circuitos pelo Património Industrial</i> , no período.....	85
Gráfico 7 – Perfil dos Visitantes aos <i>Circuitos pelo Património Industrial</i>	87
Gráfico 8 – Autoavaliação do comportamento dos alunos durante a visita de estudo.	105
Gráfico 9 – Avaliação da aprendizagem segundo os alunos.	106
Gráfico 10 – Avaliação da Visita de Estudo por parte dos alunos.	107
Gráfico 11 – “Já conhecias os locais que visitaste?”	109
Gráfico 12 – “Tens conhecimento que os locais que visitaste fazem parte do Património Industrial do concelho?.....	109
Gráfico 13 – “Consideras importante a preservação do Património Industrial?.....	110
Gráfico 14 – “Os locais visitados fazem parte dos Circuitos pelo Património Industrial. Tinhas conhecimento?.....	111
Gráfico 15 – “Consideras importante a divulgação destes Circuitos pelo Património Industrial pela escola através da realização de visitas de estudo?.....	112

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.”

Paulo Freire

Introdução

A *História Local* e a sua importância para a Comunidade Educativa apresentam-se como a temática central deste estudo, no qual a valorização do *Património Histórico* e Industrial ocupa uma posição de relevo.

Este interesse surgiu durante o meu percurso profissional, que se iniciou há alguns anos, como docente de Geografia. A percepção da valorização do meio envolvente evoluiu ao longo deste percurso, no qual foram assinaladas lacunas, e a inexistência dessa valorização pela Comunidade Educativa. Existe aqui a concepção de que tudo o que faz parte do espaço geográfico de uma Comunidade Educativa é por todos conhecidos, não havendo a necessidade de se dar a conhecer, de explorar.

Essa carência de valorização pelo meio envolvente é detetada aquando da preparação de atividades para serem realizadas ao longo do ano letivo, através do *Plano Anual de Atividades*, em que na sua grande maioria são valorizadas as atividades exteriores ao meio envolvente da escola. A coordenação/inter-relação dos documentos legais que fazem parte de uma escola é, muitas vezes, colocada à margem desta realidade.

Durante a minha experiência como estagiária de História, essa percepção de desinteresse pelo que é “nosso” reforçou a reflexão feita ao longo do meu percurso profissional. Desta forma, e tendo em conta a realidade envolvente à escola pareceu-me importante demonstrar de que forma cada área geográfica apresenta um conjunto de potencialidades, sem que os custos subjacentes sejam considerados entrave na concepção de atividades que são fundamentais para o processo de ensino-aprendizagem.

É importante referir que este estudo pretende contribuir para uma Escola onde a aprendizagem será mais facilitada, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos, o aperfeiçoamento do espírito crítico, da valorização da *História Local*, do *Património Histórico*. Esta situação verifica-se pois a escola não se destina apenas à assimilação de conhecimentos, mas igualmente ao desenvolvimento de atitudes e valores indispensáveis para a vida em sociedade.

Assim, o presente estudo permitiu refletir sobre os recursos que exuberam no meio envolvente às escolas, proferir juízos sobre os mesmos e facilitar a integração dos mesmos nas Comunidades Educativas, para que o processo de ensino-aprendizagem seja mais abrangente, diversificado e, por conseguinte, mais positivo.

Por outro lado, uma vez que a experiência de integração de saberes levada a cabo é concretizada através de uma visita de estudo, refletimos sobre as potencialidades e limitações pedagógico-didáticas desta estratégia de ensino/aprendizagem.

Assim, o presente estudo estrutura-se em duas partes. A primeira parte centra-se no enquadramento teórico da investigação, na qual se pretende clarificar noções de *História Local*, *Património Histórico*, *Património Industrial* e *Visita de Estudo*.

De forma a facilitar essa elucidação, sobre os conceitos teóricos, este estudo centrou-se em autores Maria Helena Pinto, António Almeida, Isabel Barca, Jörn Rüsen, José Fagundes, José Lopes Cordeiro, Vanda Cardoso, entre outros.

A segunda parte deste estudo refere-se ao Estudo de Caso, onde consta uma breve caracterização do contexto escolar, assim como da amostra que permitiu este estudo; uma interpretação de documentos legais de escola, onde se averigua a análise comparativa dos Projetos Educativos de Escola, dos Planos Anuais de Atividades e a importância do Plano Educativo Municipal; o objeto de estudo os *Circuitos pelo Património Industrial*; as propostas de atividades do programa de História relativamente ao 9.º ano; e os procedimentos metodológicos utilizados, assim como, a apresentação e análise de resultados.

Assim para responder aos objetivos supramencionados foram definidas as seguintes questões orientadoras:

- Existe uma valorização do *Património Histórico/Industrial* por parte da Escola?
- Os alunos conhecem o *Património Local/Património Industrial* da realidade onde vivem?
- As entidades municipais divulgam junto das escolas o *Património Local*?

Por fim, nas considerações finais tecem-se algumas reflexões sobre a valorização da *História Local* e do Património, mais precisamente dos *Circuitos pelo Património Industrial*, pela Comunidade Educativa. Através da visita de estudo conciliou-se o saber histórico, o desenvolvimento de consciência histórica e a valorização do património

pelos alunos. Aferindo-se as potencialidades do estudo e a pertinência de continuidade será importante contribuir para uma maior consolidação deste estudo.

Parte I - Enquadramento Teórico

1. História Local

“Há verdades que são gravadas nas memórias das pessoas mais velhas e em mais nenhum lugar, eventos do passado que só eles podem explicar-nos, vistas assumidas que só eles podem lembrar”.

Samuel, 1990, p.230

A dinâmica da História encontra na sua capacidade de versatilidade a denominação de ciência não estática. O tempo histórico em que se encontra o historiador é fundamental na elaboração historiográfica.

Durante muito tempo, a história de vida (normalmente transmitida pela oralidade), os testemunhos de pessoas que vivenciaram algum tempo histórico específico foi banida dos debates teóricos, dando a atender que a sua importância a nível científico era insignificante.

A memória, como propriedade de conservar certas informações, encaminha-nos primeiramente a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o ser humano pode atualizar impressões ou informações passadas ou que ele representa como passadas. Tal como os indivíduos, cada comunidade tem um passado e uma memória.

Atualmente, a memória tem contribuído largamente para a História pois apresenta-se como uma forma de guardar informações, temporariamente ou definitivamente, e de recorrer a essas memórias passadas sempre que se pretender. A memória diz respeito à apreensão de acontecimentos quer seja através da vivência, ou por contacto com outros que vivenciaram tais factos.

A memória funciona como um elemento de ligação do passado com o presente e se transmitida oralmente ou por escrito, pode permanecer no futuro ou ser ignorado. Segundo Le Goff, a “memória em grande medida subsidia a história dando noções importantes para a formação de um tempo histórico quando adquirimos as noções de continuidade/ruturas/permanência/mudanças, além da noção de duração dos acontecimentos históricos” (citado por Silva, 2009, p. 25).

A memória torna-se um elemento de extrema importância para a definição, (re) conhecimento da identidade de indivíduos ou sociedades nos dias de hoje.

A nova concepção da *História Local* privilegia a memória que é interpretada a partir da incorporação de outros elementos como o traçado das ruas, as disposições das praças, a toponímia local, o vestuário dos moradores, as brincadeiras e lazeres, as relações de trabalho... enfim, as mais diversas manifestações culturais.

1.1. Conceito

A preocupação com o micro é um assunto frequente entre os historiadores da atualidade, seja para transmiti-lo (Levi, 1992; Revel, 1998), seja para criticá-lo (Dosse, 1992).

O local é, segundo Alain Bourdin (2001, citado por Fagundes, 2006, p.87), um lugar de sociabilidade marcado pela proximidade, muitas vezes, associado ao conceito de comunidade. Desta forma, o conceito de *local* encontra-se associado à produção de uma consciência histórica¹.

A *História Local* faculta a recuperação de elementos como a “tríade história-memória-identidade, identificando a chave da compreensão e de deslocamento da escala de noção com categoria privilegiada das produções historiográficas acadêmicas e didática. (...) permitindo uma reflexão sobre o local, unidade próxima e contígua, historicizando e a problematizar o sentido das suas identidade relacionando-se com o mundo de forma crítica, mudando, ou não, como sujeitos, a vida própria (Gonçalves, 2007, pp. 180-182).

Existe uma multiplicidade de pontos de vista em torno do que possa vir a ser essa forma de conceber história. Uma das dificuldades em defini-la consiste, como afirma Samuel (1990, p.227), na ideia de se conceber “ (...) o local como uma entidade distinta e separada, que pode ser estudada como um conjunto cultural”.

¹Para Jörn Rüsen, o conceito de consciência histórica relaciona-se com a necessidade de temporal do ser humano e distingue-se de uma resposta de senso comum, às exigências práticas baseadas exclusivamente em sentidos de identidade (Rüsen, 2001, p. 194). Segundo Isabel Barca, a consciência histórica entende-se como uma atitude de orientação de cada pessoa no seu tempo sustentado pelo conhecimento da História (Barca, 2007, p.115).

Nessa tendência de dar importância às questões que tocam mais diretamente os indivíduos, o *local*, enquanto espaço de sociabilidade e interação entre as pessoas que partilham os mesmos problemas cujas soluções dependem de suas ações, ganha destaque cada vez maior.

A abordagem do *local* enquanto objeto de estudo, seja no aspecto conceptual, seja no que diz respeito aos contornos territoriais, assume, na atualidade grande complexidade.

O *local* é o espaço, com uma abrangência geograficamente restrita. Os laços sociais e de parentesco dos seus habitantes mantêm-se enraizados e a existência de sociabilidade entre eles, facilitada pela interação com todos, é um marco que vincula o gosto de viver e conviver em sociedade. Ou seja, um local cujos limites espaciais não ultrapassariam os territórios de pequenos municípios, cidades ou de uma região, entendida aqui como um conjunto constituído por pequenos municípios.

Para Bourdin (2001, citado por Fagundes, 2006, p.87), o *local*, como objeto de estudo, oferece novas perspectivas de análise ao ensino, quando confrontado com outras escalas mais amplas de observação. A sua especificidade consistiria em permitir dialogar, questionar e até resistir ou transmitir, se for o caso, o atual processo de mundialização.

Um novo olhar sobre o *local* tem levado a refletir sobre diferentes formas de escrita e de ensino da *História Local*. Inicialmente, a nova *História Local* associava-se à questão regional. A história regional e local apresentam-se como complementares à história nacional, só interessando à historiografia institucional, enquanto formas de reafirmação da História em geral, ou seja, da história nacional.

A nova forma de conceber a *História Local* tem interessado, tanto como objeto de estudo, quanto conteúdo de ensino, devido às contribuições das novas gerações de historiadores que ocupam o panorama historiográfico, principalmente a partir dos anos 70.

Segundo Marc Ferro (1989, citado por Fagundes, 2006, p.91), a *História Local* está metodologicamente integrada sob vários aspectos, a contextos e espaços mais amplos. Presencia-se a uma reviravolta em que, mesmo sem abrir mão dos fenómenos gerais, a História torna-se cada vez mais temática. A história geral elimina diversos aspectos da vida das sociedades, entre os quais estão os acontecimentos locais. Para Marc

Ferro (1989, citado por Fagundes, 2006, p.91), a *História Local* encontra-se no mesmo patamar que a micro-História.

Desta forma, a *História Local* passou a ser encarada como algo sem muita importância que se dá fora da História geral, no entanto, a situação muda a partir da inversão de perspectiva em que a *História Local* aparece como reveladora para a história geral.

Segundo Samuel (1990, p. 220), “a *História Local* requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado ao alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado”.

A *História Local*, pelas suas especificidades – os tipos de fontes, contacto com o vivido e muitas outras vezes os autores dos documentos, as dificuldades de acesso às fontes oficiais – requer ferramentas de natureza teórico-metodológicas singulares.

Assim sendo, a sua abordagem pressupõe: a presença da História em todos os lugares; a integração dos lugares a outros espaços e contextos; a inclusão de novos problemas e novos objetos, na investigação histórica, bem como a ampliação/ diversificação dos sujeitos e das fontes históricas; a aproximação afetiva e física dos indivíduos com o objeto de estudo como um dos fatores motivadores para a produção e divulgação do conhecimento; o apego à localidade como uma condição motivadora para a aprendizagem; o local como um lugar de experiências e observação privilegiada do sentir-se “sujeito” da História.

A existência e o uso das fontes históricas (o relato oral, os traçados das ruas, os diários pessoais, a diversidade de documentos familiares, os instrumentos de trabalhos, entre outros) dão visibilidade, tanto à versão escrita, como à ensinada da *História Local*.

Os interesses da *História Local*, que surgem da renovação historiográfica das últimas décadas, voltam-se para uma abordagem social que procura reconstituir as condições de vida dos diversos grupos num determinado período histórico, analisando os aspetos de produção material, estruturação social ou de mentalidades, para uma abordagem demográfica que privilegia a história da família, para uma nova história política interessada no papel das elites locais na distribuição do poder (Manique; Proença, 1994, citado por Fagundes, 2006, p.142).

A importância da *História Local* deve-se ao facto de utilizar metodologias novas que reclamam a inclusão de novos problemas e novos objetos de estudo, com uma gama

diversificada de fontes históricas, assim como, contribui para melhor situar o aluno no seu tempo e espaço.

Na *História Local*, os arquivos locais, municipais, paroquiais, fiscais e notariais são de extrema importância. Além dos arquivos, o *Patrimônio Histórico* local passa a ser um importante recurso para o ensino e para a pesquisa da história.

A nova perspectiva acena, metodologicamente, com a possibilidade de diálogo entre diferentes níveis de observação. A *História Local* não se contrapõe à geral, nem à nacional, reconhece; no entanto, que a mudança da escala de observação produz diferentes efeitos de conhecimento.

A *História Local* é uma estratégia de ensino que permite introduzir conteúdos, levando o aluno a compreender a história da sua localidade, desenvolvendo nele um sentimento de pertença. Esta, como método de abordagem histórica, consiste em mostrar as particularidades do lugar, bem como, os pontos de concordância com a realidade de outros lugares.

A *História Local* poderá/deverá ser (re) pensada em função das necessidades e perguntas feitas pelos próprios agentes escolares. Um ensino inovador que tenderá a romper tanto com limites do *local*, reducionista, quanto com visões globalistas, que menosprezam as particularidades locais.

Essa forma de conceber e fazer *História Local* permite, no ambiente escolar, uma relação contínua entre os sujeitos e o objeto de estudo, uma vez que esses sujeitos, aluno e professor, fazem parte de uma Comunidade Educativa e das múltiplas relações adquiridas, o que facilita no reconhecimento das particulares do processo histórico local e permite a percepção da heterogeneidade cultural existente.

1.2. Importância na sociedade e na escola

Nos últimos tempos, a Escola tem sido alvo dos mais significantes investimentos, quer estejamos a referir-nos a nível da formação, quer ao nível dos recursos físicos e materiais. Cada vez mais, esta é considerada espaço privilegiado de interações sociais, onde a educação para as atitudes e valores adquirem maior importância.

A Escola deve, assim, promover experiências que visem não só a autonomia, a cooperação, a criatividade, a troca de saberes, o espírito crítico dos alunos sendo relevante para o efeito, mas também a observação e a análise do meio numa reconciliação com o território municipal, onde a relação Escola/Meio tem um papel de relevo.

A incorporação no processo de ensino-aprendizagem do quotidiano do aluno e da sociedade, na qual se insere, tem sido uma atitude relevante na procura por novos caminhos. Para isso, torna-se necessária a inclusão de novas fontes históricas e de novos objetos de estudo.

O *local*, elevado à condição de objeto de estudo, oferece novas perspetivas ao ensino da História, possibilitando um diálogo, de igual para igual, com outras formas de estudo, além de permitir o surgimento de novas especificidades e particularidades, próprias de cada lugar. Há necessidade de repensar o trabalho docente, principalmente no que diz respeito aos que lidam com o ensino básico pois os trabalhos dos mesmos em uma perspetiva inovadora de inclusão do *local*, ainda se restringem a um número reduzido.

Os elementos da história de um pequeno lugar também poderão tornar-se conteúdos significativos para professores e alunos, inculcados da tarefa de interpretar o mundo no qual vivem e interagem.

As temáticas locais poderão vir a constituir conteúdos importantes para o processo de ensino-aprendizagem, devendo ser tomadas como ponto de partida para o estabelecimento de relações mais amplas.

A aproximação afetiva e física com o objeto de estudo pode vir a ser utilizada didaticamente como fator motivador para a produção de conhecimento, embora com a salvaguarda de que esse ensino pode contribuir para o rompimento das visões localistas (local de forma isolada) e globalistas (aspetos gerais).

É cada vez mais frequente, entre os docentes e os estabelecimentos de ensino, a preocupação com o que chamamos de *História Local*. Pois, a *História Local* tem importância, para o aluno e para a sociedade, conhecer e aprender a valorizar o *Património Histórico* da sua localidade. Esta preocupação é cada vez mais pertinente, nos dias de hoje. Trabalhar com a *História Local* dá-nos acesso a todo um processo de investigação, que se encontra mais facilitado, pelas realidades quotidianas.

O uso da *História Local*, no ensino da História, segundo Schmidt e Cainelli (2004, p.112), pode ser usado como estratégia de aprendizagem. A estratégia pedagógica do ensino da História é visto como “elemento constitutivo da transposição didática do saber histórico para o saber histórico escolar”. A *História Local* “contribui para uma compreensão múltipla da História, pelo menos em dois sentidos, na possibilidade de ver mais um eixo histórico, e na possibilidade da análise de micro-histórias, pertencentes a alguma história que as englobe e, ao mesmo tempo, reconheça suas particularidades (Schmidt; Cainelli, 2004, p.113).

Tal como refere, Schmidt e Cainelli (2004, p.112), com a *História Local* é possível produzir a inserção do aluno na comunidade da qual ele faz parte; criar a própria historicidade e produzir a identificação de si mesmo e também de tudo o que o envolve, dentro da História, levando-o a compreender como se constitui e se desenvolve a sua historicidade em relação aos demais.

A inserção de elementos da *História Local*, nos conteúdos a serem trabalhados no ensino, exige o domínio de métodos e técnicas que orientem a exploração das fontes disponíveis, e uma abordagem de temas que docentes e alunos considerem relevantes nas suas atividades. A *História Local* consiste numa estratégia de ensino que serve para introduzir conteúdos, que permitam o aluno desenvolver a consciência histórica, pois este consegue perceber a história da sua localidade.

A experiência educativa permitirá perceber o sentido de pertença dos alunos em relação ao *local*, isto é, o lugar onde vivem. As ideias históricas dos alunos são marcadas pelas suas experiências de vida e pelos meios de comunicação, e revelam-se conhecimentos em processo de constante mutação.

Desta forma, a *História Local* pode, também, facilitar a construção da problematização; a apreensão de várias histórias lidas a partir de distintos sujeitos históricos das histórias silenciadas, histórias que não tiveram acesso à História.

A *História Local* coloca-se como instrumento que possibilita às pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem agirem de forma interativa no meio a que pertencem, pois os conteúdos da *História Local* poderão ser significativos para os alunos e docentes, na medida em que sendo selecionados em função das suas próprias escolhas e estratégias pedagógicas possam estabelecer as articulações, de afinidade ou

não, com outras dimensões temporais e espaciais, necessárias à interpretações das questões, com os quais estejam envolvidos.

É imprescindível para o aluno relacionar as problemáticas que são recorrentes na sua localidade e comparável com outras localidades para daí compreender as relações interpessoais nos diversos tempos e espaços históricos. Um aluno que tem a consciência do seu papel junto à localidade onde mora, sabe os seus direitos e deveres, reconhece que é fruto de uma atividade política.

O debate em torno da concepção e produção do conhecimento contemporâneo, começa a fazer-se presente nas escolas, através de propostas curriculares presentes nos manuais escolares ou pela iniciativa dos próprios professores.

2. Património Histórico/ Património Industrial

Nas últimas décadas verificou-se um interesse crescente pelo *Património* e respetiva preservação, como herança dos nossos antepassados, tanto do ponto de vista histórico, como económico, cultural e social. Para além de atual, tem suscitado o interesse de diferentes agentes da sociedade na procura de respostas para os problemas da sociedade contemporânea.

De um modo geral, o espaço português tornou-se, nas últimas décadas, muito mais permeável às intervenções exógenas de ordem económica, social e cultural e, por isso, encontra-se em constante e rápida mutação.

Assim, é pertinente pensar e questionar os meios mais adequados de revitalização de fatores que possam permitir a revitalização das dinâmicas socioeconómicas das localidades e, conseqüentemente, a criação de oportunidades de vida para a população que, no atual contexto, precisa de se ausentar destes espaços para sobreviver. O reforço de uma identidade, histórica e cultural, afirma-se como uma das vias possíveis para atingir esse objetivo.

Perante este panorama pretende-se compreender de que forma o *Património* pode ser fonte de desenvolvimento sustentável. Entende-se que, nos tempos modernos, há uma visão do *Património* entendida não só como caracterizadora e identitária de um povo, mas também como fonte de oportunidades diversificadas e produtivas do ponto de vista social e económico.

2.1. Conceito

O território eleva o *Património* à condição não só de testemunho, mas também de objeto que deve ser observado, analisado, apropriado para melhor defender e preservar.

O *Património* tem sido nomeado, quer pela União Europeia, quer pelos poderes nacionais e locais, como uma área privilegiada de intervenção. Esta dimensão encon-

tra-se bem vincada nos Quadros Comunitários de Apoio² e naturalmente no número de projetos de requalificação e promoção do *Património* implementados pelos atores locais³, com o objetivo de dinamizar económica e socialmente a comunidade em que são inseridos.

Entender o *Património* nas suas diferentes manifestações pode contribuir para o desenvolvimento dos espaços, numa tentativa de perceber os principais beneficiários das estratégias nacionais e comunitárias e as formas de implementação dessas estratégias. Pretende-se, sobretudo, compreender de que forma as tradições e culturas do passado podem contribuir e beneficiar o presente, valorizando o meio, partindo da realidade histórica e cultural, potenciadora desse desenvolvimento.

A noção de *Património* foi sofrendo leituras diferentes e foi adquirindo, ao longo do tempo, uma maior abrangência. Na verdade, associando-se, nas suas origens, às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, o termo *Património* sofreu uma transformação semântica que originou significados diversos.

Entendendo, assim, o *Património* como a integração de bens materiais e de traços imateriais considerados definidores da História, da Memória e da Identidade de um determinado grupo sociocultural e integrante da cultura desse mesmo grupo, pode-se compreender a importância que a classificação, a proteção e a conservação dos bens culturais têm assumido na vida social contemporânea.

A UNESCO⁴, desde a sua fundação, dedica boa parte do seu tempo a promover uma ampla discussão sobre definições e ações de proteção ao *Património* cultural e natural de todas as nações. A definição do termo *Património*, tal como adotada em diferentes textos oficiais, é ampla pois inclui monumentos históricos, conjuntos urbanos, locais sagrados, obras de arte, parques naturais, paisagens modificadas pelo homem,

² Quadro Comunitário de Apoio III – Programa Operacional da Cultura – 2000 – 2006. *Valorização do Património Histórico e Cultural, Eixo Prioritário I*, pp. 27 – 33.

³ As “Jornadas Europeias do Património” implementadas pelo IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico são um exemplo de projetos dinamizados para sensibilizar a população local. De referir que são iniciativas ladeadas pelo Conselho da Europa e pela União Europeia.

⁴ A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi fundada a 16 de Novembro de 1945, com o objetivo de contribuir para a paz e a segurança no Mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações. As atividades culturais procuram a salvaguarda do património cultural mediante o estímulo da criação e da criatividade e da preservação das entidades culturais e tradições orais, assim como a promoção dos livros e da leitura.

ecossistemas e diversidade biológica, tesouros subaquáticos, objetos pré-históricos, peças arquitetônicas e tradições orais e imateriais da cultura popular.

É importante delinear o nosso conceito, tendo em conta que o *Património* regista e exprime um longo processo do desenvolvimento histórico, formando a essência das diversas identidades nacionais, regionais, indígenas e locais, e é uma parte integrante da vida moderna.

Património inclui, pois, tanto o ambiente natural, como o ambiente cultural. Abrange paisagens, locais históricos, sítios e ambientes construídos, bem como a biodiversidade, coleções, práticas culturais passadas e continuadas, conhecimentos e experiências vividas (ICOMOS⁵, 1999, p 1), tudo o que define a identidade cultural de um povo. O *Património* é interpretado como uma mais-valia para o enriquecimento das sociedades e das suas formas de pensar e ver o mundo. Deste modo, é evidente que a noção de *Património* continua em constante alteração, como fruto da mudança de mentalidades e das formas de vida do Homem das sociedades futuras.

Património é, sem dúvida, um legado de gerações, uma herança individual ou coletiva que tanto pode ser entendida como um legado específico, constituído por um conjunto de bens que nos foi entregue pelos nossos antepassados, como aquele que se entrega aos nossos vindouros. Este sentido de transmissão e ligação entre gerações é o denominador comum para a responsabilidade de todos na salvaguarda e proteção do *Património*. Por isso, falar de *Património* é também falar de reconhecimento público que faz parte de uma identidade coletiva e que deve ser valorizado e defendido como merecedor do reconhecimento da comunidade e das instituições.

Segundo Susana Teles (2009, p. 254), o *Património* abrange um vasto potencial de oportunidades uma vez que envolve um conjunto de elementos locais diversifica-

⁵O Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS) é uma organização não-governamental internacional dedicada à conservação, proteção e valorização dos monumentos, conjuntos e lugares de todo o mundo. Foi fundado em 1965, em Varsóvia, na sequência do 2.º Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em 1964, em Veneza, durante o qual foi elaborada a Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, a “Carta de Veneza”, que é o documento fundamental do ICOMOS. Tem sede em Paris e congrega atualmente cerca de 6600 membros agrupados em mais de 90 comissões nacionais.

O ICOMOS é o principal consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em matéria de conservação e proteção do património.

dos: desde o patrimônio ambiental, arquitetônico e arqueológico (monumentos, casas senhoriais, palácios, igrejas), até ao *Patrimônio Cultural* visível nos traços de culturas enraizadas no passado.

Inicialmente, a categoria do *Patrimônio* que mereceu maior atenção foi a que se relaciona mais diretamente com a vida de todos: o *Patrimônio Histórico*. Rapidamente, deu-se a passagem da noção de *Patrimônio Histórico* para a de *Patrimônio Cultural*, de tal modo que a noção do *Patrimônio* foi-se projetando até uma nova perspectiva mais ampla que abarcou o “cultural”, incorporando no “histórico” as dimensões testemunhais do cotidiano e os feitos não-tangíveis (Bo, 2003, p.16). Por esta via, a noção de *Patrimônio* associa-se à ideia de identidade cultural de um povo, de uma civilização e, portanto, torna-se mais ampla nos princípios em que se define.

A expressão *Patrimônio Histórico* passou, então, a designar um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade e entendia-se ser constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado. Desta forma, o *Patrimônio* torna-se revelador do estado da sociedade e das questões que nela existem (Choay, 1990).

O *Patrimônio Histórico*, enquanto fonte histórica, é capaz de fornecer informações do passado das sociedades através das representações da memória coletiva, desenvolvendo a formação do pensamento histórico. No processo de formação da consciência histórica são consideradas as experiências vividas em relação à cultura e ao cotidiano, onde o *Patrimônio Histórico* está presente ou indiretamente relativizado nas experiências e vivências culturais. No que se refere ao *Patrimônio Cultural*, este é visto não só como um valor em si, mas também como um recurso de desenvolvimento econômico e social, com respeito pela dignidade da pessoa humana.

O *Patrimônio Cultural* é um ponto no qual convergem a memória, a herança e a criação e, por isso, um fator dinamizador de uma cidadania participada. Daí ser fundamental o conhecimento efetivo e crítico das comunidades sobre o *Patrimônio*. Só assim será possível preservar, de forma sustentável, esses bens, como fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

Assim, a valorização do *Patrimônio Cultural* dependerá necessariamente do seu conhecimento e a sua preservação, do sentimento de pertença e respeito pela nossa própria identidade.

Segundo, Pinto (2002, p. 1), “o Património, material e intangível, é imprescindível como fonte histórica para interpretar e compreender o passado, constituindo as atividades de defesa do património, formas de valorização cultural, de preservação e de partilha de identidades”.

Desta forma, o meio local, essencialmente o espaço urbano e os bens culturais de uma comunidade, constitui uma fonte de elevado valor para uma ponderação e debate em torno da relação existente entre a Memória, Identidade e História, assim como a construção de sentidos de pertença.

O Património Imaterial ou Intangível, segundo Evandro Nascimento (2011, p. 3) “pode ser compreendido como um conjunto de bens culturais simbólicos. Tais bens compõem a cultura tradicional, em relação à memória coletiva e ao estabelecimento de identidades culturais, seja ela de carácter nacional, regional, local ou até mesmo relativo a grupos étnicos”.

O Património Imaterial surge como alternativa para incrementar a compreensão histórica, aproximando o passado histórico com a comunidade local. As práticas, ações, manifestações e saberes culturais, como bens patrimoniais, são capazes de proporcionar sentido à vida prática desenvolvendo identidades culturais. O Património Imaterial Local é fundamental quando inserido em uma perspetiva de educação histórica.

Quando se aborda o conceito de Património Imaterial, de forma intrínseca, atinge-se as diversas formas de preservar a imaterialidade dos bens patrimoniais “pois, de fato, mais ainda do que qualquer outro, o património imaterial nasce, vive e morre” (Lévi-Strauss, 2006, p.81), tornando assim fundamental a sua proteção. Esta preservação da imaterialidade está ligada à passagem de bens entre gerações, a transmissão de geração em geração dos modos de fazer, das memórias, celebrações e manifestações.

Após a realização da *Convenção Internacional para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial* (Unesco), o Património Cultural Imaterial é reconhecido, quer à escala da Comunidade Local, quer à escala da Comunidade Industrial, pois este é uma importante fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável. Pretende-se, assim, a participação ativa das comunidades no processo de registo do Património Cultural Imaterial.

O *Património Industrial* surge desde que existe o próprio homem num sentido lato, tal como refere Mendes (2006, citado por Vanda Cardoso, p.38) pois desde há muitos milénios que este transforma as matérias-primas.

A primeira metade do século XX é considerada a pré-história da valorização do *Património Industrial*, pois só após a II Guerra Mundial foram lançadas as bases da arqueologia industrial e a valorização do seu objeto.

No *Património Industrial* encontram-se abrangidos os bens móveis, mais precisamente as máquinas, ferramentas, arquivos, e bens imóveis, como as zonas de produção, os modos de vida dos trabalhadores, os processos produtivos, associados à indústria como verdadeiro sistema (Zambón e Schenk, 2005, citado por Vanda Cardoso, p. p.38).

O *Património Industrial* é considerado um tesouro cultural, pois em cada elemento que o integra há uma história⁶. Cada elemento tem um valor histórico/cultural/social/pessoal que associado a outros, contam a história de um povo. Cada máquina, cada ferramenta, cada veículo, cada farda...faz parte da memória coletiva de um local.

O *Património Industrial* constitui uma realidade patrimonial reconhecida pelas mais diversas entidades mundiais, que pretendem a salvaguarda e valorização do *Património Industrial*, tendo em vista o seu aproveitamento turístico.

Neste sentido, o *Património Industrial* deu lugar ao *Turismo Industrial*, que tem registado um interesse cada vez mais acentuado por parte da sociedade. Essa rápida evolução verifica-se pois as empresas consideram que o setor apresenta características promissoras.

Segundo Few (2000, citado por Vanda Cardoso, p.39), o *Turismo Industrial* envolve visitas por turistas a indústrias operacionais onde a principal atividade não é orientada para o turismo. Estas visitas são realizadas a locais abertos ao público, em que um dos seus propósitos é proporcionar uma experiência turística.

O *Turismo Industrial* oferece uma experiência tendo em conta os produtos, os processos de produção, as suas aplicações e o seu passado histórico. O aumento do número de projetos em *Turismo Industrial* é reflexo do reconhecimento, da importância e

⁶ Pode ser uma história de vida, a história de um local, uma pequena história que se conta.

potencialidades do mesmo. A preservação do *Património Industrial* proporciona a diversificação da oferta turística e constitui uma das chaves para o desenvolvimento sustentável das sociedades.

2.2. Valorização, reflexões e mudanças

Ao conceito de Património são atribuídos, geralmente, valores de pertença desde o pessoal, passando pelo local, rumo ao universal. A identidade é, por isso, um valor inseparável do património. A característica que mais sobressai da reflexão sobre o conceito de Património é a temporalidade (Pinto, 2011).

O Património tem uma história e espelha os mais variados tempos. É a expressão de uma comunidade da sua cultura sendo, desta forma, um fator de identidade. Este conceito está estreitamente ligado à História e à Memória, sendo muitas vezes lugar de escolhas entusiastas e de conflitos (Le Goff, 1998, citado por Pinto, 2011, p. 10).

As cidades, os lugares e o respetivo Património constituem espaços dinamizadores de educação.

A educação para o Património é um processo ativo, permanente e sistemático de trabalho educativo e pedagógico centrado no Património Cultural. De acordo com a atual abrangência do conceito de Património, a Educação para o Património assume um âmbito de atuação cada vez mais amplo, mais integrado e mais transdisciplinar (IGESPAR).

O Instituto do Património Arquitetónico e Arqueológico, de acordo com a Lei Orgânica (decreto – lei nº 96/2007, de 29 de Março), tem como objetivos promover a sensibilização e a divulgação de boas práticas para a defesa e valorização do Património cultural, arquitetónico e arqueológico através da coordenação de ações educativas e de formação para o Património.

O meio escolar é o local, por excelência, de formação dos futuros cidadãos, que se pretende sejam conhecedores, ativos, inovadores e criativos, fruto de uma Educação para a Cidadania. A Escola despertou um elevado interesse pela preservação do Património como herança dos nossos antepassados. Neste sentido, o Património constitui um forte elo de ligação entre a Escola e o Meio, quanto à missão, aos desafios e às intera-

ções necessárias. O valor do Património funciona como recurso e potenciador de competências.

A valorização do Património ainda é pouco discutida em sala de aula e, na maioria das vezes, centrada em História. Sendo assim, a importância da Educação Patrimonial é cada vez maior pois torna-se instrumento de cidadania para o (re) conhecimento, usufruto e adaptação à herança cultural, enquanto memória e fator de identidade. Torna-se fundamental, à Escola e seus Educadores, para um desenvolvimento das competências intrínsecas ao Património, incutirem nos alunos um espírito crítico e de procura, por algo que lhes pertence.

Educar para o Património ganha um papel decisivo na construção de conhecimentos, atitudes e valores específicos, conteúdos científicos e artísticos de extrema importância no futuro das sociedades, porque, quando vividos, os objetos são capazes de causar um impacto poderoso nos alunos, ajudando a situar-se nos diferentes tempos e espaços históricos. Ao criar uma relação com o espaço, os educandos apropriam-se deles, respeitando-os e defendendo-os.

A Educação Patrimonial é entendida como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Património Cultural como fonte de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo que, desta forma, se torna um instrumento imprescindível no processo de reencontro do indivíduo, valorizando e conquistando a sua cultura e identidade.

Para educar cidadãos responsáveis será necessário informá-los, dando-lhes várias perspetivas da realidade e facultando o contacto com essas mesmas realidades. Assim, uma eficaz e permanente Educação Patrimonial implica um contacto com o objeto cultural, pois esse contacto capacita o educando a conhecer, a conquistar, identificar e consequentemente a valorizar a herança cultural. É necessário desenvolver nos jovens a Educação Patrimonial, através do contacto direto e constante com fontes patrimoniais, essencialmente no âmbito local; sentimentos de responsabilidade em relação ao *Património Histórico*, e de pertença a comunidades de forma a compreender o presente e realizar uma reflexão crítica e construtiva sobre o futuro.

Para que tal aconteça é necessário envolver as escolas e os professores no processo histórico que tem marcado as identidades das comunidades onde estão inseridas.

Segundo Barca (2002, citado por Pinto, 2011, p.3), o meio familiar, a comunidade local, a televisão e outros meios de comunicação, são fontes importantes para o conhecimento histórico dos jovens que a Escola não deve ignorar, nem menosprezar. As ideias prévias dos alunos são fundamentais.

Os jovens devem pensar o espaço, observar e questionar, procurar informação e comunicar ideias. Segundo Pais (1999, p.44), a representação do tempo histórico parece ser melhor apreensível, por parte dos jovens, quando colocados em contato direto com os vestígios do passado.

O processo de ensino-aprendizagem deverá ser encarado, cada vez mais, como sendo dinâmico e descentralizado, para que dessa forma ultrapasse a barreira da sala de aula e mesmo da Escola. Assim, este processo torna-se mais motivador e motivante, quer para quem ensina, quer para quem aprende.

O processo de ensino-aprendizagem será mais eficaz quando existir a participação de agentes externos à Escola que enriquecem o processo, facilitando a existência de ruturas, assim como, a quebra de rotinas.

Tendo em conta a abrangência dos valores e competências a desenvolver ao longo do Ensino Básico, certamente não será de todo arrojado citar que qualquer tema poderá ser suscetível de pesquisa e debate pela Comunidade Educativa pois pode estabelecer uma ligação com o passado e com o património que o identifica.

A Escola que propicia o conhecimento das memórias coletivas, através do estudo do Meio que o rodeia e o respetivo Património, estará a privilegiar a formação de uma consciência cívica, autónoma, responsável e interveniente nos alunos.

As visitas a museus são fundamentais pois afirmam a possibilidade de desenvolvimentos da noção de temporalidade histórica nos alunos, através da ação dos objetos da cultura material, com elevado significado histórico, e do professor. A realização de atividades relacionadas com o *Património Histórico-cultural* de uma comunidade pode também favorecer a aprendizagem de conceitos históricos, muitas vezes capazes de desenvolver nos alunos reflexão pertinentes e que alimentam o seu espírito crítico de modo permanente.

Segundo M. Helena Pinto (2011, p.136), o museu “tem sido um depositário e guardião de muitos testemunhos mais relevantes de criação humana através dos séculos.

A sua função ultrapassa o mero contato dos indivíduos com os objetos, recriando memória e preservando identidades”.

Atualmente, os municípios apresentam uma disponibilidade mais eficaz e adequada face à valorização do Património existente no espaço que os compõe. A Câmara de São João da Madeira, através do projeto “*Circuitos pelo Património Industrial*”, teve como principal objetivo projetar a cidade através de uma nova dimensão turística, pioneira a nível nacional (cf. Anexo 1 Digital em CD - Boletim Municipal).

Com esta iniciativa, que explora o *Património Histórico* e Industrial do concelho, dando a conhecer as inovações tecnológicas, a autarquia oferece um turismo de experiência idêntico àquele que já existe noutros países da Europa, como Espanha, França e Itália.

O concelho de São João da Madeira é um dos concelhos que integra a Rede de Cidades de *Turismo Industrial* da Europa⁷. O projeto do *Turismo Industrial* tem por missão a projeção nacional e internacional do município de São João da Madeira, a consolidação e a promoção da sua dimensão turística ligada à indústria, potenciando o desenvolvimento económico e social, a bem da qualidade de vida dos cidadãos. Pretende-se que o *Turismo Industrial* se afirme como um produto turístico de elevado valor económico, cultural e lúdico, através do qual mais turistas conhecerão empresas em atividade, poderão reviver atividades de outros tempos, e visitarão espaços museológicos e museus.

Várias foram as iniciativas para promover o projeto do *Turismo Industrial*, com especial destaque para o sítio da Internet correspondente à divulgação do *Turismo Industrial* (<http://www.turismoindustrial.cm-sjm.pt/>), por parte da Câmara Municipal de São João da Madeira, que sempre vai divulgando, através dos meios mais variados, o *Património Industrial* e conseqüentemente os circuitos propostos (cf. Anexo 1 Digital em CD – Boletim Municipal).

⁷ A criação de uma Rede Europeia de *Turismo Industrial* foi uma das conclusões do IV Congresso Europeu de *Turismo Industrial*, que, durante os dias 22 e 23 de Novembro 2012, decorreu na Torre da *Oliva*, em São João da Madeira.

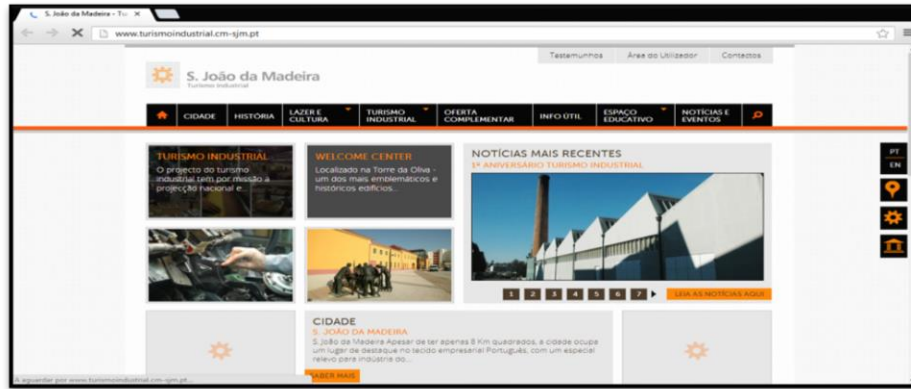


Imagem 1 – Website “Turismo Industrial”, da Câmara Municipal de São João da Madeira.

Este Website contém informação relevante sobre a “Cidade”, a sua “História”, locais de “Lazer e Cultura”, um ponto referente a “Espaços Educativos”, “Notícias e Eventos”, o “Welcome Center”, o “Turismo Industrial” e os seus “Circuitos”, e “Testemunhos”. Desta forma, o projeto encontra-se divulgado e atualizado de acordo com os dados mais recentes do projeto, e todos os possíveis interessados poderão aceder à informação a partir do Website.

O Facebook⁸ é outro instrumento utilizado para a divulgação do *Património Industrial*, pois, como rede social cada vez mais utilizada, facilita a propagação dos circuitos e do *Património Industrial*.

Mas, o grande impulsionador de todo este projeto foi, sem dúvida, o 4º Congresso Europeu do *Turismo Industrial* (<http://www.portugalturismoindustrial.com/>) que se realizou nos dias 22 e 23 de Novembro de 2012, em São João da Madeira, com a participação de vários parceiros da Rede de Cidades de *Turismo Industrial* da Europa. A cidade abriu as portas para receber todos os interessados neste tipo de turismo, convidando-os a desfrutar de uma cidade que oferece aos seus visitantes uma variada oferta de *Património Industrial*, museus e indústria viva.

O 4º Congresso Europeu de *Turismo Industrial* contou com a presença de algumas personalidades de grande projeção ao nível do Turismo Cultural Europeu que atraíram à cidade uma atenção mediática de peso, até porque a criação da Rede Europeia de *Turismo Industrial* ficou como um dos marcos do Congresso. Desta forma, levou o nome de São João da Madeira e, por conseguinte, da Região Norte, a ficar para sempre ligado

⁸O Facebook é uma aplicação social que liga pessoas, empresas, associações. Ver hiperligação do Facebook do *Turismo Industrial* nas referências bibliográficas.

ao desenvolvimento do *Turismo Industrial* em Portugal. Espera-se que, com este evento, o *Turismo Industrial* possa iniciar a sua fase de exploração em Portugal, não só através da sensibilização do público em geral, empresas e associações, mas também facilitando a criação de sinergias entre elas e a partilha de conhecimento.

A realização do Congresso permitiu ainda, e de forma decisiva, que o *Turismo Industrial* conseguisse o reconhecimento como produto turístico em Portugal, contribuindo para que mais empresas se abram a esta atividade e que mais turistas tenham novos e aliciantes motivos para visitar Portugal, partilhando uma cultura.

A participação no “II Seminário Territórios Património “Outros Turismos”, que se realizou em Albufeira, no qual estive presente, no dia 24 de Maio de 2013, foi outro marco importante para a divulgação do *Património Industrial*. Este seminário teve por objetivo discutir alternativas de negócio na área do Turismo, nomeadamente no que diz respeito a “nichos” de mercado complementares ao “sol e praia”, diversificando a oferta e contribuindo para combater o problema da sazonalidade. Paralelamente, a organização do evento pretendeu contribuir para construir uma imagem turística coesa, complementar e distinta, que promova para além dos destinos, os próprios territórios e serviços. Em destaque estiveram o Turismo ambiental, ecológico, religioso, arqueológico, industrial, de saúde, termal, desportivo, entre outros.

A comitiva de São João da Madeira, representada pela Dr.^a Vanda Cardoso, apresentou um painel com a temática “São João da Madeira – *Circuitos pelo Património Industrial*” dando a conhecer aos presentes os circuitos e o *Património Industrial* do concelho.

Um outro exemplo de divulgação do *Património Industrial* prende-se com uma empresa de Animação Turística “The Other Side Tourism Company⁹” que é o nome da mais recente ‘star-up’ do mercado português, no sector do turismo.

⁹Trata-se de uma empresa de Animação Turística, do Porto, que oferece viagens, de meio-dia ou dia completo (tours), quer por toda a cidade (parceiros hoteleiros, entre outros), quer por vários canais de distribuição *online*, junto dos potenciais públicos-alvo. Este projeto aposta na diferenciação, no enriquecimento dos produtos turísticos existentes na região, mostrando Portugal com as suas tradições, costumes, pessoas, gastronomia, Património Cultural e Natural.

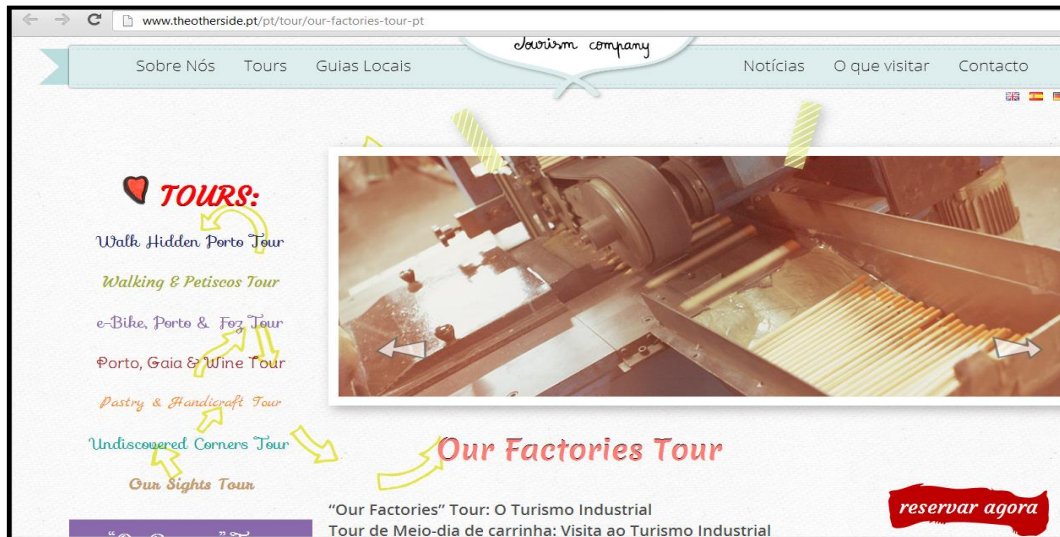


Imagem 2 – Website “The Other Side Tourism Company”.

A Bolsa de Turismo de Lisboa,¹⁰ que se realizou de 27 de Fevereiro até 3 de Março de 2013, foi um dos locais escolhidos para promover os *Circuitos pelo Património Industrial* e para a comemoração do primeiro ano deste projeto. No entanto, outras iniciativas fizeram parte desta comemoração, sendo exemplo, a iniciativa “Música nas Fábricas”¹¹ e “Poesia à Mesa no *Turismo Industrial*”¹².

¹⁰ A Bolsa de Turismo de Lisboa destina-se a todos os profissionais do setor do Turismo, expositores e visitantes, que queiram usufruir de condições especiais na sua visita e potenciar desta forma os seus negócios. Esta proporciona uma oportunidade ímpar de partilhar experiências, potenciar novas ferramentas de trabalho, abrir a atividade a novos mercados e obter novos clientes, permitindo ainda otimizar a sua visita / participação na feira.

¹¹ Iniciativa que permitiu que várias entidades dos circuitos recebessem a Banda de Música de São João da Madeira para realizar um concerto. Como exemplo, a iniciativa denominada “A orquestra na Viarco”.

¹² Esta iniciativa correspondeu a um desafio com objetivo de levar a poesia às fábricas e parceiros do projeto de *Turismo Industrial* de São João da Madeira, pelo facto de considerarem que as fábricas podem ser palcos das mais diversas manifestações culturais.



Imagem 3 – Circuitos pelo Património Industrial na Bolsa de Turismo de Lisboa.

Mais recentemente, o projeto deu-se a conhecer à Comunidade Local participando na iniciativa da Câmara Municipal de São João da Madeira, “A Cidade no Jardim”, que teve lugar no Jardim Municipal, de 7 a 10 de Junho. Este evento para além de ter um *stand* de divulgação do *Património Industrial* e do respetivo projeto, continha diversos ateliers, gratuito, do *Turismo Industrial*.



Imagem 4 – Aspeto do *atelier* na iniciativa “A Cidade no Jardim”.

Muitas outras iniciativas, promoções, formas de divulgação foram utilizadas para que o *Património Industrial*, e respetivos circuitos fossem e sejam valorizados. Consequentemente, o Património surge como um eixo central, a partir do qual se concretizam importantes dinâmicas, que constituem testemunhos reais e vivos, com benefí-

cios de variada ordem para a comunidade. Quando as entidades envolvidas valorizam o Património e projetam o seu sucesso é mais fácil atingi-lo e os resultados serão, certamente, alvo de mudanças, reflexões e estratégias. Pensamos que a tendência passará sempre por uma constante valorização do *Património Histórico Industrial*.

3. Visita de Estudo

O conceito de visita de estudo encontra-se associado a uma atividade curricular, organizada por docentes, destinada/dirigida a alunos. Esta atividade é realizada fora do espaço físico da escola ou da sala de aula e destina-se a desenvolver conteúdos das áreas disciplinares e não-disciplinares.

Desta forma, a visita de estudo é toda e qualquer atividade decorrente do *Projeto Educativo de Escola*.¹³ e inserido no âmbito do desenvolvimento dos Projetos Curriculares de Escola e de Agrupamento e dos Projetos de Turma.

A visita de estudo é sempre uma atividade curricular, intencionalmente planeada, servindo objetivos e conteúdos curriculares disciplinares e não-disciplinares, tendo assim carácter obrigatório para todos os alunos que compõem uma turma ou para um conjunto de turmas, para o qual foi estruturada.

Torna-se, então, pertinente antes de avançarmos clarificar o que se entende por “visita de estudo” pois a sua noção não se encontra clara, quando estamos perante contextos exteriores ao da escola. No entanto, mesmo dentro do contexto escolar não há uma definição evidente da finalidade pedagógica e didática que tem de ser intrínseca a esta estratégia de aprendizagem.

3.1. Conceito

Para qualquer agente de uma Comunidade Educativa, é importante ter em consideração que existe uma grande variedade de sinónimos de visita de estudo. A grande multiplicidade de termos técnicos como *saída de campo*, *trabalho de campo* e *visita de campo*, que são tidos como definições de visita de estudo, delegam nestes agentes da comunidade uma grande responsabilidade na sua utilização.

Foram vários os autores que se debruçaram sobre esta multiplicidade de terminologias, e segundo Krepel (1981, citado por Almeida, 1998, p. 51), as visitas de estudo são viagens organizadas pelas escolas, com objetivos educacionais, com a especificida-

¹³Doravante será utilizada a designação P.E.E.

de de os alunos terem a possibilidade de observarem e estudarem os objetos de estudo nos seus locais funcionais. Brehm (1969, citado por Almeida, 1998, p.51) refere ainda que uma visita de estudo não tem de ser realizada a um local distante da escola, podendo seu destino ser o meio envolvente à escola.

Para António Almeida (1998, p.51), o conceito de visita de estudo deve ser aplicado “para qualquer deslocação efetuada por alunos ao exterior do recinto escolar, independentemente da distância considerada, com objetivos educacionais mais amplos ao do mero convívio entre professores e alunos”. Uma saída ou visita a ambientes abertos, relacionados com uma área de estudo e com as suas especificidades próprias de trabalho, investigação da área ou áreas científicas, sobre as quais incide a atividade, são considerados conceitos semelhantes.

Sendo assim, como refere Hélder Oliveira (2011, p.20), a definição de visita de estudo “afigura-se mais abrangente, pois ela pode consubstanciar uma saída/visita de campo e, ainda, contemplar momentos de trabalho de campo”, no entanto, a conceção de trabalho de campo, segundo o mesmo autor, é mais restrita de que a de visita de estudo.

Como refere António Almeida (1981, p. 51), a conceção de trabalho de campo é entendida “normalmente como algo que envolve a execução de tarefas concretas, nomeadamente a recolha de seres vivos ou amostra de rochas, o manuseamento de instrumentos vários para recolha de dados ou cartografia de áreas delimitadas”.

Na prática, o conceito de saída de estudo ou visita de estudo evidenciam situações análogas. Em História, é mais frequente o uso do termo “visita de estudo”.

O termo “saída” deverá ser entendido como a realização de uma atividade pedagógica que compromete a saída da escola ou de outra estrutura física, que normalmente é o local onde se encontram as pessoas que irão realizar a atividade.

Esta terminologia implicaria a necessidade de se deslocar a um local ou região com o objetivo de estudar e ficar a conhecer as peculiaridades que podem ser relevantes do ponto de vista pedagógico e científico, e conseqüentemente, proporcionar um desenvolvimento da aprendizagem.

No contexto educativo português, o termo “visita de estudo” é mais frequente pois subentende a ideia de ir a um determinado local, com o objetivo de conhecer, de

explorar, de estudar e de contactar com o território e/ ou pessoas, independentemente dos objetivos a atingir com a atividade.

Os dois termos são complementares visto que ao efetuar uma visita de estudo pressupõe-se a realização de uma saída que, inevitavelmente, será de estudo. A saída de estudo leva à necessidade de se deslocar a um local e estabelecer contactos durante um período de tempo bastante inconstante, podendo estar relacionado com fins pedagógicos-didáticos, os quais supõem a existência de atitudes de curiosidade, interesse educativo e propensão para a descoberta.

Desta forma, e seguindo o propósito confirmado na prática vivenciada, os termos “visita de estudo” e “saída de campo” são na sua prática o mesmo, sendo o primeiro mais empregue na prática letiva e no discurso das Comunidade Educativas, assim como, nos documentos legais e normativos de organismos que tutelam a educação. Deste modo, torna-se pertinente conhecer o conteúdo destes documentos relativos às visitas de estudo.

No *Ofício – Circular, 21/04* de 11 de Março¹⁴ é aclarado o conceito de visita de estudo. Sendo assim, “deverá considerar-se visita de estudo toda e qualquer actividade decorrente do Projecto de Escola e enquadrável no âmbito de desenvolvimento de projectos curriculares de escola/ agrupamento e de turma, quando realizada fora do espaço físico da escola e ou da sala de aula. Nesta acepção, uma visita de estudo é sempre uma actividade curricular, intencionalmente planeada, servindo objectivos e conteúdos curriculares disciplinares e não disciplinares, logo uma actividade lectiva, obrigatória para todos os alunos da turma ou para o conjunto de turmas para o qual foi estruturada” (*Ofício – Curricular n.º21/04 de 11 de Março*, Direção Regional de Educação do Norte, 2004).

O conceito de visita de estudo, visto como actividade curricular, apresenta-se como estratégia de ensino-aprendizagem de complemento e enriquecimento da ação educativa. A seleção do termo “visita de estudo” usufruiu de um pilar base, a definição vinha dos documentos normativos referidos anteriormente, pela sua clareza e contextuali-

¹⁴ O *Ofício - Circular 21/04* de 11 de Março resulta da desatualização dos princípios orientadores das visitas de estudo apresentados no Despacho n.º 28/ME/91 de 28 de Março, que aprova o Regulamento dos Programas de Geminação, Intercâmbio Escolar e de Visitas de Estudo ao estrangeiro e que foi acentuada com a reorganização curricular da educação básica. Os princípios orientadores e o modelo organizacional das visitas de estudo implícito, neste último documento, são omissos em vários aspetos e debruçam-se, apenas, sobre as visitas de estudo realizadas fora do território nacional.

zação com a realidade e prática educativa, assim como, da existência de documentos com força jurídica acatados e reverenciados pelas escolas, no seu dia-a-dia.

Como refere Monteiro (1995, p.188), “as visitas de estudo têm, progressivamente, acentuado o seu carácter disciplinar: as deslocações dos alunos surgem integradas em projetos-turma, colaborando na sua planificação e organização professores de diferentes disciplinas. Uma mesma realidade é susceptível de ser abordada em diferentes perspetivas tornando-se mais fácil para os alunos compreender, no concreto, que os conhecimentos não são compartilhados”.

Sendo assim, torna-se fundamental conhecer e compreender as potencialidades didáticas das visitas de estudo, os condicionalismos, as etapas e os procedimentos implícitos.

3.2. Importância no processo de Ensino-Aprendizagem

No processo de ensino aprendizagem, as visitas de estudo surgem como estratégias indispensáveis na integração de saberes. Estas são fundamentais, como recurso didático, na medida em que rentabilizam o processo de ensino-aprendizagem perante alunos e professores.

Segundo Hélder Oliveira (2011,p.23), “as visitas de estudo são uma estratégia motivadora e estimulante para os alunos, uma vez que rompem com a rotina no que concerne ao espaço tradicional onde se desenrola o processo de ensino-aprendizagem, isto é, o edifício escolar, em particular, a sala de aula”.

A visita de estudo, mesmo não ocorrendo em sala de aula, deve ser entendida como uma aula, uma vez que o processo de ensino-aprendizagem decorre da mesma forma. Esta, apesar de se realizar num contexto diferente do que o habitual, tem um carácter de extrema importância pois facilita a assimilação dos conhecimentos. Desta forma, concretiza o saber teórico e abstrato da sala de aula, proporcionando, aos alunos o acesso direto e planificado a conteúdos de aprendizagem.

O aproveitamento das potencialidades pedagógicas-didáticas do meio e a função generalista permite que as visitas de estudo abarquem todas as áreas disciplinares, moti-

vando e estimulando os alunos pelo seu carácter lúdico, e exigindo uma maior responsabilidade e empenho por parte dos alunos.

Como refere Fernandes (1982, citado por Almeida 1998, p.54), “a aprendizagem efetuada a partir de dados concretos recolhidos pelos alunos na realidade circundante permite torná-la verdadeiramente significativa”¹⁵. Daí que nas visitas de estudo, muitas vezes, se evidencie a utilidade do saber científico, propiciando uma aprendizagem expressiva da interligação que se estabelece entre a teoria e a prática.

Desta forma, a visita de estudo surge como uma estratégia indispensável para se atingir a educação para a cidadania, tão importante nos dias de hoje, pois a ligação escola-meio proporciona a formação pessoal e social dos alunos.

A visita de estudo também surge como uma oportunidade de se incrementar e desenvolver nos alunos valores e atitudes de cidadania, assim como, o aprofundamento das relações interpessoais entre os intervenientes. O desenvolvimento de valores e atitudes de sociabilidade, cooperação, respeito e preservação do *Património Histórico*, cultural e natural e o treino da capacidade de observação, pesquisa e análise, permitem o surgimento de um sentido de responsabilidade fundamental nos dias de hoje, assim como a convivência entre os alunos e o mundo circundante à escola.

A melhoria das relações professor-aluno, pela proximidade, é facultada pelo clima interpessoal que se gera nestas atividades. Segundo Monteiro (1995, p.189), “num outro registo, num contexto de trabalho, o clima interpessoal melhora. E muitas vezes, mais importante que os conhecimentos que se adquirem, são as descobertas mútuas que se proporcionam”.

Segundo Perdigão de Andrade (1991), devido à natureza das visitas de estudo, estas podem ser uma estratégia que facilita a assimilação de saberes, contemplando momentos de descoberta de novos dados e a relação entre conhecimentos.

A visita de estudo apresenta potencialidades didáticas específicas de integração de saberes históricos pois depara-se com conteúdos propícios para o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos.

¹⁵A aprendizagem significativa, segundo Ausubel, propõe que os conhecimentos prévios dos alunos sejam valorizados, para que possam construir estruturas mentais que permitem descobrir e redescobrir outros conhecimentos, caracterizando assim, uma aprendizagem mais agradável e eficaz.

Como refere Hélder Oliveira (2011, p.24), a visita de estudo constitui um momento em que o saber é colocado em ação e, tendo em conta a natureza da mesma, pode ser uma oportunidade para promover o ensino/aprendizagem experimental em História. Este autor menciona que é “através da exploração de diferentes expressões artísticas e múltiplas singularidades de uma ou várias épocas históricas, chamando à atenção para peculiaridades de vários objectos, instrumentos, artefactos do quotidiano de outros tempos, que se fomenta para a sensibilidade e o respeito pelo *Património Histórico* e cultural” (Hélder Oliveira, 2011, p.24).

Nesta área disciplinar de História, as visitas de estudo oferecem um ensino ativo e uma aprendizagem significativa pela descoberta de valores, pelas causas dos fenómenos, factos e acontecimentos, pela origem e conveniência de determinados bens materiais e imateriais, assim como, também impulsiona, o desenvolvimento do sentido de identidade dos alunos, bem como, a sua integração no meio que envolve, conhecendo de forma mais clara e crítica a sociedade da aula fazem parte.

O sentimento de pertença é condição fundamental para que, futuramente, os alunos sejam cidadãos ativos, participativos, críticos e integrados na comunidade que os envolve. Sendo assim, as visitas de estudo devem apossar-se como estratégia fundamental para uma formação integradora e integral de todos e de cada um.

Apesar da importância e das potencialidades das visitas de estudo, a sua implementação pedagógica não se encontra isenta de limitações e obstáculos, que condicionam a sua realização.

António Almeida (1998, p.64) assinala que a natureza dos obstáculos é diversa e a sua proveniência está ligada, essencialmente, a razões institucionais, pessoais ou motivos decorrentes das características dos alunos.

Para Mason (1980) e Baillet, Clavel e Maglione (1989) (citado em Almeida, 1998, p.64), o maior número de imposições com que os professores se vêem confrontados atenua a sua disposição para elaborar e programar uma atividade trabalhosa como a visita de estudo.

Um dos principais obstáculos à realização de visitas de estudo prende-se com a existência de turmas com um elevado número de alunos, o que dificulta a eficácia da experiência e torna mais difícil o controlo do comportamento dos mesmos, que muitas vezes se encontra associado a situações de indisciplina.

Segundo Wiley e Humphreys (1985, citado em Almeida, p. 64), outra limitação associada a esta atividade relaciona-se com a possibilidade de emergirem desentendimentos entre os professores organizadores da visita de estudo e outros professores do mesmo Conselho de Turma, que tenham as suas aulas planificadas e não demonstrem muita disponibilidade de cooperar com a atividade, visto que a data programada para a visita de estudo pode interferir com as atividades letivas de outras disciplinas.

As dificuldades económico-financeiras dos estabelecimentos de ensino e dos alunos constituem, nos dias de hoje, um dos principais entraves, daí a necessidade de se repensar na organização e planificação deste tipo de atividade em locais mais próximos da escola.

Relativamente aos professores, Hanna (1992, citado em Almeida, 1998, p. 65), assinala como limitações a insegurança científica na organização de visitas de estudo mas, também, a destreza física e capacidade de correr riscos com os alunos, para os quais alguns professores não estão disponíveis.

Para António Almeida (1998, p. 65), a maior dificuldade que um professor enfrenta prende-se com a carência de firmeza para orientar e acautelar o aparecimento de conjunturas inesperadas, o que em grande parte desmotiva os docentes, para a realização deste tipo de atividades.

Mas, como refere Keown (1984, citado por Almeida, 1998, p. 66), “nas deslocações ao ar livre são múltiplos os factores de distração, como a variação de temperatura, vento, moscas, falta de lugar para sentar, o que perturbam a eficácia da aprendizagem, o que não quer dizer que, o professor deva e não possa ultrapassar estes obstáculos”. No entanto, as limitações referidas anteriormente não serão singulares, surgindo a cada ano que passa outras situações.

Sendo assim, torna-se fundamental que o professor que pretende organizar e implementar uma visita de estudo se encontre prevenido para encarar e superar os obstáculos que surgem ao longo do percurso, tornando esta atividade numa aprendizagem mais eficaz para os alunos que nela intervêm.

3.3. Organização, realização e avaliação das visitas de estudo

A visita de estudo, como atividade curricular e letiva, terá de ser planificada de forma cuidada, tal como qualquer outra atividade pedagógica. Só assim se poderá rentabilizar na totalidade as potencialidades pedagógicas-didáticas da mesma.

A conceção e preparação da visita de estudo deve iniciar-se no começo do ano letivo, nos princípios do mês de Setembro ou Outubro. Na fase inicial, devem ser determinados os objetivos da atividade, tendo em consideração os conteúdos de aprendizagem viáveis na realização da mesma, assim como as áreas curriculares envolvidas. A definição de objetivos de natureza cognitiva, atitudinal e procedimental, que se ambiciona abranger, é indispensável.

Segundo Hélder Oliveira (2011, p.25), “os objectivos podem ser gerais, de carácter transversal e ou interdisciplinar e, ainda específicos. Os objectivos devem pressupor o desenvolvimento de competências nos alunos, através da articulação de conteúdos de aprendizagem de natureza cognitiva, procedimental e atitudinal”.

A escolha do local ou locais, onde se vai realizar a visita de estudo é determinado pelo contexto curricular e programático, assim como, pelo contexto escolar, mais precisamente pelas particularidades dos alunos envolvidos.

Como refere Monteiro (1995, p.190), “se a visita se enquadra num projeto em que intervêm várias disciplinas, a deslocação deve prever a visita a diferentes locais ou a um local que possibilita leituras diversas”.

Para a realização da visita de estudo, o professor ou conjunto de professores que organiza devem conhecer previamente os locais a visitar, desta forma, é de todo pertinente a realização de uma visita exploratória para a recolha de informações ou recursos pedagógicos de apoio, assim como, estabelecer contactos com as entidades envolvidas. Esta visita prévia permite também o reconhecimento do percurso, o tempo necessário para realizar os itinerários, entre o local de partida e chegada, e os locais a visitar. De referir, também, que este trabalho prévio de preparação envolve um processo de planificação. Todos estes procedimentos facilitam a averiguação da pertinência da visita de estudo, assim como, potencializar o aproveitamento pedagógico.

A novidade, promotora de motivação e estimulante na aprendizagem, pode, em alguns casos, ser reveladora de negatividade, quer na diminuição da exploração, quer

em sentimentos de medo, como referem Berlyne (1996), Bogartz e Witte (1966), Cantor e Cantor (1965) (citados por Falk, Martin e Balling, 1981, in Almeida, 1998, p.66).

A definição da data, atualmente, apresenta fatores que lhe são implícitos como: conciliar a visita de estudo com a planificação anual e de unidade didática realizada para as atividades letivas¹⁶; antever em que altura e estações do ano a visita de estudo é mais exequível e vantajosa, de forma a beneficiar do maior número de horas de luminosidade; pensar e planificar com o tempo necessário para que todos os procedimentos inerentes à atividade, quer sejam burocráticos, administrativos e pedagógicos, sejam aprovados pelos órgãos competentes. Consequentemente, logo de seguida à aprovação da atividade, pedem-se as autorizações aos Encarregados de Educação e realizam-se os contactos implicados na logística como, o contacto com a empresa transportadora, instituições ou organismos a visitar.

Outro aspeto a ter em consideração prende-se com o processo pedagógico-didático que se pretende levar a cabo durante a visita de estudo. Desta forma, o tratamento de conteúdos e a exploração de recursos devem sempre ser acompanhados de um guião/roteiro no qual constem as tarefas para os alunos realizarem, ao longo da visita de estudo, assim como, as informações fundamentais sobre os locais a visitar e o percurso.

Monteiro (1995, p.191) realça que no guião/roteiro “deverão ser assinaladas as paragens previstas durante o percurso, bem como aspetos que merecem ser observados: um rio, um monumento, uma atividade agrícola, uma produção artística. Estas paragens (...) poderão ser assinaladas pelos alunos num mapa, que deverão constar do dossier”. No entanto, outro tipo de atividade/tarefa pode ser desenvolvido, quer estejam ou não no guião/roteiro, como por exemplo o registo de impressões pessoais dos alunos sobre espaços e paisagens observados, questões que os alunos pretendam que sejam debatidas na sala de aula, comentários críticos a algo observado e quem sabe, a possibilidade de os alunos facultarem sugestões de visitas futuras, que possam complementar a já realizada.

A estruturação da visita de estudo encontra-se exposta nas diferentes etapas e procedimentos organizativos e preparatórios que esta implica. Esta estruturação leva ao surgimento de distintos tipos de visitas de estudo: as visitas de estudo guiadas ou dirigidas; as visitas de estudo de descoberta ou livres; e as visitas de estudo mistas.

¹⁶Esta atividade pode iniciar e motivar a abordagem de uma unidade didática e/ou um tema, complementar a informação das mesmas ou, ainda, produzir a síntese de uma unidade didática ou temática.

Nas visitas de estudo guiadas ou dirigidas, os professores ou os guias apossam-se do papel de transmissores do conhecimento, sendo estas atividades de carácter expositivo, com os alunos a desempenhar um papel passivo em todo o processo.

Nas visitas de estudo por descoberta ou livres, os alunos assumem um papel ativo, estando equipados de um roteiro/guião dos locais a visitar. Este guião será fornecido pelo professor aos alunos que participam na atividade.

Nas visitas de estudo mistas existe a junção dos dois tipos de visitas referidos anteriormente, conjugando momentos de exposição e explicação por parte do professor ou do guia, com momentos em que os alunos terão de descobrir e construir de forma autónoma.

Para que a escolha do tipo de visita de estudo a realizar seja bem-sucedida, temos de ter em atenção as características dos alunos participantes e os objetivos a abranger. Sendo assim, o professor, durante a realização da visita de estudo, deve demonstrar um discurso refletido e preparado antecipadamente, de forma a aplicar em diferentes situações e contextos. Este discurso deve, também, mostrar flexibilidade perante situações imprevistas.

Outra etapa prende-se com o planear e delinear das normas de avaliação dos alunos, dos professores e da atividade na sua totalidade. Segundo Monteiro (1995, p.194), “a avaliação dos resultados é uma etapa importante em qualquer acto pedagógico. Deverá ser feita uma avaliação colectiva de todo o processo, identificando-se os aspetos positivos e negativos. É uma análise crítica de trabalho de organização e concretização da visita que possibilitará a introdução de alterações em experiências futuras”.

Esta perspetiva é indispensável para o professor compreender os ajustes necessários na ação pedagógica, permitindo uma reflexão pessoal. O objetivo deste tipo de estratégias de avaliação é favorecer a comunicabilidade entre os intervenientes e aliar o aspeto lúdico ao trabalho, pois este tipo de atividade deve antever períodos de divertimento e convívio.

Após a realização da visita de estudo existem várias formas de rentabilizar os saberes desenvolvidos e os dados recolhidos na atividade pelos alunos. Segundo Hélder Oliveira, a “realização de trabalhos de sistematização, a realização de exposições, produção de textos e artigos nos jornais escolares, projecção de diaporamas e outras actividades” (2011, p.28), permitem rentabilizar os dados conseguidos.

No contexto de sala de aula, deve ser estimulado o debate e a troca de ideias, para que seja feito um balanço da visita de estudo. Este momento permite ao professor esclarecer dúvidas e consolidar os conhecimentos adquiridos na atividade. Durante o processo de ensino-aprendizagem, sempre que o professor considerar oportunas, devem ser aproveitadas as experiências e saberes desenvolvidos durante a visita, de forma a aproveitar as experiências vividas pelos alunos.

Estas etapas e procedimentos referidos anteriormente são fundamentais pois facilitam a concretização de visitas de estudo, que nos dias de hoje são encaradas como verdadeiras experiências de aprendizagem, com mais importância por serem acompanhadas de força normativa.¹⁷

¹⁷ Previstos no ponto 2 do Ofício – circular 21/04 de 11 de Março, emitido pela Direção Regional de Educação do Norte.

Parte II – Estudio de Caso

1. Contexto

Os espaços geográficos são territórios e lugares onde os factos sucedem de forma simultânea e os seus impactos são sentidos de formas distintas.

Conhecer de forma clara o território e todas as interações existentes no mesmo facilita nitidamente a interpretação dos acontecimentos e características intrínsecas, assim como, a compreensão e intervenção plena no processo de infraestruturização do território, uma compreensão plena do mesmo.

Assim, de forma a conhecer em que contexto se desenvolveu o estudo e a experiência de aprendizagem objeto deste trabalho de investigação, há que enquadrar devidamente as circunstâncias em que ele se deu, para se compreender as especificidades das situações analisadas.

Desta forma, torna-se importante contextualizar o território onde se localiza a Escola Secundária Serafim Leite, mais precisamente o concelho de São João da Madeira.

1.1. Caracterização da Comunidade Escolar e Meio envolvente

A cidade de São João da Madeira tem uma área de cerca de 8 km quadrados e situa-se no extremo Norte da Beira Litoral e do distrito de Aveiro, estando integrada na Área Metropolitana do Porto.

O progresso do concelho foi incessante ao longo dos anos: a construção de estradas, o abastecimento de energia elétrica e a construção do hospital contribuíram de forma importante para o progresso local, culminado com a passagem a concelho em 1926. Mais tarde, 16 de Maio de 1984, São João da Madeira é elevado a estatuto de cidade, fruto das mais diversas realizações arquitetónicas, desportivas, sociais, culturais, urbanísticas, continuando a sua evolução até aos dias de hoje.

São João da Madeira faz fronteira a Norte com a freguesia de Milheirós de Poiares e a Oeste com a freguesia Arrifana, ambas do concelho de Santa Maria da Feira, a

Sul com a freguesia de Cucujães e Vila-Chã de S. Roque, e a Este com Nogueira do Cravo e Macieira de Sarnes, do concelho de Oliveira de Azeméis.

É com esses concelhos e os de Vale de Cambra e Arouca que S. João da Madeira forma a Associação de Municípios das Terras da Santa Maria, que corresponde geograficamente à unidade territorial (NUT) de Entre Douro e Vouga.

São João da Madeira apresenta uma população residente¹⁸ de 21 713, o que representa uma densidade populacional¹⁹ de 2 714 Hab/Km². Este concelho, como em quase todos os concelhos de Portugal, verifica um envelhecimento populacional, cada vez mais acentuado pela diminuição da taxa de natalidade.

Do ponto de vista económico, o concelho distingue-se, desde 1483, pela produção de calçado e, a partir de meados do século XIX, pela indústria da Chapelaria que inicia a sua instalação, em São João da Madeira, passando a ser a indústria mais forte deste território (Fernandes, 1996, pp. 139-144).

Atualmente, a cidade ocupa um lugar de destaque no tecido empresarial Português, em especial no que se refere à indústria do calçado, sendo um exportador mundial de referência.

A “Cidade do Trabalho” ou a “Capital do Calçado”, dois nomes que se associam a São João da Madeira, presentemente luta para ser uma referência em termos de qualidade de vida, implementando os conceitos de centralidade, modernidade e inovação aos seus habitantes.

São João da Madeira oferece um conjunto de patrimónios de relevo, desde um interessante Património Arqueológico Industrial, passando pelo Religioso, Arquitetónico e Cultural.

Atualmente, São João da Madeira presenteia-nos com a sua riqueza histórica suportada pela indústria do calçado, dos chapéus e de empresas famosas como a *Oliva* e

¹⁸ Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano, em Instituto Nacional de Estatística, I.P.- DMSI/SM - Serviço de Sistemas e Metainformação/Gabinete de Censos 2011, Lisboa, novembro 2009

¹⁹ Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado), em Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Demografia (CSE).

a *Viarco*, bem como cerca de 400 empresas (INE, 2011), divididas por três zonas industriais.

A Escola Secundária Serafim Leite está situada na Rua Manuel Luís da Costa, freguesia de São João da Madeira, do mesmo concelho. Esta é a escola sede do Agrupamento de Escolas Serafim Leite, escola pública, direcionada para crianças e jovens que frequentam 1.º, 2.º, 3.º Ciclo e Secundário. Este agrupamento é composto, para além da escola em causa, por dois Jardins-de-Infância e duas escolas de 1.º Ciclo. Atualmente, também conta na sua oferta formativa dos Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) e Cursos Profissionais.

No concelho de São João da Madeira, para além da Escola Secundária Serafim Leite, existem o Agrupamento de Escolas Vertical de São João da Madeira, o Agrupamento de Escolas Oliveira Júnior e o Agrupamento de Escolas João da Silva Correia²⁰.

O Agrupamento de Escolas Serafim Leite é constituído por uma Comunidade Escolar composta por cerca de 1 000 alunos (900 alunos do ensino diurno e 100 do ensino noturno), 137 docentes e 41 pessoas correspondente ao pessoal não docente.

O pessoal docente constituído por 137 professores, dos quais 75% fazem parte do quadro de escola, encontra-se estabilizado, o que em certos aspetos se torna benéfico para os discentes pois permite a continuidade pedagógica.

A escola carece de obras, essencialmente em alguns compartimentos, pois não facilitam o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, pela variabilidade de temperaturas, ao longo do ano. Em termos de recursos físicos, as salas da Escola Secundária Serafim Leite estão equipadas com um computador por sala, bem como um quadro interativo, um conjunto de *software* de apoio aos alunos e aos docentes, para além de disponibilizar televisor, leitor de cassetes/CD/DVD, retroprojeter, projetor multimédia e rede *wireless*.

Da escola, também, faz parte uma Biblioteca, espaço acolhedor, com documentos essenciais ao estudo da História, assim como, das várias áreas disciplinares e equipada com computadores.

20 O Agrupamento de Escolas Vertical de São João da Madeira é frequentado por crianças e jovens que frequentam o 1.º, 2.º e 3.º ciclo. O Agrupamento de Escolas Oliveira Júnior é frequentado por crianças e jovens que frequentam o 1.º, 2.º, 3.º ciclo, Secundário e Profissionais. O Agrupamento de Escolas João da Silva Correia é frequentado por crianças e jovens que frequentam o 1.º, 2.º, 3.º ciclo, Secundário e Profissionais.

Os alunos, elemento fundamental da Comunidade Escolar, têm diferenças, no entanto, a promoção da formação de todos em condições de igualdade de oportunidades é um pilar da escola.

Sendo assim, e tendo como referência do P.E.E., verificamos que existem alguns pontos a ter em consideração, e que nos alertam para algumas carências. De referir a taxa de permanência na escola que ronda os 70,5% e a situação de abandono/insucesso com valores de 29,5%. No entanto, convém realçar que, nos Cursos Profissionais, a taxa de abandono ronda os 15%, enquanto nos Cursos Científico-Humanísticos, a taxa de permanência ronda os 77% a que corresponde, conseqüentemente, uma taxa de abandono de 23%. No que consiste ao Ensino Básico, a taxa de permanência é de cerca de 95,3% e a taxa de abandono de 4,7%.

De acordo com o P.E.E., os níveis de indisciplina são algo a mudar pois percebe-se que o número de alunos aos quais é dada a ordem de saída da sala de aula é, ainda, preocupante. O insucesso verificado prende-se com o facto de existir um elevado número de módulos em atraso, no caso dos Cursos Profissionais; o insuficiente acompanhamento em sala de aula; assim como, a qualidade do acompanhamento educativo.

Por outro lado, a fraca participação dos Pais/Encarregados de Educação no processo educativo; a precariedade das condições atuais do bloco oficial; as deficientes condições do ginásio e do piso e infraestruturas do campo de jogos e balneários; a oferta alimentar pouco diversificada, são aspetos menos positivos da escola²¹.

As valências da escola consistem nas boas relações que mantém com a Comunidade Educativa; a diversidade do tecido empresarial do concelho; o alargamento e consolidação da oferta educativa qualificante.

Relativamente à Oferta Formativa da Escola²², esta instituição oferece Ensino Básico dividindo-se em Ensino Regular, (7.º, 8.º e 9.º anos e a duas turmas EFA/Básico 3 – nível II com Certificação Escolar, com o Curso Operador de Informática). No que consta ao Ensino Secundário regular, existem dois cursos Científico-Humanísticos – de Artes Visuais e de Ciências e Tecnologias.

²¹Comissão de Elaboração, Desenvolvimento e Acompanhamento do Projeto Educativo (e PCE). Projeto Educativo da Escola 2010 – 2013, Escola Secundária Serafim Leite (www.essl.pt).

²²http://essl.pt/joomla/index.php?option=com_k2&view=item&id=453:oferta-formativa-201314.

Ao nível dos Cursos profissionais, existe uma maior diversidade de cursos, tais como, Técnico de Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade; Técnico de Contabilidade; Técnico de Vendas; Técnico de Gestão; Técnico de Instalações Elétricas; Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos; Técnico de Eletrónica, Automação e Comando; Técnico de Energias Renováveis - Sistemas Solares; Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos; Técnico de Informática de Gestão; Técnico de Design Gráfico; Técnico de Audiovisuais; e Técnico de Mecatrónica.

Ao nível de EFA Secundário Nível III oferece os Cursos de Técnico Administrativo; Técnico de Animação Sócio Cultural; Técnico de Ação Educativa; Técnico de Informática – Sistemas; Técnico de Eletrónica Industrial, todos com dupla Certificação e Certificação Escolar.

1.2. Caracterização das Turmas

Este estudo foi desenvolvido com alunos de duas turmas, do 9.º ano de escolaridade, da Escola Secundária Serafim Leite.

Segundo o Projeto Curricular de Turma, a turma do 9.ºX²³ é uma das quatro turmas do 9.º ano, da Escola Secundária Serafim Leite, é constituída por 28 alunos, 16 raparigas e 12 rapazes. A sua média de idades é de 14 anos, com um intervalo de idades vai desde os 13 anos até aos 15 anos.

A turma é composta essencialmente por alunos provenientes da turma do 8.ºX²⁴, no ano letivo 2011/2012, vindo apenas três alunos de outras escolas de concelhos limítrofes de São João da Madeira, mais precisamente Ovar e Santa Maria da Feira. De referir que maioritariamente, os alunos moram em São João da Madeira, no entanto também provêm de Ovar, Santa Maria da Feira, Arouca e Oliveira de Azeméis.

Do total, seis alunos frequentam o Ensino Articulado de Música e o Ensino Articulado de Dança.

²³A nomenclatura das turmas foi alterada de forma a garantir o anonimato dos intervenientes neste estudo de caso.

²⁴A nomenclatura da turma foi alterada de forma a garantir o anonimato dos intervenientes neste estudo de caso.

Relativamente ao Apoio Social Escolar atribuído à referida turma, do total de alunos, 50% da turma beneficiam de apoio, distribuído por oito alunos que beneficiam de Escalão A e seis alunos de Escalão B.

Os agregados familiares, destes alunos, são considerados pequenos pois na sua maioria são constituídos pelos pais e o próprio aluno, e um ou dois irmãos. Alguns alunos moram com a mãe e a avó, ou mãe e irmã/irmão, ou ainda, mãe, irmão e avó.

O Encarregado de Educação é, na maioria dos casos, a mãe, com idades compreendidas entre os 30 e os 53 anos.

No que respeita à sua aprendizagem, os alunos referem que aproveitam a ajuda dos pais e irmãos para essa tarefa, enquanto três alunos têm uma explicadora em ATL.

As disciplinas com maior número de preferências são Inglês e Educação Física, seguindo-se Educação Visual, Ciências Naturais, Físico-Química, Matemática e História. Relativamente às dificuldades, os alunos apontam as disciplinas de Matemática e Inglês, seguindo-se as disciplinas de História, Francês e Geografia.

Do total de alunos, à exceção de três alunos, os restantes anseiam continuar os seus estudos, mesmo no que refere ao Ensino Superior.

A distribuição semanal das aulas de História ajudou à postura bastante barulhenta da turma, com um comportamento e uma participação insuficientes. Apesar dos seus resultados satisfatórios, a turma apresenta dificuldades ao nível da autonomia, capacidade de concentração, dificuldades na seleção e organização da informação. A ausência de métodos e hábitos de estudo, as dificuldades no cumprimento de regras básicas da sala de aula e a ausência de trabalho fora da sala de aula apresentam-se como grandes entraves ao sucesso.

A turma é constituída por alunos que necessitam de um incentivo para participar, com dificuldades de concentração e desconfiados de tudo o que envolve o processo de ensino-aprendizagem.

A outra turma, em análise, a turma do 9.ºW²⁵, e segundo o Projeto Curricular da Turma²⁶, é constituída por 22 alunos, sendo 10 rapazes e os restantes elementos rapari-

²⁵A nomenclatura da turma foi alterada de forma a garantir o anonimato dos intervenientes neste estudo de caso.

²⁶Doravante será utilizada a designação P.C.T.

gas. A sua média de idades é de 14 anos, com um intervalo de idades desde os 13 anos até aos 17 anos.

A turma é constituída essencialmente por alunos provenientes da turma do 8.ºW²⁷, no ano letivo 2011/2012, vindo apenas dois alunos de outras escolas de concelhos limítrofes de São João da Madeira. Na sua maioritariamente, os alunos moram em São João da Madeira, no entanto também provêm de Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis, com um percurso que nunca ultrapassa os dez minutos, de automóvel.

Relativamente ao Apoio Social Escolar atribuído à referida turma, do total de alunos, 36% da turma beneficia de apoio, distribuído por dois alunos que beneficiam de Escalão A e seis alunos de Escalão B.

Os agregados familiares, destes alunos, são considerados pequenos pois na sua maioria são constituídos pelos pais, próprio aluno e dois irmãos. Uma aluna mora, apenas, com o pai e outro aluno com a mãe.

O Encarregado de Educação é, na maioria dos casos, a mãe, com idades compreendidas entre os 41 e os 50 anos.

No que respeita à sua aprendizagem, sete alunos referem que estudam frequentemente, e onze alunos aproveitam a ajuda dos pais e irmãos para essa tarefa. As disciplinas com maior número de preferências são Educação Física, Ciências Naturais e Físico-Química. Relativamente às dificuldades, os alunos apontam as disciplinas de Matemática e História.

Os alunos que constituem esta turma possuem objetivos escolares muito bem delineados, desejando atingir um patamar superior, ao longo do seu percurso académico.

A distribuição semanal das aulas de História facilitou a postura bastante barulhenta da turma, comum comportamento e uma participação bastante diferenciados entre os alunos que a compõe, pois constatamos que de acordo com o dia e hora do dia, existiam posturas distintas.

De referir que esta turma, apesar dos seus resultados positivos, apresenta dificuldades ao nível da capacidade de concentração, autonomia, dificuldades na seleção e organização da informação, bem como, na organização e apresentação de trabalhos de

²⁷A nomenclatura da turma foi alterada de forma a garantir o anonimato dos intervenientes neste estudo de caso.

investigação. A ausência de métodos e hábitos de estudo, as dificuldades no cumprimento de regras básicas da sala de aula e a ausência de hábitos de trabalho fora da sala de aula apresentam-se como grandes entraves ao sucesso, na sua totalidade.

Em contrapartida, a turma é constituída por alunos bastante participativos, responsáveis e com um espírito crítico acentuado, facilitadores de um bom relacionamento interpessoal e solidário.

2. A Escola: Enquadramento Legal

A Escola está a assumir-se, cada vez mais, como um espaço que faz a ligação entre a família e a sociedade. A transformação que a família sofreu na educação e preparação dos jovens para a vida em comunidade permitiu que a escola tivesse uma maior responsabilidade.

A função de formar e educar os jovens para valores objetivos²⁸, contribuiu para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico. Os discentes devem desenvolver a capacidade para o trabalho e proporcionar, com base numa sólida formação geral, uma formação específica para a ocupação de um justo lugar na vida ativa que permita ao indivíduo prestar o seu contributo ao progresso da sociedade em consonância com os seus interesses, capacidades e vocação.

O enquadramento legal é de extrema importância para um funcionamento pleno da Escola pois a qualidade do trabalho realizado nas mesmas, encontra-se dependente dos documentos legais.

Desta forma, instituiu-se o P.E.E, no âmbito da autonomia das escolas, como o documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão, em vigor num período de três anos, e que explicita os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a

²⁸Observada no artigo 3.º da Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro – Lei de Bases de Sistema Educativo.

sua função educativa (Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, artigo 3.º, alínea 2.a).

O *Plano Anual de Atividades*.²⁹ da Escola é, por sua vez, um instrumento de organização e gestão da escola, onde se encontram contextualizadas as diversas atividades a desenvolver, com objetivos pedagógicos concretos e orçamentos previstos. Estas atividades são articuladas com o P.C.E. e o *P.E.E.*, documentos que definem a orientação conceptual pela qual se vai orientar a atuação pedagógica da escola, tanto na sua componente curricular, como em todas as atividades de complemento e enriquecimento curricular ou extra curricular.

Assim, o *P.A.A.* da Escola surge como o documento de planeamento que define as atividades a desenvolver ao longo do ano letivo, a sua organização e recursos, de forma a concretizar os princípios constantes do *P.E.E.*

2.1. Projeto Educativo de Escola

O *P.E.E.* é entendido como um documento que facilita a definição do horizonte pedagógico da Comunidade Educativa e que permite a valorização do planeamento de todas as atividades, de todos os projetos, das reflexões realizadas após a conclusão das tarefas subjacentes ao mesmo.

Os Projetos Educativos de Escola têm parâmetros que devem ser contemplados na sua elaboração e que devem estar em ligação com o meio envolvente, com a Comunidade Educativa e as suas características.

De modo a entender a capacidade da escola em averiguar e dar importância à riqueza do património do concelho, neste caso particular o de São João da Madeira, procedeu-se à análise e reflexão crítica dos Projetos Educativos de Escola do Triénio 2005/2008 (cf. Anexo 2 Digital em CD – Projeto Educativo Triénio 2005/2008) e Triénio 2010/2013³⁰ (Anexo 3 Digital em CD – Projeto Educativo Triénio 2010/2013).

²⁹Doravante será utilizada a designação *P.A.A.*

³⁰Convém referir que, relativamente ao *P.E.E.* do Triénio 2008/2010, a análise e reflexão não foi realizada pois este não foi facultado pela Escola para a devida análise, apesar dos esforços realizados para atingir esse fim.

O *P.E.E.* do triénio 2005/2008 é um documento definidor da política e dinâmica organizativas, que visa dirigir o processo de intervenção educativa de forma coerente, racional e integrador. Este projeto tem como preocupação definir prioridades suscetíveis de serem realizadas. Desta forma, é necessário que todos os agentes educativos da escola se empenhem.

Ao realizar a *Caracterização do Meio*, destaca-se a localização do concelho, os concelhos limítrofes, a hidrologia, clima e solos; na *História e Património* valoriza-se a origem, passado histórico e história industrial. Por fim, a *Caracterização da População e actividades* verifica-se que população do concelho tem vindo a crescer de forma acentuada. O modelo industrial de São João da Madeira é fundamentalmente caracterizado pela presença de um pólo de especialização tradicional com afirmação na economia portuguesa (o calçado), mas parte da dinâmica económica do concelho é também fruto da indústria da Metalomecânica, de Têxteis e Vestuário que assumem atualmente primordial importância.

Na *Caracterização da Escola*, destaca-se a Oferta de Escola, com cursos vocacionados para prosseguimento dos estudos, no Ensino Básico e Ensino Recorrente. A integração de alunos portadores de deficiências físicas e sensoriais qualifica a escola de pioneira na integração de alunos com Necessidades Educativas Especiais, onde a especialização do corpo docente é um aspeto determinante.

Relativamente à componente humana, fonte propulsora para atingir os objetivos definidos, verifica-se que a população escolar é composta por 895 alunos no ensino diurno num total de 37 turmas (cf. Gráfico 1 - Número de Turmas do Ensino Diurno, por ano letivo), 697 alunos no ensino noturno (28 turmas), 154 professores (73% são do quadro da escola).

No que consta dos níveis de retenção/ aprovação e absentismo, no 3.º ciclo do Ensino Básico verifica-se um elevado número de retenções atingindo valores de 30% no 7.º ano de Escolaridade, enquanto, no Ensino Secundário verifica-se uma diminuição destes valores, de destacar que estes valores encontram-se relacionados com os níveis de indisciplina.

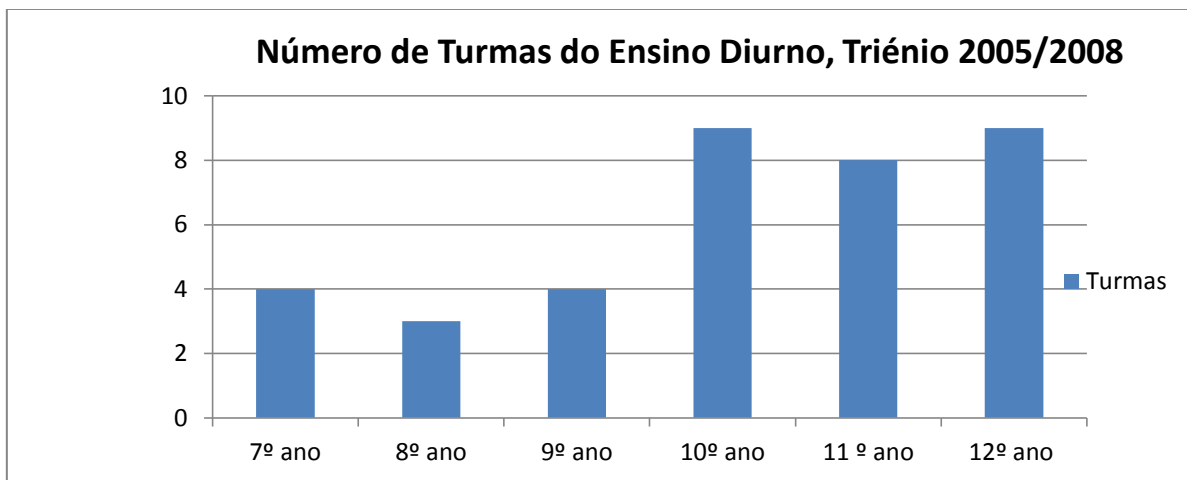


Gráfico 1 – Número de Turmas do Ensino Diurno, por ano letivo.

Para facilitar a “Identificação de Problemas/ e ou Necessidades”, foi realizado um estudo através de inquéritos aplicados, com uma amostra significativa, mais precisamente 340 alunos diurnos e respetivos Encarregados de Educação, dos quais 60 alunos correspondem a alunos do Ensino Recorrente. Desta amostra fazem parte também 50 docentes (dos 154 existentes) e 20 correspondendo a Pessoal Não Docente (do total de 42). Sendo assim, e relativamente ao *Grau de Conhecimento da Escola* constata-se que todos os inquiridos são conhecedores da mesma.

Tendo em conta as *Expectativas/sentimentos em relação à sua função na Escola Secundário Serafim Leite* 34% dos alunos/pais optaram pela escola pela proximidade à residência, 32 % por esta escola ter a área de curso que pretendem, 12 % devido à qualidade da escola, 10% corresponde a um fator de escolha do aluno, 6% pela proximidade do emprego dos pais, 3% pela falta de vagas noutra escola e também por indicação dos pais. Os alunos entendem a escola como “*um lugar de construção/formação de um futuro profissional de elevada importância*” (Projecto Educativo de Escola do Triénio 2005/2008).

Relativamente à *Ideia da Escola em termos técnicos*, os alunos sobressaem a pouca variedade de estratégias para dinamizar as aulas, o pouco tempo livre para estudar, as aulas demasiado teóricas, o demasiado tempo de permanência nas aulas, mas também a fraca vontade de estudar e os horários sobrecarregados. Os pais acrescentam a exposição das matérias pelos professores, a falta de motivação e domínio das matérias pelos professores.

Os professores consideram que os alunos não têm métodos de estudo, expressam-se quer oral quer por escrito com dificuldade, não apresentam pré-requisitos necessários e maturidade equivalente à sua idade. A necessidade de criar hábitos de reflexão e espírito crítico, usar métodos que despertem o interesse dos alunos e desenvolver nos alunos o sentido de respeito pelo outro, segundo os professores é um dos aspetos a melhorar e para alterar.

Na análise do *Conceito Global da Escola Secundária Serafim Leite* pretende-se distinguir a escola de outras escolas pela positiva e pela negativa. Destacando-se pela positiva a parte humana e dinâmica da escola; o bom ambiente de trabalho entre todos, respeitando e aceitando as diferenças sociais e culturais; atividades bem aceites; diversidade de alternativas de percursos escolares; e boa gestão e bons profissionais, com bom serviço perante a comunidade. Quanto aos aspetos negativos realça-se as infraestruturas deficientes a necessitar de reforma; a indisciplina que necessita de ser repensada e tomadas medidas de forma a alterar a atitude dos alunos; a falta de espaços para convívio e desenvolvimento de atividades extracurriculares; o excesso de alunos por turma que desmotiva; e a qualidade do ensino, ou melhor, a falta de articulação entre o Ensino Diurno e Noturno.

Os objetivos, relativos ao P.E.E., debruçam-se como *Garantir o Sucesso Educativo*³¹, *Fomentar a integração Escola/Comunidade*³², *Promover a qualidade e qualificação dos agentes da escola e Simplificar procedimentos organizacionais*. Definidos os objetivos é aplicado o “Plano de Acção” passando por melhorar as condições das instalações, serviços, equipamentos, horários e atividades extra-curriculares, organizar debates e encontros com a comunidade Educativa, entre outros (cf. Anexo 2 Digital em CD – Projecto Educativo Triénio 2005/2008, p. 40 e 41).

Conclui-se que este Projecto Educativo “é parte integrante da identidade da Escola uma vez que, para além de um mero documento que consagra a orientação educativa da Escola Secundária Serafim Leite, explicita os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o nosso estabelecimento de ensino se propõe cumprir na

³¹Promovendo a formação de todos os alunos em condições de igualdade de oportunidades no respeito pela diferença e autonomia de cada um garantindo a liberdade de aprender e ensinar. Assim como, desenvolver um espírito de educação “para toda a vida”, baseado nos pilares educativos da Unesco: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser.

³²Mobilizar a Comunidade Educativa, alertando-a para a importância da sua participação no P.E.E. incluindo-lhe mais credibilidade e legitimidade.

sua função educativa” (cf. Anexo 2 Digital em CD – Projecto Educativo Triénio 2005/2008).

O P.E.E. do triénio 2010/2013 é visto “*como um documento/instrumento que deve ser desejado e não imposto. Por isso o queremos envolvente, viável, global, participado, operacional e exequível, potenciador de negociações e construtor de consensos. Inacabado, porque em sistemática construção, mas assumindo-se como garantia do sucesso educativo*” (cf. Anexo 3 Digital em CD – Projecto Educativo Triénio 2010/2013, p.1).

Este projeto surgiu da vontade/necessidade de criar espaços de autonomia que permitiram definir uma identidade estrutural e operacional face aos seus ideais; dará coerência e unidade às atividades educativas que acontecem; permitirá à escola ser capaz de uma apropriação de um espaço de liberdade afirmando-se à comunidade; é um diagnóstico prévio da realidade da escola referindo as dificuldades e os obstáculos, assim como as potencialidades e recursos disponíveis. Através do mesmo traçam-se metas e finalidades a perseguir, bem como políticas a desenvolver de forma a encaminhar para o ideal de escola.

Sendo assim, este documento deve estar em consonância com *o Projeto Curricular de Escola, Plano Anual de Atividades, Projetos Curriculares de Turma e Regulamento Interno*. Desta forma deve ser envolvente, viável, global, participado...para ter sucesso, assim como deve estar em constante construção e pensando sempre em sucesso educativo.

Convém referir que a organização subjacente a este projeto é a comunidade educativa e não apenas a escola, pelo que importa ter consciência de que a missão educativa, referenciada em valores e princípios, não constitui um compromisso exclusivo dos profissionais e dos alunos da escola. Uma organização terá sobretudo de pormenorizar o seu projeto, não é aceitável que uma organização com compromissos sociais tenha a própria sociedade como referência daí que todos os elementos zelem por uma prática educativa ajustada com as referências referidas anteriormente e ainda a Declaração de Salamanca, Declaração Universal dos Direitos da Criança, Declaração Mundial sobre a Educação para todos e o Tratado de Lisboa.

A oferta de escola abarca o Ensino Básico regular e EFA/Básico, o Ensino Secundário (Regular Cursos Científico-Humanísticos e Cursos Profissionais). Esta oferta está verdadeiramente interligada com os protocolos existentes.

A “*Componente Humana*”, essencial numa escola, comporta uma população escolar de 900 alunos no Ensino Diurno e de 100 alunos no Ensino Noturno (dez turmas de Educação e Formação de Adultos e 5 turmas do Ensino Recorrente). O número de professores é de 137, sendo 75,2 % do quadro da Escola.

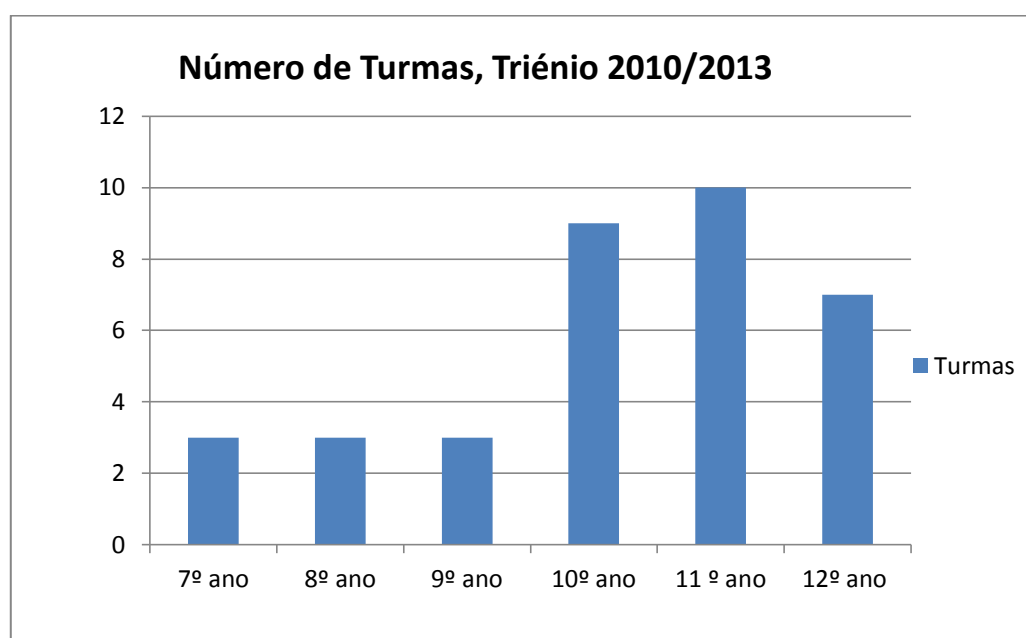


Gráfico 2 – Número de Turmas do Ensino Diurno, por ano letivo.

Tendo em conta os níveis de retenção/aprovação e absentismo verifica-se que a taxa de permanência é de 70,5% e de abandono de 29,5%. Os níveis de indisciplina, que são analisados pelo Gabinete de Apoio ao Aluno, apresentam números significativos de repreensões o que revela a existência de problemas disciplinares, assim como, o número de alunos aos quais foi dada ordem de saída da sala de aula assume valores significativos.

Os “*Objectivos Gerais*”remetem-nos para os objetivos específicos já referidos no P.E.E. anterior, que se articulam com as “*Metas da Escola*”, os objetivos específicos, assim como as metas e os indicadores de medida.

O Plano Plurianual e o *P.A.A.*, nos quais constam as atividades propostas e a sua calendarização, constituem a melhor forma de averiguar as alterações e se as metas se encontram em consonância.

Em suma, este projeto encontra-se em contínua construção, em que os agentes que o integram representam a vontade de todos, e a escola reflete essa vontade.

2.2. Planos Anuais de Atividades

O *P.A.A.* é um documento estruturante, orientador, evolutivo, com carências detetadas até à sua conclusão final, com harmonia e vantajosa interação organizativa entre todos os intervenientes do documento.

As linhas orientadoras integradas neste projeto, assim como, no *P.E.E.*, permitem cumprir a função socializadora da Escola na procura de respostas ajustadas aos diferentes públicos que a frequentam, em permanente diálogo com a família; contribuir para que os alunos, cumprindo o nível de escolaridade, adquiram as ferramentas fundamentais (aprendizagens, competências, atitudes, valores), que lhes permitam construir percursos que, embora diversos, facultem a cada um, no futuro, a autonomia necessária a uma opção de vida com dignidade; construir o quotidiano de escola num exercício permanente de direitos e deveres de cidadania para todos quantos nela convivem; proporcionar aos jovens o domínio de técnicas de informação, condição fundamental numa sociedade em rápida evolução, para uma formação ao longo da vida em especial com recurso às TIC.

Por outro lado, elegem os grandes objetivos da unidade orgânica: garantir o sucesso educativo; fomentar a integração escola/comunidade; promover a qualidade e a qualificação dos agentes da escola; simplificar os procedimentos a nível organizacional.

De forma a atingir os objetivos específicos, as metas e os indicadores de medida (que deverão ser tomados como orientadores do *P.A.A.*), o *P.A.A.* deve afirmar-se como um documento/instrumento cativante, exequível, global, participado e operacional, assumindo-se como pilar precioso da garantia do sucesso educativo.

Assim, após analisar os Planos Anuais de Atividades do período em análise consegue-se perspetivar um conjunto de conclusões de extrema importância.

Relativamente ao ano letivo 2006/2007 (cf. Anexo 4 Digital em CD - Plano Anual de Actividades 2006/2007), o *P.A.A.* encontra-se estruturado de uma forma muito simplificada, onde constam as atividades previstas, sem que os objetivos gerais e as metas a atingir façam parte destes dados.³³

No que concerne ao ano letivo 2008/2009 (cf. Anexo 5 Digital em CD - Plano Anual de Actividades 2008/2009) verificam-se alterações significativas merecedoras de destaque. Este documento é composto por um número mais abrangente de aspetos, em que os objetivos gerais, específicos e as metas, assim como os dinamizadores e público-alvo são importantes.

O *P.A.A.* referente ao ano letivo 2009/2010 (cf. Anexo 6 Digital em CD - Plano Anual de Actividades 2009/2010) encontra-se organizado por secções, evidenciando-se o surgimento das atividades do *Projeto Educativo Municipal*, da Associação de Pais e Encarregados de Educação.

No Plano de Atividades do ano letivo 2010/2011 (cf. Anexo 7 Digital em CD - Plano Anual de Actividades 2010/2011) os dados fornecidos encontram-se subdivididos no Corpo do *P.E.E.*. No entanto, o Mapa Tipológico de Monitorização com os dados relativos às atividades resume a importância deste documento, estando sintetizados neste mapa todos os dados.

Relativamente ao *P.A.A.* do ano letivo 2011/2012 (cf. Anexo 8 Digital em CD - Plano Anual de Actividades 2011/2012), a sua análise revelou-se um pouco surpreendente pois os dados foram facultados através de um documento Excel, no qual foi necessário muita atenção e perspicácia. Mas, os dados pretendidos para este estudo constavam no documento, mais precisamente os dados referentes às visitas de Estudo – concelhias, nacionais e internacionais.

Por fim, o *P.A.A.* referente ao ano letivo de 2012/2013, composto por dois documentos: O Plano Anual e Plurianual de Atividades – avaliação - Relatório Anual e o Anexo 1- Avaliação – Relatório anual (decreto-lei nº 137/2012 de 2 de Julho, artigo 20º, nº 2, a)ii)).

O Plano Anual e Plurianual de Atividades 2012/2013 (cf. Anexo 9 Digital em CD - Plano Anual de Actividades 2012/2013) encontra-se articulado num corpo bastan-

³³ Quanto ao *P.A.A.* do ano letivo de 2007/2008, não foi possível realizar a sua análise pois este não foi facultado por motivos alheios.

te explícito, onde constam os dados fundamentais das atividades propostas e as realizadas.

Sendo assim, pode-se referir que todos os Planos Anuais de Atividade analisados são detentores de atividades distintas, incluindo as Visitas de Estudo, e que permitem averiguar de certa forma a importância destas estratégias no processo de ensino - aprendizagem.

Os Planos Anuais de Atividades devem sempre ser vistos como um instrumento de gestão, pelo que a metodologia adotada na sua conceção tem de procurar ter em consideração todos os condicionalismos existentes, contando sempre com o envolvimento de toda a Comunidade Educativa.

2.3. Análise comparativa no período de 2007/2013

A análise de documentos legais, fundamentais para um correto funcionamento das entidades que abrangem a Comunidade Educativa, facilita a compreensão de procedimentos adotados e que futuramente venham a ser seguidos na interpretação de opções e medidas, de forma a atingir o sucesso educativo.

Desta forma, a compreensão/interpretação dos P.E.E. dos Triénios em análise (2005/2008 e 2010/2013) e dos P.A.A. (entre 2006 a 2013, com exceção do ano letivo 2007/2008) são fundamentais para compreender de que forma estes documentos se encontram atentos às disponibilidades do concelho, compreender se os P. A.A. estão ao serviço dos P.E.E., e se, ao longo dos anos, existem alterações de relevância.

2.3.1. Projeto Educativo de Escola

Os P.E.E. são documentos reflexivos, em constante transformação, valorizadores de todas as atividades e projetos que se realizam ao longo dos anos letivos que abarcam os mesmos.

Os dois projetos sobre os quais incidiu o estudo apresentam características semelhantes em alguns capítulos, no entanto, as divergências são visíveis.

O P.E.E. do triénio 2005/2008 apresenta o processo de intervenção mais adequado à ação educativa, onde todos os agentes educativos são convidados a intervir empenhando-se de forma a colocar em prática as prioridades da comunidade.

Os princípios e valores encontram-se expressos de forma simples e baseiam-se em três documentos considerados os fundamentais e essenciais (Declaração Universal dos Direitos Humanos, Constituição da República Portuguesa e Lei de Bases do Sistema Educativo) para a Comunidade Educativa.

A caracterização do concelho encontra-se, de forma elementar, com os dados essenciais destacando-se aqui a origem do concelho, seu passado e a importância da indústria como fundamental para o desenvolvimento económico do município.

A Escola – “Caracterização da Escola” – avaliada pela sua estrutura física de forma abrangente permite detetar a falta de espaço para o número de alunos, assim como, a necessidade de obras para melhorar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Sobressai nesta análise a preocupação das ofertas de escolas pelo facto de ter sido uma escola industrial e possuir um passado vocacionado para a formação tecnológica, mais precisamente os Cursos Profissionais. Por este facto, existe uma alusão para dar continuidade aos Cursos Profissionais nas várias áreas devido à sua importância.

A integração de alunos portadores de deficiência física e sensoriais tornou a escola pioneira neste aspeto sendo detentora de um corpo docente especializado em Educação Especial. A componente humana – quer Pessoal Docente, Pessoal Administrativo e Pessoal Não Docente – encontra-se valorizada como fonte propulsora para atingir os objetivos definidos para a Comunidade Educativa.

Nesta análise salienta-se preocupação relativamente às ocorrências de indisciplina, que muitas vezes carecem da aplicação de medidas preventivas e integração, chegando em alguns casos a serem responsáveis pela expulsão dos alunos menos cumpridores. Esta situação deveria estar mais explícita para se poder compreender os fatores da mesma.

Relativamente aos aspetos positivos e negativos, realço a pertinência dessa distinção. No entanto, parece-me um pouco arrojada a atitude de aferir aspetos positivos e negativos tendo como ponto de partida outras escolas pertencentes ao mesmo concelho. Como realizaram essa apreciação? Estarão de tal forma distanciados que conseguem realizar essa análise?

Os objetivos, considerados no P.E.E., afiguram-se de uma abrangência notória, que por um lado podem ser facilitadores para a Comunidade Educativa, mas também podem dificultar todos os processos subjacentes. A falta de especificidade auxilia o processo de construção do P.E.E., no entanto, torna impercetível algumas “riquezas” existentes.

A existência de variados protocolos, como parte integrante deste projeto, deveria facilitar a partilha de opiniões, aprendizagens a vários níveis, valorizando as potencialidades do concelho, como exemplo, a valorização do património, das valências e/ou atividades existentes no concelho.

Enaltece-se, neste *P.E.E.*, a forma conseguida de avaliar e entender as opiniões da Comunidade Educativa, pois do documento em análise faz parte um inquérito realizado aos alunos, Pais/Encarregados de Educação, professores e Pessoal Não Docente da escola. Este inquérito permite avaliar sobre o grau de conhecimento da escola, as expectativas/sentimentos em relação à sua função na ESSL, a ideia da escola em termos técnicos; a ideia da escola em termos funcionais e estruturais, o que se deve mudar.

O P.E.E. do Triénio 2010/2013 demonstra a necessidade/ preocupação em conhecer o seu objetivo, daí a explicação pormenorizada e a importância dada à sua existência. A precisão com que evidenciam a sua importância está implícita na necessidade de ser perceptível a simbiose entre o *P.E.E.*, o *P.C.E.*, o *P.A.A.*, os Projetos Curriculares de Turma e o *Regulamento Interno*. A consonância destes documentos permitirá que se atinja a “escola ideal”.

Os documentos pilares de valorização dos valores e princípios são em maior número destacando-se, para além dos referidos no Projecto Educativo de Escola do triénio 2005/2008, a Declaração de Salamanca, Declaração Universal dos Direitos da Criança, a Declaração Mundial sobre Educação para todos e o Tratado de Lisboa. Todos os elementos da Comunidade Educativa se comprometem a zelar por uma prática educativa adequada com as referências.

Este projeto apresenta, comparativamente ao anterior, uma maior preocupação em descrever o concelho, quer relativamente à sua localização, relevo, clima, ponto de vista político administrativo, quer realçando aspetos de fulcral importância para o concelho. De destacar a necessidade de dar a conhecer que São João da Madeira faz parte da Área Metropolitana do Porto desde 28 de Novembro de 2005, e que verificou um

rápido crescimento urbano favorecido pela localização mas também pelo passado industrial, salientando a importância da indústria metalúrgica e de calçado.

No que concerne à Caracterização de Escola realça-se as alterações efetuadas a nível de estrutura, o que demonstra a valorização dos problemas por parte das entidades competentes, visto que a falta de espaços próprios deixaram de ser um problema após a construção de dois novos blocos.

Devido aos elevados níveis de indisciplina, situação também verificada anteriormente, criou-se um Gabinete de Apoio ao Aluno que permite ter um conhecimento mais abrangente das necessidades e das situações, quer positivas, quer negativas verificadas.

A identificação e caracterização de problemas e/ou necessidades não constam do projeto remetendo para relatórios que não são de acesso fácil, ou melhor, não estão acessíveis a todos que queiram averiguar e refletir sobre o assunto. Parece importante que tais documentos sejam de fácil acesso a todos.

Os objetivos deste *P.E.E.* aparecem de forma clara, e de fácil interpretação. A interligação entre objetivos gerais, metas da escola e plano de ação facilitam a sua compreensão, e reflexão crítica. De realçar que as Metas da Escola estão devidamente sintonizadas com os indicadores de medida que permitem conclusões mais singulares.

É importante aferir que ao longo dos anos a preocupação de aperfeiçoar os projetos educativos foi uma constante, visto que a inter-relação entre os dados que o compõem é visível de forma mais eficaz.

Os objetivos, metas e plano de ação encontram-se entrelaçados e tal só foi possível devido ao conhecimento perspicaz da Comunidade Educativa, necessidades, problemas, potencialidades.

2.3.2. Planos Anuais de Atividades

Os *P.A.A.* afiguram-se com apresentações distintas e que não são de todo facilitadoras de uma análise e reflexão. Após uma análise global torna-se importante uniformizar o objeto de estudo e, por conseguinte, apostar na comparação relativa às ativida-

des – Visitas de Estudo – e de que forma os documentos legais se encontram interligados como se pretende.

Relativamente ao *P.A.A.* 2006/2007, verifica-se que não existe uma relação entre o P.E.E. uma vez que nem referência ao documento faz. Sendo assim, constata-se que este plano não se encontra de acordo com o P. E. E., não se denotando uma preocupação por parte dos membros envolvidos na realização das atividades, nem mesmo na valorização do concelho e do património.

As atividades propostas no P.E.E. são muito amplas e encontram-se relacionadas com atividades a realizar na escola, ou outro tipo de atividades que se prendem com melhorias nas instalações, ou seja, não são atividades de interesse pedagógico (ex: A34 – Remodelação dos balneários femininos e masculinos ou A0 – Reformulação do P.E.E.).

No ano letivo 2008/2009, existe uma valorização das metas e dos objetivos a atingir, dando-se especial importância à relação e consonância com o P.E.E. Salienta-se a interesse do objetivo 2 – Fomentar a interação escola/Comunidade, interligado como Objetivo específico O2.2 – Aprofundar a ligação entre a escola e o meio social, cultural e económico e a meta M 2.2.1 – Definir um referencial de desenvolvimento da articulação entre a escola e a comunidade até final de Novembro e a M 2.2.2 – Realizar entre 75% a 80% das iniciativas de articulação definidas.

Estes dados demonstram uma preocupação com a Comunidade Educativa e o meio envolvente; no entanto, as atividades realizadas verdadeiramente não demonstram essa interligação e preocupação. Será importante referir que o aspeto do *P.A.A.* pressupõe que o mesmo está sem finalização; entretanto, os membros da escola referiram que estes dados eram os que tinham em sua posse, não podendo assim, comprovar tal situação.

O *P.A.A.* de 2009/2010, encontra-se estruturado com todas as atividades previstas fazendo parte do mesmo as atividades da Associação de Estudantes, da Associação de Pais e Encarregados de Educação, pela primeira vez. Convém realçar também, que neste plano, surge o Projeto Educativo Municipal³⁴ com as suas propostas assim como, as

³⁴Doravante será utilizada a designação P.E.M.

atividades dos Serviços de Psicologia e Orientação, Biblioteca Escolas e Centro de Recursos Educativos.

Relativamente ao P.E.M., as atividades propostas estão relacionadas com a questão ambiental, consciencialização do ambiente, assim como, a questão da violência no namoro e reconhecimento de indicadores de alerta.

No ano de 2010/2011 são apresentadas as metas e os grandes objetivos do P.E.E. que nomeiam a interligação com o P.C.E. Pela primeira vez se menciona a existência de uma comissão especializada para acompanhar a inclusão de atividades no *P.A.A.*, assim como a classificação tipológica das atividades que facilita a monitorização das mesmas.

As tabelas que comportam a informação encontram-se bem estruturadas e com articulação.

O *P.A.A.* do ano letivo 2011/2012 encontra-se numa página de Excel e por conseguinte de difícil leitura. Essa dificuldade prende-se não somente pela visualização dos dados mas também pela denominação das folhas de Excel.

O plano relativo ao ano de 2012/2013 apresenta a análise topológica bem definida, onde os objetivos gerais e específicos facilitam a compreensão do mesmo.

Desta forma, a análise das atividades – Visitas de Estudo – realizadas nos anos letivos referidos, quer sejam concelhias, nacionais e internacionais, são presentemente objeto de estudo e de observação crítica.

As Visitas de Estudo realizadas ao longo dos anos em análise são fundamentais para compreender de que forma são aproveitadas as potencialidades do concelho para o processo de ensino-aprendizagem.

Sendo assim, ao abordar a evolução das visitas de estudo realizadas ao longo dos anos verifica-se que existe uma grande disparidade de valores.

Em primeiro lugar, convém referir que os dados existentes até ao ano letivo de 2011/2012 apenas se referem às visitas de estudo aprovadas, não referindo se na realidade se concretizaram, enquanto no ano letivo 2012/2013, existe essa diferenciação.

Relativamente a Visitas de Estudo realizadas, no período em análise, podemos constatar que existe uma grande variabilidade nos valores apresentados, destacando-se o ano letivo de 2011/2012 com valores mais elevados (69 visitas de estudo) e o ano letivo de 2008/2009 com os valores mais baixos (3 visitas de estudo).

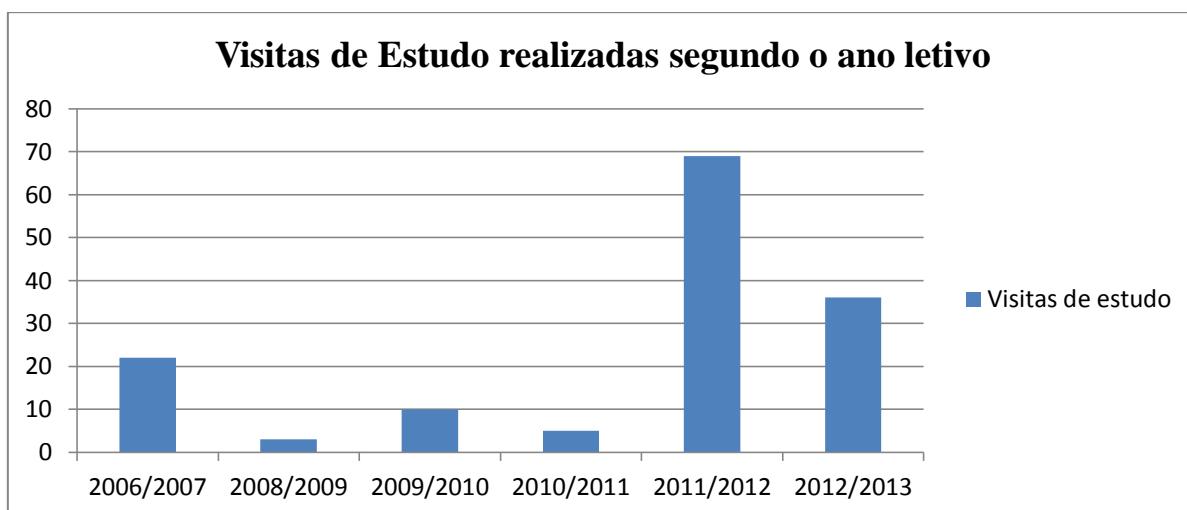


Gráfico 3 – Visitas de Estudo realizadas segundo o ano letivo.

Quanto à denominação de Visitas de Estudo de âmbito concelhio, nacional e internacional verifica-se que existe uma discrepância nestes valores pois relativamente às visitas de estudo internacionais esta só existe em apenas 3 anos letivos e sempre em número igual. Tendo em conta as visitas nacionais é importante referir que o ano letivo de 2011/2012 apresenta valores bastante elevados com 56 visitas de estudo realizadas, e o ano em que os valores são mais baixos correspondem a 2008/2009.

As visitas de estudo concelhias apenas aparecem no ano letivo de 2006/2007, 2011/2012 e 2012/2013. De referir que nos dois últimos períodos em análise estes valores são mais significativos.



Gráfico 4 – Visitas de Estudo concelhias, nacionais e internacionais, segundo o ano letivo.

Os resultados verificados, ainda que sujeitos a algum cuidado, levam a uma reflexão que parece importante de forma a atingir as conclusões mais pertinentes neste estudo.

Em primeiro, convém destacar as diferenças encontradas nos dados disponíveis pois existem planos em que a falta de informação não permite chegar a conclusões mais viáveis.

Também o fato de a maior parte das visitas de estudo não se encontrarem mencionadas no *P.A.A.* pois ao longo do ano podem surgir novas propostas, e também pelo fato de muitos professores chegarem à escola mais tarde por serem contratados e não terem possibilidade de colocar no *P.A.A.* a sua proposta. Mas, este plano deve ser reformulado ao longo do ano e por conseguinte deviam fazer parte dele todas as propostas ou atividades realizadas, o que não acontece constantemente.

Por outro lado, grande parte dos planos tem as visitas de estudo propostas e não tem informação da sua realização, tal como acontece no *P.A.A.* 2012/2013 em que os dados das visitas propostas e das visitas realizadas constam devidamente. Senão, veja-se o exemplo: do total de visitas aprovadas (78) apenas 36 se realizaram, como é o caso da visita de estudo realizada para este estudo. De realçar, também, que relativamente às visitas de estudo concelhias, das 30 aprovadas apenas 9 foram realizadas, ou seja, menos de um terço das visitas se concretizaram na realidade.

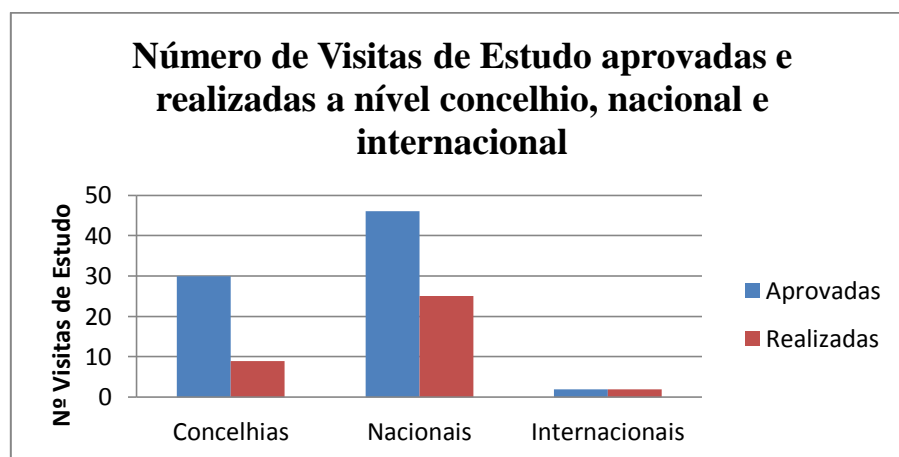


Gráfico 5 – Visitas de Estudo aprovadas e realizadas, segundo o espaço geográfico.

Esta situação leva a uma reflexão que deixa questões em suspenso. Será que todas as visitas aprovadas e que constam dos *P.A.A.* foram realizadas? Porque razão as

visitas de estudo concelhias se apresentam em número tão reduzido? Os P.E.E., juntamente com o P.E.M., não terão força para alterar a tendência e dar uma maior valorização à disponibilidade do concelho?

Algo tem se ser feito para que se valorize o que faz parte da Comunidade Educativa, para que se reflita no património da qual fazemos parte.

2.4. Projeto Educativo Municipal

O *P.E.M.* é resultado de um instrumento de pesquisa que permite a concretização de um documento de elevado interesse para o concelho, mais precisamente, a Carta Educativa Municipal de São João da Madeira (cf. Anexo10 Digital em CD – Carta Educativa de São João da Madeira) que foi homologado pelo governo e entrou em vigor no final de 2006.

A Carta é um documento do qual consta a planeamento e organização de projetos, edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as necessidades de educação e formação dos três níveis de ensino, mais concretamente, Pré-Escolar, Básico e Secundário.

O concelho, como Cidade Educadora³⁵, pretende responder aos grandes desafios do século XXI, e de certa forma apostar na educação de cada indivíduo para que expresse, afirme e desenvolva o seu potencial humano. Destaca-se a importância da dinamização do Ensino Profissional visível na construção de uma escola destinada ao 3.º ciclo do Ensino Básico e Secundário, complementada com o crescimento dos Cursos Profissionalizantes nas escolas.

Através do *P.E.M.*, as entidades competentes deverão promover a educação de forma diversa para que a compreensão e cooperação atinja toda a Comunidade Educativa. Esta educação deverá combater todas as formas de discriminação, favorecer a liberdade de expressão, a diversidade cultural e o diálogo em condições de igualdade.

³⁵O conceito de Cidade Educadora apresenta-se como “um enquadramento teórico que surge como expressão da nova sensibilidade e concepção que se vem desenvolvendo sobre as funções, os recursos e as potencialidades dos núcleos urbanos” (Villar-Caballo, 2001, p. 14). O objetivo é o de reconhecer e valorizar o papel da cidade na construção da identidade individual, comunitária e nacional dos cidadãos, ao mesmo tempo que se evidencia a importância do papel ativo da comunidade na sua construção.

O P.E.M. de São João da Madeira é coordenado pela Câmara Municipal de São João da Madeira, tendo como parceiros as escolas e instituições do concelho. O P.E.M. segue as orientações da Carta Educativa do Município e os princípios da Carta das Cidades Educadoras.

O P.E.M. é composto por um conjunto de 40 Programas, que são pertinentes para a totalidade da Comunidade Educativa, desde o Pré-Escolar até aos Seniores, e que permite um conhecimento de todo o património municipal e das valências em que aposta este projeto.

São objetivos gerais do P.E.M. de S. João da Madeira, a promoção da articulação e cooperação Escola/Escola, Escola/Família e Escola/Comunidade; a prevenção da saída antecipada e a saída precoce da Escola; o estímulo de atitudes de tolerância, cooperação e diálogo para a construção de uma atitude solidária e democrática; a compreensão da cidadania como participação social; a promoção do relacionamento intergeracional, através da partilha de saberes, valores e experiências socioculturais; tornar os indivíduos sujeitos ativos da sua história, desenvolvendo competências empreendedoras e espírito científico; facilitar a interdisciplinaridade do conhecimento; estimular hábitos de vida saudável; promover a apropriação dos espaços públicos – parques e jardins, Museu, Bibliotecas...

Os programas do P.E.M. são variados, encontram-se preparados para facilitar a programação das atividades, Estes divergem entre Programas como “*Pequenos Cientistas sanjoanenses*”, “*Semana de Desporto Adaptado*”, “*Jovens Empreendedores*”, “*Visitas Orientadas ao Museu*”, “*Circuitos pelo Património Industrial*”, entre outros.

O projeto dos “*Circuitos pelo Património Industrial*” tem como objetivo colocar os alunos em contato direto com o meio empresarial. Os alunos poderão ter a possibilidade de visitar fábricas bem como familiarizar-se com o processo produtivo de cada um dos produtos, com as exposições e com o ambiente fabril.

Os objetivos deste projeto prendem-se com o conhecimento de uma fábrica por dentro; familiarizar-se com o processo produtivo de um sapato, lápis, chapéu, etiqueta ou fita; conhecer os profissionais que existem nas fábricas e valorizar os produtos.

Este programa para as escolas do concelho de São João da Madeira apresenta uma particularidade pois é na sua totalidade gratuita, assim como, o transporte para deslocar os alunos para os projetos. No entanto, a meu ver e tendo em conta a proximi-

dade geográfica dos circuitos e das escolas, esta deslocação poderá facilmente ser feita a pé.

Encontram-se criados todos os mecanismos para os programas do P.E.M. serem um sucesso, o que demonstra a preocupação da autarquia em criar estruturas para dar a conhecer à Comunidade Educativa a importância do património existente.

3. Objeto de Estudo

“Dentro destas paredes guardamos máquinas, ferramentas, matérias-primas...Guardamos as histórias que a memória salvou”.

<http://museudachapelaria.blogspot.pt/p/museu.html>

A *Histórica Local*, o *Património Histórico e Industrial* são importantes para a realização deste estudo. Presentemente, os *Circuitos pelo Património Industrial* permitiram compreender de que forma a Comunidade Educativa valoriza o que faz parte da sua pertença.

3.1. Circuitos pelo Património Industrial

Consciente da sua realidade, a Câmara Municipal de São João da Madeira decidiu liderar um processo de planeamento estratégico do desenvolvimento económico local ao gerar e promover estratégias e planos de ação que permitam manter e reforçar a competitividade da economia local. Desta forma, envolveu atores do sector privado, do sector público e da sociedade com o objetivo de realizar um esforço comum de reflexão e de decisão orientado para a manutenção e o reforço da competitividade da economia local, condição essencial para uma prosperidade sustentável para a cidade e de uma vida com mais qualidade para os seus habitantes.

No ano de 2008, com a Criação do Centro Empresarial e Tecnológico, torna-se possível uma aposta mais vincada na inovação e tecnologia das empresas. Simultaneamente, o município tem em curso a reabilitação da antiga *Oliva*³⁶ com o intuito de estabelecer nesse espaço a sede das indústrias criativas.

³⁶ A *Fábrica da Oliva* é considerada um dos mais emblemáticos e históricos edifícios de São João da Madeira, assim com um importante marco na história económica e social do concelho. Fundada em 31 de Julho de 1925, sob a liderança de António José Pinto de Oliveira, a *Oliva* acabaria por marcar a vida de muitos homens e mulheres sanjoanenses, dando um enorme contributo para o desenvolvimento da cidade. Esta dedicou-se à Indústria da Fundição, tendo daí saído as populares e muito antigas máquinas de costura *Oliva*. Terminou a sua laboração em 2010.

Com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Local³⁷, em 2009, identificado como uma oportunidade pela Câmara de São João da Madeira, o “*Desenvolvimento do Turismo Industrial e de Negócios*” surgiu como um desafio para a economia, que enfrenta uma concorrência e competitividade à escala mundial.

Todo o espólio que o concelho alberga, quer relacionado com o sector do calçado e da fundição, quer com os edifícios emblemáticos que acolheram estas oficinas, passa a ser considerados de enorme interesse concelhio.

Através da indústria inovadora, dotada de uma qualidade e tecnologia primordial, foi seguida uma estratégia de desenvolvimento do turismo no município que englobava os recursos existente no conceitos e com a criação dos circuitos iria valorizar o concelho. O *Património Industrial*, a arqueologia industrial e a indústria viva passam a ser pilares fundamentais numa estratégia em que o sucesso se encontra inerente³⁸.

Com a organização da oferta turística industrial de São João da Madeira em circuitos, a promoção é feita de uma forma integrada, demonstrando um produto organizado e de fácil compreensão, através de canais de comunicação e distribuição são promovidos a nível nacional e internacional.



Imagem 5 – Outdoor de divulgação dos Circuitos pelo Património Industrial.

³⁷ CÂMARA DE SÃO JOÃO DA MADEIRA. “Plano Estratégico de Desenvolvimento Local”, Novembro, 2008, pp.93.

³⁸ “O Projeto do Turismo Industrial tem por missão a projeção nacional e internacional do município de São João da Madeira e consolidação e promoção da sua dimensão turística ligada à indústria, potenciando o desenvolvimento económico e social, a bem da qualidade de vida dos cidadãos. Deverá emergir em São João da Madeira uma dimensão turística consistente, baseada na indústria tradicional, passada e presente, e novas indústrias tecnológicas e criativas. O Turismo Industrial deverá afirmar-se como um produto turístico de elevado valor económico, cultural e lúdico, através da qual mais turistas conhecerão empresas em atividade, poderão reviver atividades de outros tempos, e visitarão espaços museológicos e museus, de onde se destaca o Museu da Chapalaria da cidade” (Discurso de Castro Almeida, 2009).

Segundo Vanda Cardoso (2012, p. 43), a criação de Circuitos e/ou Rotas turísticas industriais³⁹ deve ser preparada de forma a satisfizer determinados princípios e tendo em consideração critérios que lhe concedam um carácter organizativo, atrativo, de fácil visita e de qualidade. Desta forma, a oferta deve estar organizada de modo a provocar a curiosidade do turista ou de quem percorre os circuitos.

Para que tudo decorra com organização, torna-se fundamental criar um conjunto de princípios e padrões de qualidade que possibilitem que as rotas e/ou circuitos turísticos industriais possam ser impulsionados e visitados tendo em conta o visitante, fornecendo-lhe toda a informação que procura.

A articulação e dinamização de todo o projeto foram arcadas pelo setor público, sobretudo pelo município de São João da Madeira, apoiado por uma equipa de trabalho com a finalidade conjunta de criar os *Circuitos pelo Património Industrial*.

Após um trabalho bem estruturado através de diferentes ações como a “*Definição de uma Estratégia política territorial para o Turismo*”, “*Sensibilização às Empresas para adesão ao projeto*”, numa Fase I; na Fase II a “*Organização do Trabalho*”, “*Identificação dos recursos turísticos Industriais*”, “*Sistematização da Informação*”; numa Fase III a “*Implementação de Ações*”, e “*Criação dos Circuitos*”; e por fim, numa Fase IV a “*Abertura ao Público*”, os *Circuitos pelo Património Industrial* tornaram-se uma realidade.

O Projeto Circuitos pelo *Turismo Industrial* encontra-se alicerçado em dois pilares fundamentais. Por um lado, o *Welcome Center* que é responsável pelas visitas às empresas e instituições, fornece as informações de âmbito do *Turismo Industrial*, recebe e encaminha os grupos, prepara os visitantes para o circuito e facilita o material necessário para a visita⁴⁰. Por outro lado, os circuitos que integram as empresas e instituições (cf. Quadro 1 - Parceiros dos *Circuitos pelo Património Industrial*) onde os visitantes podem escolher o tipo de empresa/instituição que ambiciona visitar e/ou realizar o circuito que mais lhe agrada.

³⁹Chan, (citado por Fernández e Ramos, 2004, p. 115), refere que “*uma rota turística é composta por um conjunto de locais, neste caso de estabelecimentos industriais ou construções relacionadas com a produção, organizados em forma de rede dentro de uma determinada região e que, estando devidamente sinalizadas, suscitam um reconhecimento de interesse turístico*”.

⁴⁰O turista tem a possibilidade de pedir informação e efetuar as suas reservas através de telefone, *email*, fax, pessoalmente ou por correio tradicional para o *Welcome Center*.

Este projeto é composto por uma bolsa de guias com formação específica, que sabem falar português, espanhol, francês, italiano e alemão. Estes guias facilitam o conhecimento das empresas em laboração e durante 45 minutos dão a conhecer os processos industriais de todos os parceiros.

O *Projeto de Turismo Industrial, Circuitos pelo Património Industrial*, permite a visita a distintas estruturas relacionadas com o *Património Industrial* e com a indústria local, desde o dia 23 de Janeiro de 2012, em que as visitas abriram ao público.

Circuitos	Parceiros	
	<i>Museu de Chapelaria</i>	<i>Património Industrial</i>
	<i>Torre da Oliva</i>	
	<i>Viarco</i>	
	<i>Helsar</i>	Indústria Viva
	<i>Fepsa</i>	
	<i>Evereste</i>	
	<i>Viarco</i>	
	<i>Heliotêxtil</i>	
	<i>Cortadoria Nacional de Pêlo</i>	
	<i>Centro de Formação da Indústria de Calçado</i>	Instituições
	<i>Centro Tecnológico do Calçado em Portugal</i>	

Quadro 1 – Parceiros dos *Circuitos pelo Património Industrial*.

Ao nível do *Património Industrial*, é possível visitar o *Museu de Chapelaria*, a *Torre da Oliva* e a fábrica de lápis *Viarco*. Ao nível da *Indústria Viva*, é possível visitar seis empresas, nomeadamente a fábrica de lápis *Viarco*, pelo facto de ainda se encontrar em laboração, a fábrica de calçado de Senhora *Helsar*, a fábrica de calçado de homem *Evereste*, a fábrica de passamanarias e etiquetas *Heliotêxtil*, e duas empresas de confeção de chapéus.

Existe, ainda, a oportunidade de visitar duas Instituições relacionadas com calçado, especificamente o *Centro de Formação da Indústria de Calçado*, onde o visitante pode conhecer a história do calçado e o processo produtivo do calçado numa perspetiva de deformação, e o *Centro Tecnológico do Calçado de Portugal*, onde se pode e assistir a testes mecânicos e químicos realizados no calçado e seus componentes.

Relativamente ao *Património Industrial* é possível visitar o Museu da Chapelaria, a Torre da *Oliva* e a Fábrica de Lápiz da *Viarco*.

O *Museu de Chapelaria* surgiu da vontade da Câmara Municipal de São João da Madeira quando a autarquia adquiriu o espólio industrial, após o encerramento das unidades fabris relacionadas com a indústria de Chapelaria, e o imóvel da mais importante unidade industrial de atividade, a Empresa Industrial de Chapelaria.

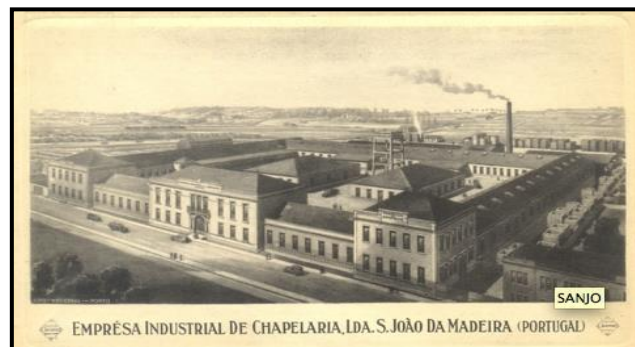


Imagem 6 – Empresa Industrial de Chapelaria, Lda.

Este museu é único na Península Ibérica e retrata a homenagem, dos sanjoanenses, aos homens e mulheres que fizeram parte da indústria chapeleira. Esta atividade teve uma grande importância na história do concelho, sendo o referido museu o ex-libris da cidade.

No museu pode-se encontrar peças que reproduzem o modo de produção dos chapéus, mas também toda a dimensão humana, social e cultural de uma comunidade para o qual esta atividade teve grande importância.

O *Museu de Chapelaria* resultou do desejo de preservar a memória coletiva. Essa memória coletiva identifica-se com elementos materiais (máquinas, ferramentas, locais), elementos documentais (arquivos das fábricas, recortes de jornais, correspondência particular) e testemunhos diretos daqueles que participaram no processo de fabrico, comercialização e uso de chapéus.

O Museu assume-se como uma entidade de preservação da memória conservando os testemunhos, a interpretação do material e associar a comunidade à sua existência.

A Torre *Oliva – Welcome Center* – é um dos mais emblemáticos e históricos edifícios de S. João da Madeira. É um espaço onde pode obter todas as informações de que necessita sobre o Turismo Industrial em S. João da Madeira e sobre os *Circuitos pelo Património Industrial*.

A Fábrica de Lápis da *Viarco* é a única fábrica de lápis do país. A sua fundação aconteceu em 1907, e desde aí, que a *Viarco* permite conhecer em pormenor o processo de produção de uma das mais emblemáticas marcas do Património nacional.



Imagem 7 – *Viarco*, em plena laboração.

Inicialmente conhecida como Portugália, esta foi pioneira e bem-sucedida no desenvolvimento e produção de artigos de escrita no país, sendo gravemente afetada pela entrada de Portugal na I Guerra Mundial e pela Grande Depressão de 1929/31.

Em 1931, Manoel Vieira Araújo, industrial de chapelaria em São João da Madeira, adquiriu a Fábrica Portuguesa da Lápis e, em 1936, registou a marca *Viarco*, que nos acompanha até hoje.

Atualmente, a *Viarco* pretende recuperar o edifício que alberga um grande espólio de arqueologia industrial, adaptando-o para receber as visitas solicitadas, construir o Museu do Lápis e realizar diversos ateliês para jovens artistas.

A *Viarco* continua a ser a única Fábrica de Lápis em Portugal e provavelmente uma das mais versáteis a nível mundial.



Imagem 8 – Viarco, Circuito pelo *Património Industrial*.

A indústria viva, fábricas que ainda se encontram em laboração, encontra-se representada pela *Viarco* (referida anteriormente), a *Helsar*, a *Heliotêxtil*, a *Evereste*, a *Fepsa* e a *Cortadoria Nacional de Pelo*.

A empresa *Helsar* – Indústria de Calçado foi criada em 1979 e dedicou-se inicialmente ao fabrico de calçado para crianças. Passado um ano, a empresa começou a produzir exclusivamente calçado feminino de alta qualidade até aos dias de hoje. Este negócio de cariz familiar tem vindo a desenvolver-se graças à aposta no design e na qualidade dos materiais utilizados.

A sofisticação, criatividade e originalidade são os lemas da empresa que se posiciona entre as melhores a nível nacional, sendo pioneira em Portugal no fabrico de sapatos entrançados, através de um processo manual e design exclusivo. Através da visita à empresa é possível observar as várias fases de laboração, os tecidos e peles utilizadas.

Esta empresa também se lançou na confeção de bolsas e cintos, apresentando níveis de procura cada vez mais elevados.

Na visita a esta entidade poderá também observar a *Sala Museu*, onde se encontra uma exposição com os melhores modelos de cada época desde ao início da sua existência.

A *Heliotêxtil* - Etiquetas e Passamanorias SA, foi fundada em 1964. Desde cedo, que tem vindo a desenvolver de forma significativa aumentando a produção, e a qualidade dos seus produtos e serviços. Atualmente é uma unidade industrial moderna e completa na produção de acessórios têxteis.

A *Evereste* foi criada em 1942 por João Fernandes, iniciando a sua produção com dez pares diários. Cresceu e afirmou-se como empresa fabricando e comercializando sapatos de homem de alta qualidade.

A *Evereste* aposta numa busca constante de informação, inovação e desenvolvimento de um serviço de excelência. A sua produção destina-se para o mercado nacional e internacional. A investigação, criação, produção, comercialização e distribuição de sapatos em pele para homem, utilizando matérias-primas de alta qualidade, com uma forte componente de manufatura, associada ao conceito de moda cuidada e atual são fundamentais.

A *Fepsa* foi fundada em 1969, através da união de 6 industriais de chapelaria, de raízes no século XX. O feltro para chapéus é produzido na *Fepsa* por homens e mulheres cujo trabalho permite concorrer num universo de topo, quer de produtos, quer de serviços.

Esta empresa é a única fábrica portuguesa, líder mundial, na produção de feltros de alta gama para chapéus. Através da visita à unidade industrial poderá identificar os vários tipos de feltro (pelo de coelho, lã, caxemira, vison e castor), assim como, a formação, feltagem e como se organizam em colunas de cores e texturas. É possível observar as diversas fases por que passam até à enformação, em sino ou capelina, e ao acabamento.

A *Cortadoria Nacional de Pelo* funciona desde 1943. Esta dedica-se à preparação de pelo de coelho, lebre e castor para a indústria de chapelaria e lanifícios.

A Cortadoria é hoje uma das maiores empresas do setor a nível mundial, comercializando uma gama alargada de produtos em várias partes do mundo. Ao visitar a empresa poder-se-á ver como se separa o pelo da pele, como são extraídas as impurezas, como é desengordurado e no caso do pelo de castor, a forma como é despigmentado.

O *Centro de Formação da Indústria de Calçado* Profissional da Indústria de Calçado apresenta uma exposição de sapatos executados pelos formandos dos cursos de modelação e design que ganharam prémios em concursos internacionais de calçado, entre os quais o estilista nacional Luís Onofre.

No *Centro de Formação da Indústria de Calçado* consegue-se aproveitar para ver réplicas de sapatos que ilustram a evolução histórica do calçado, desde a pré-história

até aos nossos dias, assim como ferramentas artesanais e máquinas antigas usadas em tempos na fábrica de calçado.

O Centro Tecnológico do Calçado de Portugal é uma instituição que tem como principal objetivo apoiar técnica e tecnologicamente as empresas da fileira do calçado.

Este centro apresenta um laboratório onde se pode realizar ensaios físicos, químicos e de robustez⁴¹ de todos os materiais relacionados com o calçado.

O sucesso do *Turismo Industrial/ Circuitos pelo Património Industrial*, em São João da Madeira, tem facilitado a criação de uma Rede Nacional de *Turismo Industrial*. Convém referir que este projeto teve um investimento de cerca de 600 mil euros, tendo sido 80% participado pelo Programa ON2 – *Novo Norte* e os restantes 20% da responsabilidade da Câmara Municipal de São João da Madeira.

Desde a abertura ao público, 23 de Janeiro de 2012, que este projeto classificado como o primeiro roteiro organizado, em Portugal, se propõe a visitar as empresas em plena laboração, e a oportunidade de conhecer os processos industriais é efetiva. Os circuitos nasceram para apresentar seis fábricas em laboração e três instituições em atividade.

De Fevereiro a Agosto de 2012, ou seja, durante os primeiros seis meses de existência, o projeto foi visitado por 138 grupos, composto por 4113 visitantes. No entanto, tendo em consideração que as visitas foram realizadas a mais do que um parceiro do projeto, contabilizaram 8466 visitas.

Durante este período, a *Viarco* foi o parceiro que mais visitas teve com um quantitativo de 3871 visitas (46%), seguido do *Museu de Chapelaria*, com 1766 visitas (21%), da *Fepsa* com 1080 visitas (13%) e a *Evereste* com 988 visitas (12%). Os restantes parceiros um quantitativo de visitas muito semelhante, não ultrapassando no seu conjunto as 1000 visitas (8%). De Fevereiro a Dezembro de 2012, o total de visitantes atingiu os 14 000.

⁴¹ Os testes de resistência à absorção da água, desgaste de solas ou de resistência ao impacto de tacões são realizados no Centro Tecnológico de Calçado de Portugal.

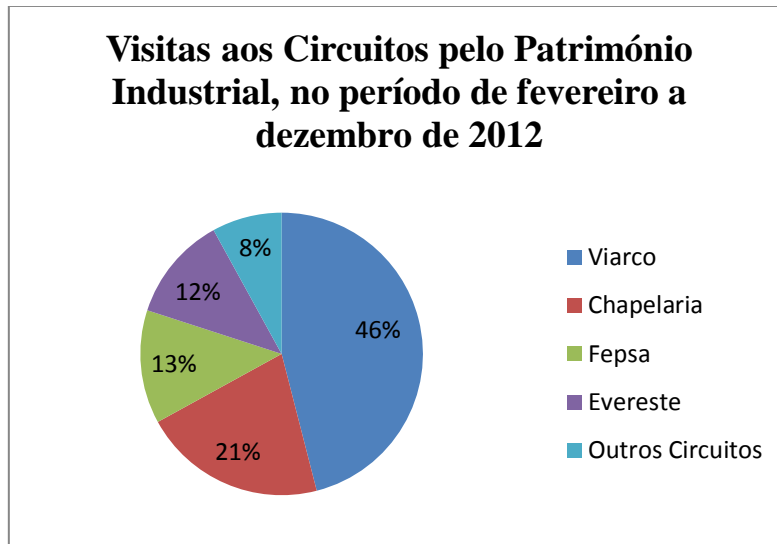


Gráfico 6 – Visitas aos *Circuitos pelo Património Industrial*, no período de fevereiro a dezembro de 2012.

Os Circuitos pelo *Património Industrial* têm observado um sucesso crescente, o que se comprova pelos últimos dados fornecidos pelos responsáveis do projeto, em que se verifica que estes apresentam um valor de visitas superior a três mil visitas por mês.

Estes dados permitem assegurar que o lucro deste projeto é bastante positivo, tal como refere o presidente da Câmara de São João da Madeira, Ricardo Figueiredo: "*Desde o início do ano que os proveitos suplantam ligeiramente os custos e, portanto, o projecto não custa dinheiro aos contribuintes*".

Segundo Ricardo Figueiredo, o principal objetivo do roteiro não é apenas os custos serem inferiores aos lucros, mas também colocar São João da Madeira no mapa turístico nacional e melhorar a motivação e autoestima de trabalhadores e de empresas.

Este projeto vive por si só por uma razão simples: tudo faz sentido: "*É a indústria que temos para mostrar em São João da Madeira. É um produto realmente genuíno e mostrá-lo é prestar um serviço público*".


PÚBLICO FUGAS LIFESTYLE PS P&SILVON CIRCENITALS QUA DO LÁZER INÍMICO PÚBLICO Lisboa 20°C 23.08.2013

EDIÇÃO IMPRESSA EMPRESO MOBILIÁRIO SERVIÇOS CLASSIFICADOS

PORTUGAL ECONOMIA MUNDO CULTURA DESPORTO CIÊNCIA TECNOLOGIA OPINIÃO MULTIMÉDIA

Visita a fábricas desperta grande interesse no município mais pequeno do país

SARA DIAS OLIVEIRA 16.08.2013 - 00:00



Os lápis da Viarco, os sapatos da Heisar e os chapéus da Fepasa são algumas das estrelas do Património Industrial de São João da Madeira. ADRYANO BERGADA

Já se perspectiva a criação de uma rede nacional de turismo industrial a partir dos bons resultados de São João da Madeira. Circuitos pelo Património Industrial no concelho já têm três mil clientes/mês e dão lucro.

É a última visita deste Agosto. Teresa Cardoso, educadora de infância de Gondomar, sai da fábrica da Viarco, em São João da Madeira. É sai satisfeita. "Muito surpreendida, não fazia a mínima ideia de como se faziam os lápis. Acompanhámos o processo nesta fábrica-museu." Ficou a pensar nas palavras que ouviu ao gerente da única fábrica que produz lápis no país. "Lembrei-nos que por detrás de um produto estão funcionários com nomes, sublinhou o valor do trabalho, e mostrou-nos como visitar a Viarco é regressar à nossa infância." Quem é que nunca teve um lápis feito aqui?

Em Fevereiro do ano passado, São João da Madeira arrancou com um roteiro turístico para mostrar o que tem de melhor nos modestos oito quilómetros

MAIS
 Um roteiro prestes a abarcar o Norte e Sul do país

ULTIMAS NOTÍCIAS
 10:01 Vice-presidente do Quênia autorizado a deixar TPI para resolver ataque em Nairobi
 09:50 Presidente da Associação de Lisboa acusa dirigente do FC Porto de o ter agredido
 09:48 Confusão de Jorge Jesus com política remetida para tribunal
 09:41 Porto: O Boinho pertence ao povo
 09:39 Hospitais estão a cobrar taxas que já prescreveram

MAIS POPULARES
DESPORTO
 Paulo Fonseca: "Quem ganhou foi a estratégia de Jorge Jesus"
SOCIEDADE
 GNR pondera arguir multa a carrinha de bombas mal estacionada durante combate a incêndio
MUNDO
 Grande vitória para CDU de Merkel na Alemanha
CULTURA
 Dizem as apostas que Murakami volta a ser o favorito ao Nobel de Literatura
CULTURA
 Primeiro filme americano animado esteve 75 anos num cofre

OS SEUS AMIGOS NO PÚBLICO
 Iniciar sessão Inicie sessão no Facebook para veres o que os seus amigos estão a fazer.

Imagem 9 – Notícia do Jornal Público de 16 de agosto de 2013.

Desde Janeiro até Junho de 2013, este projeto teve a visita de cerca de 17 475 visitantes, o que permite concluir que durante seis meses existiram mais visitas do que durante onze meses do ano transato (14 000). Este sucesso, segundo os responsáveis do projeto, irá permitir um reajuste no preço das visitas pois as receitas superaram as despesas. De referir também que os preços das visitas variam entre os dois euros e os dez euros (dados de 2013), enquanto para a população do município estas visitas são totalmente gratuitas. A empresa *Viarco*, neste período, foi a mais procurada, seguido do *Museu de Chapelaria*, o que salvaguarda os valores apresentados no período anteriormente analisado (fevereiro a dezembro de 2012).

Nº DE LOCAIS	2			3			4		
Nº DE PESSOAS	5 a 9	10 a 14	15 a 20	5 a 9	10 a 14	15 a 20	5 a 9	10 a 14	15 a 20
ESCOLAS COM GUIA ¹	4.00€	3.00€	2.50€	6.00€	4.50€	3.00€	8.00€	6.00€	4.00€
ESCOLAS SEM GUIA ²	2.00€	2.00€	2.00€	2.00€	2.00€	2.00€	2.00€	2.00€	2.00€
GRUPOS COM TRANSPORTE ³	6.00€	5.00€	4.00€	8.00€	6.50€	5.00€	10.00€	8.00€	6.00€
GRUPOS SEM TRANSPORTE ³	5.00€	4.00€	3.00€	7.00€	5.00€	4.00€	9.00€	6.50€	5.00€

¹ Com guia de turismo industrial e tour pela cidade.
² Apenas com guia interno da empresa.
³ Crianças até aos 9 anos pagam 2€

Fonte: <http://www.turismoindustrial.cm-sjm.pt/>

Quadro 2 – Tabela de preços dos *Circuitos pelo Património Industrial*.

Relativamente ao perfil dos visitantes, constata-se que 94% correspondem a visitantes escolares; 3% são turistas que normalmente vão com as famílias (pais e filhos); 2% são visitantes seniores; e 1% corresponde a profissionais, mais precisamente participantes em conferências, seminários e reuniões em que os circuitos tenham sido tema de discussão ou análise. Desta forma, podemos concluir que este projeto tem uma vocação educativa e formativa.

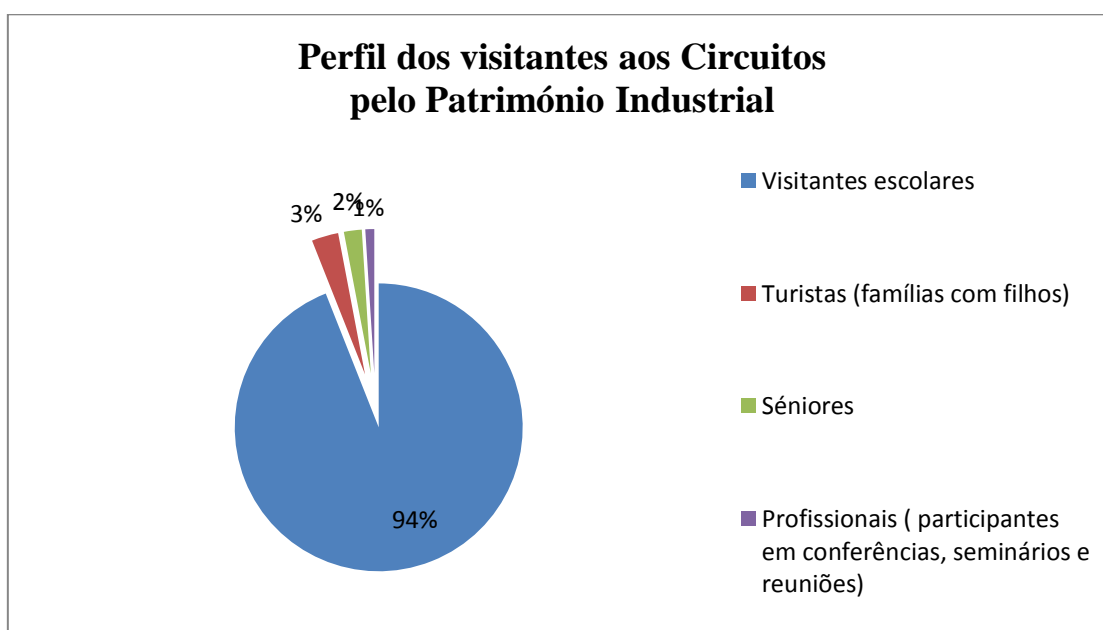


Gráfico 7 – Perfil dos Visitantes aos *Circuitos pelo Património Industrial*.

Quanto à proveniência dos visitantes grande parte do seu número são oriundos do Norte de Portugal, mas também provêm da Bélgica, Coreia do Sul, França, Inglaterra, Suíça e vários países da América do Sul. Deste total, 99 % dos visitantes são nacionais e 1% são estrangeiros. Quanto à origem dos visitantes, o maior número pertence ao concelho de Santa Maria da Feira, Albergaria-a-Velha, Porto, Vila Nova de Famalicão, Gondomar, Vila Nova de Gaia, Aveiro, Paredes e apenas em 9.º lugar o concelho de São João da Madeira.

Por fim, e pelo facto de este projeto ser recente, as estratégias de qualificação do mesmo têm de ser bem definidas tendo em conta o produto turístico que representam, mas também se tem de ter em consideração os recursos humanos que trabalham ou pretendem trabalhar com o *Turismo Industrial*.

Este projeto, Circuito pelo *Património Industrial*, irá futuramente abranger nos próximos meses mais parceiros, a destacar a *Fábrica Bulhosas* (etiquetas em papel e autocolantes), *Flexipol* (espumas sintéticas para colchões), *Flexitex* (tecidos para colchões) e *Molaflex* (colchões).

O futuro museu do calçado que se encontrará na unidade fabril da *Oliva* será sem dúvida um importante complemento para a oferta de *Turismo Industrial* do concelho.

3.2. Propostas do Programa de História

A finalidade básica na realização da visita de estudo ostenta a particularidade de ser pensada para a concretização de uma experiência de ensino, onde as potencialidades didáticas e integradoras desta estratégia são vistas como fundamentais.

Ao tornar a visita de estudo realidade, e com carácter integrador no processo de ensino-aprendizagem, deu-se grande importância a um conjunto de procedimentos, de uma metodologia específica onde se encontram implicados todos os assuntos burocráticos/administrativos, trabalhos de pesquisa, exploração e seleção de estratégias/recursos educativos e uma exigente preparação em termos científicos foram fundamentais.

Segundo o *Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Específicas de História*, as visitas de estudo são definidas como estratégias, atividades que estimulam o desenvolvimento de competências históricas, em particular associadas à espacialidade e à contextualização, fundamentais para a compreensão histórica (2001, p. 91). É ainda indicada como atividade essencial na Educação Básica comprometendo o contacto/estudo direto com o *Património Histórico-Cultural*, quer seja nacional, ou regional/local particularmente artístico, arquitetónico e arqueológico. Possibilita, desta forma, a recolha, exploração e avaliação dos dados, através da visita de estudo.

Na *Organização Curricular e Programas*⁴², as visitas de estudo são consideradas importantes pois embora não seja de desprezar a sua componente lúdica, no caso da História, estas não só possibilitam a articulação dinâmica entre o passado e o presente, como permitem o contacto direto dos alunos com as fontes históricas. No entanto, não é possível garantir a eficácia da visita sem uma preparação prévia e cuidadosa por parte do docente, que deve ter em conta o tema, as tarefas delimitadas, com a ajuda de um roteiro/guião, e os resultados analisados e avaliados de forma proveitosa.

Na *Organização Curricular e Programas*,⁴³ no que se refere ao 9.º ano de escolaridade, no domínio da seleção de conteúdos concedeu-se especial destaque à História

⁴²MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Organização Curricular e Programas*, Vol.I – Ensino Básico – 3.º Ciclo, 1991,p.143.

⁴³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Organização Curricular e Programas*, Vol.I – Ensino Básico – 3.º Ciclo.

Contemporânea, uma vez que os conteúdos se encontram sistematicamente orientados para a inter-relação passado/ presente/ futuro.

Ao analisar o documento referido constata-se que, relativamente às estratégias sugeridas neste estudo, apenas num conteúdo fazem referência a realização de visitas de estudo. No conteúdo *Sociedade e Cultura num Mundo em Mudança* – do Tema I sugerem a realização de visitas de estudo a coleções de museus referentes ao período em estudo. Em mais nenhuma parte do programa do 9.º ano fazem referência a esta estratégia, no entanto, existe por parte do *Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Específicas de História* uma valorização da estratégia - visita de estudo - denotam-se assim como uma desigualdade de parâmetros e de medidas seguidas.

A inexistência de sugestões para a realização de visitas de estudo no programa de História do 9.º ano transparece a ineficácia dos mesmos programas e a sua desatualização, o que pode promover a desmotivação dos discentes no processo de ensino-aprendizagem, assim como, aumenta a responsabilidade dos docentes num processo que seria de todo mais facilitador de êxito com a existência de estratégias fundamentais e diversificadas, como são exemplo as visitas de estudo.

Apesar desta insuficiência de sugestões da estratégia visitas de estudo, tornou-se importante conciliar o programa de 9.ºano e as potencialidades do concelho, para que surgissem sugestões viáveis em que a valorização do concelho, mais precisamente do *Património Histórico e Industrial*, fossem uma realidade para os discentes.

Desta forma, e tendo em conta os conteúdos abordados na disciplina de História, mais precisamente o Tema J – *Da Grande Guerra à II Guerra Mundial* e o Tema K – *Do Segundo após – Guerra aos desafios do nosso tempo*, verificamos a existência de conteúdos que poderiam ser relevantes para a realização de uma Visita de Estudo.

Relativamente ao Tema J - *Da Grande Guerra à II Guerra Mundial*, o tema abrange o período que decorre do final dos anos 20 ao fim da 2.ª Guerra Mundial. Desta forma, pretende-se que os alunos compreendam a crise económica e social que abalou os países industrializados, relacionando-a com a emergência ou reforço dos regimes autoritários e com a procura de novas soluções no quadro democrático e que compreendam, por último, a gravidade das consequências sociais da crise económica, traduzidas em elevadíssimos níveis de desemprego e na ruína de muitos agricultores, comerciantes e empresários industriais.

No Tema K – *Do Segundo após – Guerra aos desafios do nosso tempo*, o tema abrange o período do Segundo Após - Guerra aos anos 80. Aqui, pretende-se o estudo das grandes transformações que ocorreram após a 2.^a Guerra Mundial. Os problemas desta época continuam, em larga medida, presentes na realidade conhecida pelos alunos, sobretudo através de acontecimentos divulgados pelos meios de comunicação social. Isso permite evidenciar relações entre o passado próximo e o presente, contribuindo, particularmente no que se refere ao estudo da sociedade portuguesa, para o desenvolvimento de atitudes e de valores que possibilitem o exercício de uma cidadania consciente e interventiva.

Ambos os temas, referidos anteriormente, encontram-se relacionados com a realidade dos Circuitos do *Património Industrial* selecionados. A relevância histórica e emblemática, que desde os inícios do século XX demonstrara um espírito de inovação e concretização da indústria de São João da Madeira, permitiu o desenvolvimento de uma reflexão mais aprofundada, por parte dos alunos, e compreensão da crise económica e social que abalou os países industrializados, neste período.

O desenvolvimento de um espírito crítico, aperfeiçoamento de atitudes e valores favorece o estabelecimento de relações entre o passado e o presente, contribuindo para o exercício de uma cidadania consciente e interventiva, por parte dos alunos, valorizado num dos temas selecionados.

3.3. Visita de Estudo

O objetivo essencial da experiência realizada prendeu-se com a realização de uma visita de estudo, que começou a ser preparada no início do ano letivo, tal como consta no Plano de Formação (cf. Anexo 11 Digital em CD - Plano de Formação p. 13) desenvolvido pelos estagiários. Esta visita de estudo permitiu aproveitar todas as potencialidades didáticas e integradoras subjacentes à mesma.

Todos os passos/etapas na organização da visita de estudo são importantes, facilitando a organização e planificação da mesma. Estes passos/etapas tiveram como refe-

rência o *Regulamento Interno* da Escola Serafim Leite⁴⁴, assim como, o Ofício-Circular 21/04 de 21 de Março, emitido pela Direção Geral da Educação do Norte.

Para a realização da visita de estudo tornou-se necessário observar as indicações curriculares da disciplina, a propósito da sugestão de estratégias de ensino-aprendizagem, tal como consta no subcapítulo “3.2. Propostas do programa de História”.

Após verificar o quanto as visitas de estudo são estratégias curricularmente apontadas como fundamentais, assim como a riqueza/valências do concelho em que se encontra a escola (importância do seu *Património Histórico* e industrial), tornou-se pertinente realizar a visita de estudo, definindo os locais que favorecessem a integração de saberes históricos enquadrados no respetivo programa de História do 9.º ano de escolaridade.

Por conseguinte, o local escolhido para a realização da visita de estudo teve diversos critérios. O primeiro foi a proximidade geográfica, pois assim os alunos não seriam prejudicados no seu percurso escolar, não necessitando, desta forma, de realizar permuta de aulas ou mesmo a perda de aulas por parte de algumas áreas disciplinares.

A inexistência de custos/despesas ao realizar esta visita tornou-se importante, pois desta forma os Encarregados de Educação/Pais não teriam preocupações com as despesas económicas que, muitas vezes, constituem entraves sérios à participação dos discentes neste tipo de atividades.

Outro critério prendeu-se com a importância da valorização do meio envolvente, com o intuito de dar a conhecer à Comunidade Educativa, o património local, histórico e industrial. No entanto, esta visita de estudo foi pensada tendo em conta o tema do presente estudo, que tem como objetivo compreender se a *História Local* e as suas potencialidades é aproveitada na promoção de atividades escolares.

De referir que o conhecimento prévio das potencialidades e do interesse da Câmara Municipal de São João da Madeira em divulgar o seu património, através do P. E. M., que se tornou um documento importante para este estudo, foi responsável por esta escolha.

⁴⁴ Secção X – artigo 59.º - Visitas de Estudo, pp.51-52.

Assim, ficaram definidos os locais a visitar durante a visita de estudo: Circuitos do *Património Industrial*, com particular incidência na visita à *Viarco* e à *Evereste*.

3.3.1. Planificação

Definidos os locais, foi necessário mencionar os objetivos da visita de estudo. Em primeiro lugar, destacam-se as linhas orientadoras do Departamento de Ciências Sociais e Humanas (cf. Anexo 3 Digital em CD – *P.E.E.* Triénio 2010/2013) que valorizam a análise da realidade social da comunidade, onde o agrupamento se insere e a promoção da interação escola/realidade social.

De salientar, relativamente ao departamento, que está expresso nas linhas orientadoras uma preocupação explícita em interligar os documentos legais existentes.

Assim, pretende-se fomentar a integração escola – comunidade, mobilizar a Comunidade Educativa, alertando-a para a importância da sua participação no *P.E.E.* inculcando-lhe mais credibilidade e legitimidade. Existe um propósito, por parte dos elementos do departamento, de valorizar atividades que visam o enriquecimento e a valorização de conteúdos do processo de ensino-aprendizagem.

Apesar destas preocupações, ao longo do ano letivo, não foram organizadas atividades que se aproximassem destes objetivos.

Assim foram definidos os seguintes objetivos de natureza geral (cf. Anexo 12 - Proposta de Visita de Estudo):

- Fomentar o gosto pelo passado e estabelecer relações com o presente;
- Desenvolver e consolidar práticas de relacionamento interpessoal;
- Manifestar atitudes de autonomia, sociabilidade e solidariedade;
- Consolidar as aprendizagens realizadas nas aulas e despertar curiosidade em aprender;
- Demonstrar espírito crítico;
- Cooperar com os outros em tarefas comuns.

De seguida, a definição de objetivos específicos no âmbito da disciplina de História (cf. Anexo 12 Digital em CD - Proposta de Visita de Estudo):

- Compreender a evolução do sistema de produção industrial ao longo do século XX e XXI;
- Conhecer a história da única fábrica de lápis do país;
- Conhecer o percurso histórico de mais de sete décadas de laboração de calçado masculino;
- Evidenciar uma atitude crítica no reconhecimento do *Património Industrial* do concelho de São João da Madeira;
- Mobilizar os conhecimentos adquiridos para comentar a realidade observada;
- Mobilizar os conhecimentos adquiridos de modo a preservar e valorizar o *Património Industrial* e cultural;
- Interiorizar a defesa do *Património Industrial* como ato de cidadania;
- Enquadrar no tempo e no espaço (histórico e cultural) a realidade *Viarco*: Indústria de Lápis, Lda. e Fábrica de Calçado de Homem – *Evereste*.

Tendo em conta o P.E.E., foram definidos os seguintes objetivos a desenvolver na visita de estudo:

- Promover atividades e Parcerias com instituições locais (Câmara Municipal de São João da Madeira, *Museu de Chapelaria*) de acordo com o P.E.M.;
- Implementar comportamentos/atitudes de cidadania na Comunidade Educativa.

O documento com os objetivos da atividade serviu como suporte a um procedimento seguinte que foi a participação da atividade – Visita de Estudo – em Reunião de Departamento de Ciências Sociais e Humanas, que aconteceu no mês de Dezembro.

Depois de ter sido apresentada e aprovada pelos respetivos Conselhos de Turma, no final do 1.º Período, o pedido para a organização da visita foi apresentado em Conselho Pedagógico (cf. Anexo 13 Digital em CD – Projeto Visita de Estudo/Atividade). O processo aqui tornou-se mais moroso e mesmo complicado devido à entrega tardia da documentação por parte da Orientadora da Escola.

No decorrer deste processo, foi realizada a visita de forma preparatória e de reconhecimento dos locais a visitar. Esta visita permitiu fazer a estimativa do tempo que seria necessário para chegar aos locais a visitar, pois o percurso realizou-se a pé, bem como obter informações junto do *Welcome Center*, com a Dra. Vanda Cardoso, sobre os dois circuitos selecionados.

Esta visita permitiu a aquisição de informação adicional sistematizada em panfletos (cf. Anexo 14 Digital em CD – Panfletos sobre os *Circuitos pelo Património Industrial*) que facilitaram a preparação pedagógica e científica da mesma. Convém referir que, durante o processo preparatório da visita até à sua realização, os representantes do projeto pelos *Circuitos pelo Património Industrial* sempre se demonstram disponíveis, tendo realizado alguns encontros para que esta visita fosse um sucesso.

No mês de Janeiro, iniciaram-se os contactos, através dos responsáveis do *Welcome Center*, para a marcação da visita na *Viarco* e na *Evereste*, que seriam intercaladas pois os alunos dividir-se-iam em dois grupos.

De salientar que a visita de estudo, marcada inicialmente para 13 de Março de 2013, teve de ser alterada devido à existência de incompatibilidade de um dos parceiros dos *Circuitos pelo Património Industrial*. Esta situação foi dada a conhecer pelos responsáveis dos circuitos através de comunicação telefónica, no entanto, uma remarcação foi de imediatamente realizada, ficando a visita reservada para o dia 8 de Maio.

Para a realização da visita de estudo foi contactada a “*Escola Segura*” pelo facto de a visita se realizar a pé e no sentido de proteger a integridade física dos alunos. De realçar que este contacto com a “*Escola Segura*” foi conseguido com o auxílio da Diretora da Escola tratando a mesma da requisição, após comunicação prévia do dia e hora da realização da visita.

Esta visita foi gratuita, visto não ser necessário transporte para a deslocação e a visita aos *Circuitos pelo Património Industrial* para os alunos do concelho e das escolas ser grátis (tal como consta no P.E.M.).

Obtida a aprovação por parte da Direção da Escola, foi realizado e entregue aos alunos o pedido de autorização aos Encarregados de Educação (cf. Anexo 15 Digital em CD – Autorização Encarregados de Educação) contendo informações sobre o local da visita, a data, os objetivos, o horário de partida e chegada e o itinerário.

Durante as primeiras semanas, procedeu-se à receção das autorizações dos Encarregados de Educação. Inicialmente, as turmas escalonadas para participar na visita de estudo pertenciam ao 9.º ano de escolaridade. Contudo, devido à decisão da Orientadora da Escola duas das turmas não participaram.

Outro momento importante antes da realização da visita de estudo foi a preparação dos alunos para a mesma. Desta forma, foram apresentadas aos alunos indicações

gerais sobre as regras de conduta a cumprir, assim como, os objetivos da visita de estudo. Este contacto prévio permitiu, também, averiguar se os alunos conheciam os locais pois o desconhecimento total podia gerar efeitos nefastos na aprendizagem e reduzir a eficácia da visita.

Paralelamente, foram idealizados os recursos e atividades a desenvolver na visita de estudo. Estes mesmos recursos constituem instrumentos de recolha de dados deste estudo.

O recurso idealizado foi um roteiro denominado “Bloco de Notas” (cf. Anexo 16 Digital em CD – “Bloco de Notas”) que funcionaria como guião, contemplando tarefas para os alunos realizarem durante a visita. Para além do percurso a realizar, este guião tem informações pertinentes sobre as características dos *Circuitos pelo Património Industrial* a visitar, tarefas para os alunos realizarem e avaliação do comportamento, aprendizagem e a visita realizada, pelos alunos.

Este guião teve como objetivo dotar a visita de um carácter lúdico, possibilitando que os alunos adquirissem conhecimentos de forma divertida e ativa, sendo um momento para descobrirem curiosidades sobre as empresas dos circuitos visitados, cruzando os conteúdos disciplinares históricos.

O recurso foi realizado pelas estagiárias da Escola Secundária Serafim Leite, no ano letivo 2012/2013, e acompanhado pela Orientadora da Faculdade.

Quinze dias antes da realização da visita de estudo, foi enviado um documento (cf. Anexo 17 Digital em CD – Relação de Alunos Participantes na Visita de Estudo) com a relação de alunos a participar na visita, assim como os acompanhantes.

Para a realização da visita de estudo foi necessário contar com a colaboração fundamental da Dra. Vanda Cardoso e os seus assistentes, do projeto *Circuitos pelo Património Industrial*.

Como é do conhecimento, a visita de estudo, que neste caso se resumiu a uma tarde, implica muita preparação, muita organização e planificação para que as suas potencialidades sejam aproveitadas ao máximo e para que a atividade consubstanciasse um efetivo momento de integração de saberes.

3.3.2. Descrição

A realização da visita de estudo concretizou-se no dia 08 de Maio, tal como tinha sido planificado. Na hora prevista, os alunos das turmas participantes encontravam-se no átrio da Escola Secundária Dr. Serafim Leite para iniciar o percurso para o *Welcome Center*, local de encontro para prosseguir a visita aos circuitos. Também, se encontrava a Orientadora da Escola e as estagiárias do Núcleo de Estágio.

Antes de sairmos da escola foram entregues aos alunos o “Bloco de Notas” e feita uma introdução aos *Circuitos pelo Património Industrial*, destacando a necessidade dos alunos se fazerem acompanhar do guião durante toda a visita, realizando todas as atividades.

Assim, foi organizado o percurso com a participação da “*Escola Segura*” e também com a utilização dos mecanismos de proteção dos alunos, mais precisamente as raquetes e os coletes de sinalização.

O percurso que se realizou a pé demorou cerca de 15 minutos e embora as condições climatéricas não fossem as mais adequadas, devido aos períodos de aguaceiros, os alunos demonstraram entusiasmo, interesse e sentiram-se motivados para a visita.

Durante o percurso, alguns alunos questionavam sobre a importância desta visita, como seria a mesma e quem iria participar na visita.

Depois de chegar ao *Welcome Center* (que encaminha os grupos, prepara os visitantes para o circuito e facilita o material necessário para a visita) fomos recebidos pelos guias que nos iriam acompanhar.

Os alunos foram divididos em dois grupos que seriam acompanhados cada um por um guia e por dois professores. De seguida foi distribuído o material da responsabilidade do *Welcome Center* mais precisamente uma bata e uns auscultadores que facilitaram a audição nos parceiros visitados.

Iniciou-se o percurso para os *Circuitos pelo Património Industrial*, mais precisamente, a *Viarco* e a *Evereste*. O primeiro grupo começou a visita na *Viarco* e o segundo grupo pela *Evereste*, após terminarem as primeiras visitas houve uma troca, indo o primeiro grupo visitar a *Evereste* e o segundo a *Viarco*.

A visita à *Viarco* iniciou-se com a visualização de um vídeo alusivo à evolução da empresa ao longo dos tempos desde a sua abertura até aos dias de hoje.

Este vídeo dava a conhecer o processo produtivo da empresa, a história da mesma e a riqueza patrimonial que esta alberga, que são de extrema importância para os responsáveis da empresa, assim como, para os funcionários da empresa que fazem parte da mesma, fazem parte da sua história, da sua identidade.

De seguida, os alunos percorreram cantos e recantos das instalações de forma a entender o processo produtivo da única fábrica de lápis em Portugal e com grande destaque em todo o mundo. Foram percorridos todos os espaços e, no final da visita, observadas as existências museológicas que se espera venham a fazer parte do Museu de Lápis, uma realidade que está para breve num espaço contíguo à empresa.



Imagem 11 – Expositores da *Viarco*.

A visita à *Evereste*, de natureza distinta da visita à *Viarco*, ficou à responsabilidade do responsável de produção e o mesmo demonstrou o processo produtivo de toda a empresa, com início da observação de um vídeo sobre a empresa.

Posteriormente, percorremos a empresa em laboração, observando as diversas peles utilizadas, passo a passo, a laboração de um produto que todos nós usamos, mas que muitos de nós não temos conhecimento dos passos necessários desde o início até ao sapato estar pronto a calçar.



Imagem 12 – Visita ao parceiro *Evereste*.

Durante as visitas realizadas pelos dois grupos, os alunos demonstraram interesse, motivação e curiosidade pelos locais que estavam a visitar, e todo o processo produtivo que estava perante eles.

As questões pertinentes que foram colocando aos funcionários da empresa, ao responsável e ao guia que nos acompanhava, permitiram verificar a admiração dos alunos pela existência de espaços como estes no seu concelho.

Os alunos questionavam sobre a existência de um número reduzido de funcionários na *Viarco* numa empresa com tanto prestígio!? A razão das instalações serem tão degradadas, se estava de acordo com a participação do projeto?! Os países que compram os lápis portugueses?!

Relativamente à *Evereste*, as questões também foram surgindo. Como é que uma empresa, no seu início, vive com o fabrico de apenas 10 pares de sapatos?! Se os funcionários gostavam de participar num projeto como os *Circuitos pelo Património Industrial*? Se a importância de São João da Madeira, em relação ao calçado, trouxe prestígio para a empresa?

Após terminar as visitas às empresas, os grupos realizaram o percurso até ao *Welcome Center* para que concluíssemos a visita através da entrega do material disponibilizado e para que se fizesse uma conclusão pertinente de todo o processo realizado.

Nesta altura, foi solicitado, por parte dos guias dos circuitos, o preenchimento de um inquérito sobre os circuitos realizados de forma a avaliar o procedimento; no entanto, este inquérito serviria para as entidades competentes pelo projeto. O preenchimento dos inquéritos foi realizado pelas estagiárias evidenciando as potencialidades, o valor do património e o agrado que sentimos ao visitar estes espaços.

Por fim, realizámos o percurso de volta à escola chegando à mesma por volta das 17h15m, permitindo questionar os alunos sobre a pertinência da visita de estudo e recolher os “*Blocos de Notas*” para posterior análise.

Apesar da recolha realizada, no final da visita de estudo, do “*Bloco de Notas*” torna-se importante mencionar que foi realizado um balanço/reflexão sobre a mesma, numa aula posterior, na qual os alunos referiram a sua opinião face à atividade, o que captou a sua atenção, o que pensavam sobre este tipo de atividade.

Em suma, a atividade correu como planejado, sem incidentes e com objetivos cumpridos, onde a valorização do património foi conseguida, destacando-se os *Circuitos pelo Património Industrial* perante os alunos e perante a Comunidade Educativa.

4. Apresentação e Análise de Dados

Para se avaliar e analisar o estudo e a aprendizagem desenvolvidos pelos alunos, durante a visita de estudo, procedeu-se à configuração de instrumentos que permitiram proceder a esse estudo numa perspetiva continuada e integrada. Desta forma, estará mais facilitada a reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem desenrolado com esta estratégia.

Os instrumentos de recolha de dados, bem como os procedimentos de análise dos mesmos, são diversos, pois têm especificidades que fundamentam formas de análise e avaliação distintas. No entanto, apesar da multiplicidade de instrumentos de análise, todos ocorrem para a finalidade de avaliar o grau de eficiência e êxito da situação de ensino concretizada.

4.1. Instrumentos de recolha de dados

A estruturação dos instrumentos para a recolha de dados baseou-se na premissa fundamental de que seriam capazes de proporcionar e produzir informação essencial para se analisar a experiência de ensino-aprendizagem programada. Dessa forma, era possível refletir e retirar conclusões sobre o desempenho dos alunos e professores durante a visita de estudo.

Assim, serão considerados instrumentos de avaliação e reflexão o “Bloco de Notas” (cf. Anexo 16 Digital em CD - “Bloco de Notas”) – “*Explorando a História Local*” – construído para a realização da visita de estudo, mais precisamente, relativo ao ponto “*Refletindo...*” e aos “*Pensamentos ...*”. Este instrumento funcionou como motivação para os alunos no decorrer da atividade e permitiu a recolha de dados avaliativos.

A realização desta visita de estudo considera-se fundamental visto que os alunos demonstraram a sua opinião relativamente à mesma, de forma clara e crítica, e facultaram ao docente o conhecimento da sua importância, no percurso do processo ensino-aprendizagem.

Convém realçar que a opção da análise através de dados absolutos pareceu mais pertinente pelas conclusões facultada por este tipo de análise.

O número de alunos que participaram na atividade foi 34, o que significa que 10 alunos não participaram, por situações adversas à escola. Esta situação verifica-se pelo facto de alguns alunos frequentarem o Ensino Articulado (Música, Dança), mas esta situação já era previsível aquando da planificação da atividade e não foi impossível contornar para que estes alunos pudessem participar na atividade.

De destacar, também, que o número alunos, no início do ano letivo, que constava na “Relação de Alunos” não corresponde à realidade de alunos que se encontravam na turma aquando da atividade pois foram decorrendo ao longo do ano transferências e mudanças de escola, que causaram a diminuição das turmas.

4.2. Análise de Dados

4.2.1. “Refletindo...”

Relativamente ao ponto respeitante aos “Pensamentos ...” e para que o processo seja detentor de transparência, foi sugerido aos alunos que refletissem sobre a atividade, evidenciando a sua opinião face ao seu comportamento, à sua aprendizagem e à avaliação ao longo da visita de estudo.

No que concerne à avaliação do comportamento, considerou-se pertinente avaliar a pontualidade, o respeito perante os colegas e professores e a participação com civismo na atividade. De referir, também, que estes parâmetros foram avaliados segundo três critérios: nunca, às vezes e sempre.

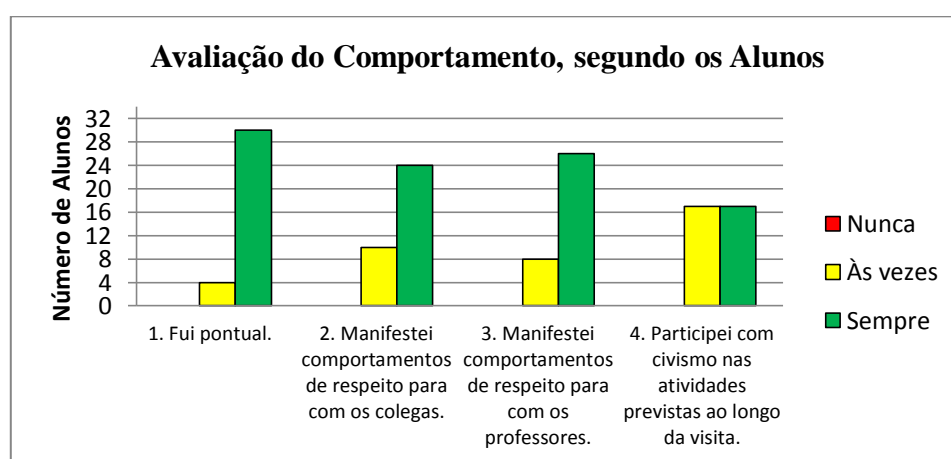


Gráfico 8 – Autoavaliação do comportamento dos alunos durante a visita de estudo.

Após o tratamento da informação relativa ao comportamento dos alunos na Visita de Estudo constatou-se que 30 alunos revelaram ter sido pontuais, ao passo que 4 consideraram nem sempre o foram. Relativamente às manifestações de comportamento de respeito para com os colegas, verificou-se que 10 alunos classificaram o seu comportamento por “às vezes”, enquanto 24 manifestaram sempre comportamentos de respeito para com os colegas. Em relação ao respeito por professores pode-se concluir que 26 alunos consideram que sempre respeitaram os professores enquanto 8 mencionam que “às vezes” respeitaram.

Por fim, e relativamente ao civismo estes valores são iguais com 17 alunos a mencionar que sempre participaram com civismo nas atividades enquanto outros 17 referiram que “às vezes” participaram com civismo nas atividades.

Os dados apresentados demonstram que a preparação dos alunos para a atividade, em que foram facultadas indicações gerais sobre a conduta a seguir, foi fundamental, refletindo-se nos dados apresentados.

Relativamente à “Avaliação da Aprendizagem” considerou-se pertinente conhecer a opinião dos alunos sobre o conhecimento prévio dos objetivos da visita, a importância da visita para a sua aprendizagem, assim como para a sua formação como cidadãos. Por outro lado, pensamos ser relevante saber se os alunos identificaram os aspetos fundamentais da visita, assim como se os alunos recolheram e registaram informação importante para a disciplina.

A Avaliação da Aprendizagem por parte dos alunos foi estimada seguindo os critérios “Sim” e “Não”.

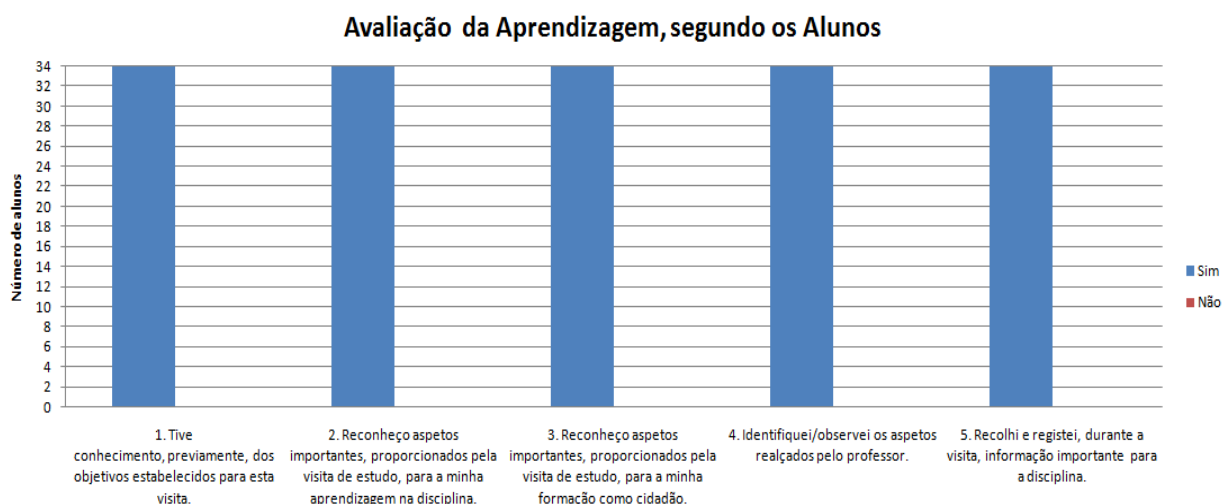


Gráfico 9 – Avaliação da aprendizagem segundo os alunos.

Ao analisar o gráfico anterior percebe-se que a totalidade dos alunos reconhece a importância da Visita de Estudo “*Explorando a História Local*” no que diz respeito às aprendizagens da disciplina de História. Esta averiguação comprova o interesse, motivação e perspicácia das questões realizadas pelos alunos verificado durante a visita de estudo.

Os restantes parâmetros foram avaliados de forma positiva, pois todos os alunos responderam “Sim”.

Na realização da visita de estudo, e tendo em conta a sua importância para os discentes, considerámos fundamental solicitar aos alunos uma opinião sobre a mesma. Desta forma, apelámos à sinceridade dos discentes no preenchimento da grelha de avaliação que constava no “Bloco de Notas”.

Nesta avaliação, pretendia-se que os alunos se debruçassem sobre a pertinência dos objetivos propostos, o interesse, os valores morais e a gestão do tempo no decorrer da Visita de Estudo.

Desta forma, num primeiro impacto, podemos concluir que nenhum aluno avaliou a visita com pontuação de um, dois e três, numa escala de um a cinco.

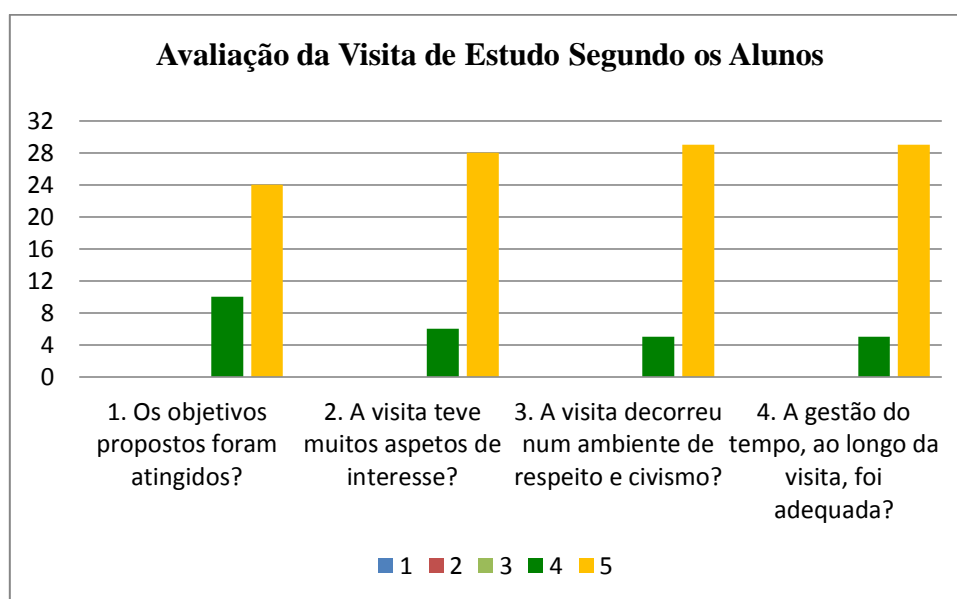


Gráfico 10 – Avaliação da Visita de Estudo por parte dos alunos.

Relativamente aos objetivos propostos, 24 alunos avaliaram com a pontuação máxima, de cinco. Tendo em conta os aspetos de interesse, 28 alunos avaliaram com a mesma pontuação.

Nas duas questões seguintes – “*A visita decorreu num ambiente de respeito e civismo*” e “*A gestão do tempo, ao longo da visita, foi adequada*”, verificamos que apenas 5 alunos avaliaram com 4 pontos e os restantes com a pontuação máxima de cinco.

Concluiu-se então que, segundo a opinião dos discentes, esta visita atingiu os objetivos propostos, num ambiente de respeito e civismo, onde os alunos revelaram uma atitude interessada e pertinente.

4.2.2. “Pensamentos...”

No ponto referente aos “Pensamentos...”, solicitou-se aos alunos que fossem o mais verdadeiros e claros possível, tendo em conta a importância dos resultados para os quais estes dados iriam contribuir. No entanto, apesar da chamada de atenção, verificaram-se parâmetros de análise que os alunos deixaram sem resposta, mesmo não sendo em grande número.

Este ponto apresenta questões mais direcionadas para o objeto de estudo, em que se pretende entender: Se os alunos tinham conhecimento dos locais visitados? Se tinham conhecimentos que os locais visitados faziam parte do *Património Industrial* de São João da Madeira? Se consideram fundamental a divulgação dos *Circuitos pelo Património Industrial*? Se consideram mais pertinente a realização de visitas de estudo ao meio envolvente da sua Comunidade Educativa, ou a locais que não pertençam ao seu conceito?

Assim, realizaram-se oito questões (cf. Anexo 16 - “Bloco de Notas”, em “*Pensamentos...*”) que considerámos importantes e nas quais os alunos podiam demonstrar o conhecimento, capacidade de reflexão e espírito crítico face ao solicitado. De todos os registos dos alunos foram selecionados de forma aleatória dez os quais constam dos anexos (cf. Anexo 18 Digital em CD – Registos dos Alunos em “Pensamentos”)

Ao analisar todos os resultados da primeira questão “*Já conhecias os locais que visitaste?*”, constata-se que um elevado número de alunos não conhecia os locais (30

alunos), e quatro alunos conheciam. Dos alunos que conheciam os locais, dois tinham-nos visitado com os pais, um conheceu através de pesquisa realizada e um aluno não respondeu, sendo assim, pode-se aferir que não foi a “reboque” da escola que os alunos conheciam os locais visitados.

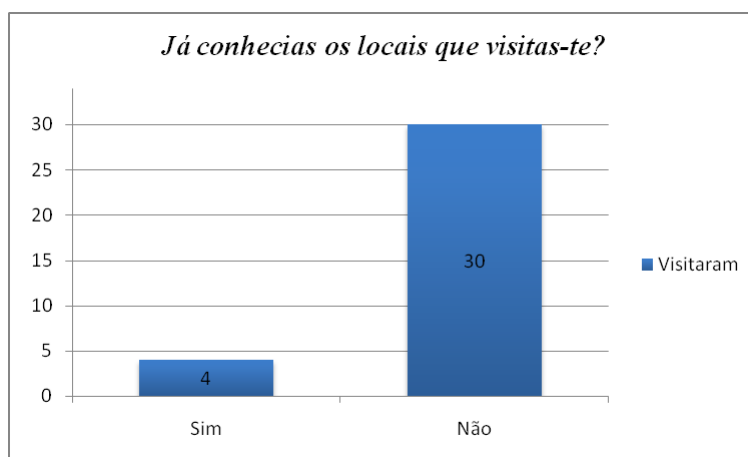


Gráfico 11 – “Já conhecias os locais que visitaste?”

Estes dados também permitem mencionar que, apesar de os alunos serem, na sua maioria, do concelho de São João da Madeira ou concelhos limítrofes, não conhecem o seu Património, mais especificamente, os *Circuitos pelo Património Industrial*, apesar de estes mesmos fazerem parte do P.E.M. e parte integrante do P.E.E.

Na segunda questão “*Tens conhecimento que os locais que visitaste fazem parte do Património Industrial do concelho?*”, os alunos demonstram que existem lacunas em relação ao conhecimento do seu meio envolvente, pois do total de alunos apenas três referem ter conhecimento dos locais e da sua existência como *Património Industrial*.



Gráfico 12 – “Tens conhecimento que os locais que visitaste fazem parte do Património Industrial do concelho?”

Penso que será de todo pertinente a escola ser transmissora de valores e atitudes de valorização do Património, de conhecimento adquirido pela *História Local*, da valorização do que nos pertence, para um dia sermos comunidade capaz de transmitir a valorização destes locais mas, como parte integrante de cada um de “nós”.

A questão seguinte vem de encontro à anterior, “*Consideras importante a preservação do Património Industrial?*”, onde se destaca o valor que os alunos evidenciam pelo *Património Industrial*, tal facto espelha-se nos resultados obtidos, onde todos os alunos deliberam a importância desse património. Ao questioná-los sobre o “*Porquê?*”, vinte cinco dos alunos atestam que “*É a nossa História*”, cinco respondem que “*Faz parte da Cultura*”, três dos alunos não respondem e um diz ser importante para o “*Conhecimento*”. Esta situação comprova que as questões de valorização do Património são fundamentais para os alunos, e que apesar de não o conhecerem, consideram fundamental valorizá-lo e preservá-lo de forma a fazer parte integrante da “*nossa*” história.



Gráfico 13 –

importante a preservação do Património Industrial?”

“Consideras

A questão quatro, muito relacionada com a questão dois, refere-se ao objeto de estudo, mais precisamente “*Os locais visitados fazem parte dos Circuitos pelo Património Industrial. Tinhas conhecimento?*”, onde trinta e dois alunos referem que “*Não*”, e os restantes que “*Sim*”.



Gráfico 14 – “Os locais visitados fazem parte dos Circuitos pelo Património Industrial. Tinhas conhecimento?”

Assim, concluiu-se que ainda é maior o número de alunos que não conhecia a existência dos *Circuitos pelo Património Industrial*, apesar de ser um projeto de ampla divulgação, quer através do Boletim Municipal que chega a casa de todos os sanjoanenses, quer através da comunicação social que tem vindo constantemente a valorizar este projeto. Realça-se, ainda, a existência de um *outdoor* próximo da escola que, aos olhos dos alunos, passa constantemente despercebido.

Na questão “*Consideras fundamental a divulgação destes Circuitos pelo Património Industrial pela escola através da realização de visitas de estudo?*”, todos os alunos responderam que sim, dando importância ao conhecimento da *História Local*, do *Património Industrial* e Histórico. No entanto, também se constata através destes dados que os alunos consideram importante a utilização de estratégias de ensino-aprendizagem diversificadas, como exemplo, a visita de estudo, para uma aprendizagem mais eficaz.

Ao interrogar os alunos do “*Porquê?*”, dezoito mencionam que permitirá “*Conehecer melhor o concelho*”, onze referem que “*Aumenta o conhecimento*” e cinco dos alunos não respondem. Salienta-se o interesse que os alunos demonstram em conhecer o que existe no seu concelho e o facto de estes considerarem fundamental adquirir conhecimentos sobre aspetos fundamentais do mesmo. Poderá ser perceptível a utilização de definições que podem ser alvo de perturbação na análise, no entanto, a premissa “*Conehecer melhor o concelho*” refere-se ao conhecimento do concelho em todos os aspetos,

enquanto a premissa “*Aumenta o conhecimento*” reporta-se à cultura geral de cada indivíduo.

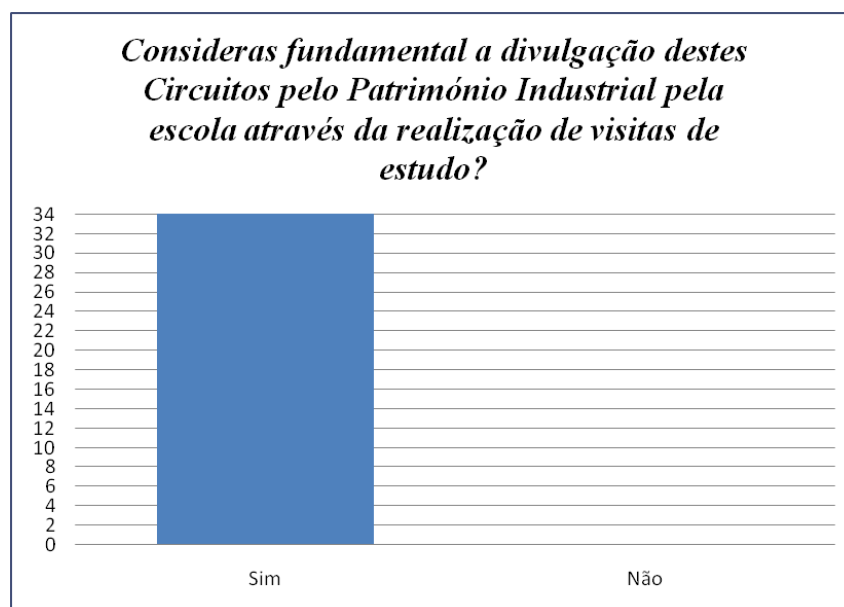


Gráfico 15 – “Consideras fundamental a divulgação destes Circuitos pelo Património Industrial pela escola através da realização de visitas de estudo?”

Outra averiguação constatada remete para a questão “*Que outros Circuitos pelo Património Industrial conheces para além destes?*”, dois alunos conhecem um dos parceiros dos circuitos mais precisamente o *Museu de Chapelaria*, enquanto trinta e dois alunos não conhecem nenhum, o que comprova algumas das conclusões retiradas: os alunos não conhecem a sua História, o seu Património.

Quanto a “*O que pensas que pode ser feito pelo cidadão comum para a preservação destes espaços?*”, comprova-se que vinte e cinco alunos consideram ser importante valorizar, dois visitar os espaços, preservar e divulgar, respetivamente, um pondera a vigilância e apenas um aluno não responde.

Por fim, quando questionados sobre “*Consideras mais útil visitar locais que pertençam ao meio envolvente da tua Comunidade Educativa ou locais que não pertençam ao teu concelho?*”, vinte e oito alunos destacam o meio envolvente à Comunidade Educativa, três alunos referem que depende dos locais, dois alunos defendem que as duas opções são viáveis e apenas um aluno não respondeu.

Esta análise dos dados permite tirar conclusões que valorizam a teoria que desde o início deste estudo me conduziu. Assim, conclui-se que existe uma desatenção em relação ao que existe no meio envolvente à Comunidade Educativa, locais que fazem parte do *Património Industrial*, *Património Histórico* e *História Local* e que são apreciados como relevantes para a comunidade, daí a necessidade de se preservar e divulgar.

Considerações Finais

Nas considerações finais de um estudo desta natureza há que, antes de mais, ter em atenção que nos encontramos perante um estudo de investigação e, por isso, as conclusões a que chegamos não são suscetíveis de generalizações abusivas.

Tendo em conta as condicionantes em que se realizou este estudo – no âmbito do Estágio Pedagógico, sem responsabilidade direta sobre as turmas intervenientes e sem autonomia plena na sua gestão curricular – conseguiu-se demonstrar que a integração de saberes é a opção pedagógica a considerar. A organização e planificação da experiência de ensino/aprendizagem, através de uma visita de estudo, comprova isso mesmo.

A *Histórica Local*, o *Património Histórico* e Industrial foram um recurso motivador, estimulante da realização deste estudo, permitindo apresentar e retirar conclusões relevantes. Este estudo baseia-se nos resultados obtidos no decorrer da preparação e realização da visita de estudo, assim como das experiências vivenciadas ao longo do meu percurso profissional.

A primeira conclusão obtida surge da minha experiência profissional e do gosto especial pela *História Local*, pelo Património, constatando desta forma, que não existe uma valorização do Património, assim como, da *História Local*, por parte das entidades envolvidas na realização de atividades pedagógicas desta escola em particular. Esta reflexão surgiu na senda da constatação de que grande parte das atividades de uma Comunidade Educativa se realizam fora do eixo concelhio.

A existência de múltiplas especificidades relativas à *História Local* e ao seu Património nas diversas Comunidades Educativas facilitará a escolha de atividades que se encontram de acordo com os programas de cada área disciplinar, não sendo necessários gastos que, muitas vezes, são entraves para a realização das mesmas.

A Escola como entidade competente deveria, aqui, representar um papel importante de transmissão de valores e atitudes de valorização do Património. Assim como difundir a realização de visitas de estudo de âmbito local como estratégias de grande relevância no processo de ensino-aprendizagem.

O que impede as escolas a adotar este tipo de estratégia? Não será mais benéfico para a Comunidade Educativa? Que tipo de valorização está a ser realizada, quando estamos perante um concelho de elevado valor patrimonial e histórico?

Por outro lado, os resultados obtidos a partir da visita de estudo foram positivos, visto que os alunos a encararam como uma atividade letiva, como efetivamente é, o que se consubstanciou na entrega dos materiais e recursos e na realização das tarefas. Verificou-se, também, que a visita de estudo foi um sucesso pois, ao longo da mesma, os alunos demonstraram interesse e curiosidade relativamente ao que tinham assistido.

A natureza e diversidade dos instrumentos e procedimentos de análise dos dados foram uma mais-valia. Para além dos instrumentos formais de avaliação, que nos permitiram analisar e avaliar o desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem, realizou-se uma avaliação integradora dos comentários e opiniões emitidos pelos alunos em relação à atividade, que permitiu identificar melhor os aspetos negativos e positivos da mesma. Esta permitiu complementar o trabalho de análise crítica sobre a organização e concretização da experiência de integração, procurando que, em próximas iniciativas do género, se possam introduzir alterações no sentido de melhorar a eficácia na aprendizagem.

Não restam dúvidas de que, para os alunos, a experiência de integração de saberes, potenciada pela visita de estudo, foi motivadora, por diversos fatores. Nesse sentido, outros objetivos da investigação foram alcançados, pois os dados obtidos, nomeadamente através das opiniões dos alunos, permitem concluir que a visita de estudo, com recurso aos *Circuitos pelo Património Industrial* e a outros recursos e estratégias didáticas motivadoras, possibilitou a realização de uma experiência disciplinar em que se estabeleceu um diálogo salutar para o processo de ensino-aprendizagem.

O ensino concreto motivou os alunos, na medida em que, demonstrando que a realidade é suscetível de ser analisada em diferentes perspetivas, podendo, em muitos casos, contribuir para o cruzamento de saberes disciplinares.

Desta forma, convém referir que, com a análise realizada, grande parte dos alunos não conhece o seu *Património Histórico e Industrial* e, por conseguinte, não valorizam a *História Local*. O conhecimento do objeto de estudo não é efetivamente realizado através da escola.

Assim, a *História Local, Património Histórico* e Industrial pode ser um recurso didático de carácter disciplinar orientador de uma experiência de aprendizagem, podendo os dados obtidos pelos alunos ser rentabilizados, depois, na prática letiva quotidiana.

Pensa-se que esta experiência de ensino/aprendizagem mostrou que a visita de estudo, e as estratégias e recursos nela utilizados, contribuiu para a promoção e desenvolvimento de uma educação integral e integradora, uma vez que compreender a *História Local, Património Histórico* e Industrial é compreender a realidade e valorizar o que faz parte de “nós”.

Ao longo deste estudo, surgiram algumas limitações, para as quais sempre que possível, foram apresentadas sugestões ou indicações no sentido de apontar direcções para o futuro nesta áreas.

Desta forma, destaco que todo o processo de investigação se apresenta condicionado pelo contexto escolar apresentando um conjunto de conclusões que serão ponderadas tendo em conta esta especificidade. Certamente, em outra Comunidade Educativa os resultados seriam distintos.

Se a amostra deste estudo incluísse todos os 9.ºanos seria, possivelmente, mais representativa e permitiria conclusões mais pertinentes e de maior relevo para o estudo.

A participação dos docentes da Comunidade Educativa seria importante de forma a compreender algumas conclusões finais. Tal situação não foi possível devido a uma questão de tempo, justificada pelo processo trabalhoso deste ano de iniciação à prática profissional.

Por outro lado, a metodologia aplicada em que se pretendia a opinião dos alunos acaba por ser complexa devido à interpretação de palavras, expressões, muitas vezes a necessidade constante de descodificar o que pretendem na realidade expor. Por um lado, as opiniões divergentes dos alunos enriqueceram este trabalho; por outro, dificultaram o estudo sendo muitas vezes problemático o tratamento do conteúdo, em análise.

Na nossa opinião, esta investigação deverá continuar a ser objeto de estudo retribuído para uma compreensão e valorização da *História Local, Património Histórico e Industrial*.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Luís Alberto Marques. “A *História Local* como estratégia para o ensino da História”, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 65-72.
- ALMEIDA, António. “*Visitas de Estudo: concepções e eficácia de aprendizagem*”, Lisboa: Livros Horizonte, 1998 (Biblioteca do Educando nº137).
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira. “*História Local: objectivos, métodos e fontes*”, in *Memoriam*, vol.II, pág.383-396.
- BARCA, Isabel. “Marcos de consciência histórica de jovens portugueses”, *Curriculum sem Fronteiras*, v.7, nº1, pp. 115-126, Jan/Jun, 2007.
- BARCA, Isabel; MAGALHÃES, Olga. “ O passado e o presente: um estudo no âmbito do projecto de consciência histórica: teoria e práticas”, in *Estudo da História*, nº 5, Lisboa: Associação de Professores de História, 2004.
- BO, João Batista Lanari. “Proteção do património na Unesco: ações de significados”, Brasília: Unesco, 2003.
- Boletim Municipal nº 55, Câmara Municipal de São João da Madeira, Novembro 2012.
- BRITO, Mónica Morais. “*Turismo Industrial* e portuário de Sines e da cidade industrial de Santo André”, *Revista Turismo e Desenvolvimento*, nº 1/2012, pp. 135-138.
- CARDOSO, Vanda. “*Turismo Industrial: uma abordagem metodológica para o território*”, *Revista Turismo e Desenvolvimento*, nº 1/2012, pp. 37-59.
- Carta Internacional sobre o Turismo Cultural. “Gestão do Turismo nos sítios com significado Patrimonial – A), adoptado pelo ICOMOS, na 12.º Assembleia Geral da Cidade do México, 17 a 23 de Outubro de 1999.
- CHOAY, Françoise. “A Alegoria do Património”, Coleção, Arte e Comunicação, 2.º Edição, Lisboa: Edições 70, 2008.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes. “Oportunidades e fragilidades do *Turismo Industrial*”, *Revista Turismo e Desenvolvimento*, nº 1/2012, pp. 09-18.

- Decreto-lei nº 13/2006 de 17 de Abril de 2006. *Diário da República nº 75- Série A*. Transporte Coletivo de Crianças.
- Decreto-lei nº 107/01 de 8 de Setembro de 2001. *Diário da República 209/01 Série I A*. Lei de Bases do Património Cultural Português, pp. 5808 – 5829.
- DGEBS – Direção-Geral do Ensino Básico e Secundário (1991) - Programa de História. Plano de organização do ensino-aprendizagem: Ensino Básico - 3.º Ciclo (Vol. II). Lisboa: Ministério da Educação/Direção Geral do Ensino Básico e Secundário.
- Despacho nº.124/ME/91 de 31 de julho. *Diário da República nº188/1991 de 17 de agosto - II Série*. Ministério da Educação. Lisboa. (Disponível em: <http://dre.pt/pdfgratis2s/1991/08/2S188A0000S00.pdf>, consultado em 29/06/2013).
- *Despacho nº 28 de 1991, Visitas de Estudo*. Regulamento de desenvolvimento de programas de geminação, intercâmbio escolar e visitas de estudo ao estrangeiro, Ministério da Educação.
- DOSSE, François. “*A História Local em migalhas: dos Annales à Nova História*”, São Paulo: Ensaio/ Campus; Campinas: Unicamp, 1992.
- FAGUNDES, José Evangelista. “*A História Local e o seu lugar na História: histórias ensinadas em Ceará – Miriam*”, Natal, Rio de Janeiro, 2006.
- FARIA, Maria Helena Mendes Nabais. “*Educação Histórica e Patrimonial: conceções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente*”, Universidade do Minho, Instituto da Educação, Setembro, 2011.
- FERNANDES, M. “*São João da Madeira – Cidade do Trabalho*”, Câmara Municipal de São João da Madeira, 1996.
- FERNÁNDEZ, G; RAMOS, A. “*Património Industrial, Turismo Cultural Y Rutas Turísticas para o desarrollo local sustentable*”, Caminhos de Geografia (Revista online), Vol.8, pp114 -129.
- Instituto Nacional de Estatística, I.P.- DMSI/SM - Serviço de Sistemas e Metainformação/Gabinete de Censos 2011, Lisboa, novembro 2009.

- GAMEIRO, Sara Margarida Dias Domingues da Mota. “A comunidade Local no ensino da História: Bases de Dados, Competências e Gestão do Currículo”, História Moderna: Poderes, Ideias e Instituições. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Junho, 2009.
- GARAI, GalderGuenaga; SARATXAGA, GoizaldeHernardo. “Nuevo paradigma turístico del siglo XXI: elejemplodel *Turismo Industrial*”, Revista Turismo e Desenvolvimento, nº 1/2012, pp. 61-76.
- GARCÍA, Rosário Navalon; CÁNOVAS, Elisa Rico. “Diversificación y diferenciación de los destinos turísticos tradicionales a partir de la valorización del patrimonio industrial: retos e oportunidades para el *Turismo Industrial* en la Costa Blanca (España), Revista Turismo e Desenvolvimento, nº 1/2012, pp. 121-132.
- IGESPAR. “Jornadas Europeias do Património 2012 – O Futuro da Memória”, 28 a 30 de Setembro, 2012.
- GONÇALVES, Maria de Almeida. “*História Local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância*”, In MONTEIRO, Ana Maria, et all (org.) “*Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*”, Rio de Janeiro: Mauadx: Faperj, 2007, p.175 – 185.
- LEVI, Geovanni. “*Sobre a micro-história*”, In: BURKE, Peter (Org.). “A escrita da Hsitória”. São Paulo: UNESP, 1992, pág.133-161.
- LÉVI-STRAUSS, Laurent. “Patrimônio Imaterial e Diversidade Cultural: O Novo Decreto para a Proteção dos Bens Imateriais” (tradução de Jeanne Marie Claire Sawaya) In, Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial, Dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial, Brasília. 4ª ed., 2006, págs. 79-82.
- MATTOSO, José. “ A função social da História no Mundo de Hoje”, Lisboa: Associação Portuguesa de História, Coleção Estudos/Reflexões, 1999.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais. Lisboa: Ministério da Educação – DEB, 2001.

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais - História. Lisboa: Ministério da Educação – DEB, 2001.
- MOGARRO, Maria João; GUERRA, Marcolina; HENRIQUES, Hélder. “Cultura Material e Património Educativo – o caso do Liceu de Portalegre.
- MONTEIRO, Manuela – Intercâmbios e visitas de estudo. In CARVALHO, Adalberto Dias de (Org.) – Novas Metodologias em Educação. Porto: Porto Editora, 1995 pp. 173-196.
- NASCIMENTO, E. C.. "Educação histórica e património imaterial: a lenda da caveirinha no processo de ensino e aprendizagem histórica (2010) ”. *Anais Eletrónicos do IX Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História*. 18, 19 e 20 de abril de 2011, Florianópolis/SC.
- *Ofício Circular* 01/09 de 03 de Fevereiro de 2009, Equiparação de Visitas de Estudo a Atividades Letivas, Ministério da Educação, Direção Regional de Educação do Norte.
- *Ofício Circular* 21/094 de 11 de Março de 2004, Visitas de Estudo ao estrangeiro e em território nacional, intercâmbios escolares, passeios escolares e colónias de férias, Ministério da Educação, Direção Regional de Educação do Norte.
- OLIVEIRA, Hélder Tiago Ferreira Trigo. “Geografia, História e Paisagem: uma experiência pedagógica de integração de saberes no âmbito de uma visita de estudo”, Porto, Setembro, 2011, pág.18-30.
- Plano Anual e Plurianual da Escola Secundária Serafim Leite, consultado em www.essl.pt, em 20 de Março de 2013.
- PELIZZARI, Adriana; KRIEGL, M^a de Lurdes; BARON, Márcia; entre outros. “Teoria da Aprendizagem Significativa segundo Ausubel”, Revista PEC, Curitiba, vol.2, nº 1, p.41-42, Julho 2001-Julho 2002.
- PERIAÑEZ, Rafael; CALVO-MORA, Arturo; RUFINO, José; CRIADO, Fernando. “La gestión de las actividades del *Turismo Industrial* desde la perspectiva del PNE 3032001”, Revista Turismo e Desenvolvimento, nº 1/2012, pp. 105-120.

- PINTO, Maria Helena Mendes Nabais Faria. “Educação História e Patrimonial: concepções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente”, Universidade do Minho, Instituto de Educação, Setembro, 2011.
- Portaria nº 1350/2006 de 27 de Novembro. Nº 228/2006 - I Série. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
- Projeto Educativo da Escola Secundária Serafim Leite, 2005 -2008, consultado em www.essl.pt, em 02 de Março de 2013.
- Projeto Educativo da Escola Secundária Serafim Leite, 2010 -2013, consultado em www.essl.pt, em 02 de Março de 2013.
- Projeto Curricular da Escola Secundária Serafim Leite, consultado em www.essl.pt, em 02 de Março de 2013.
- *Regulamento Interno* da Escola Secundária Serafim Leite, consultado em www.essl.pt, em 17 de Abril de 2013.
- REVEL, Jacques (Org.)”*Jogos e escalas, a excelência da microanálise*”, Tradução: Dora Rocha, Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- RÜSEN, Jorn. “Razão Histórica. Teoria da História: fundamentos da ciência histórica”. Brasília: Editora UNB, 2001.
- SAMUEL, Raphael. “*A História Local e História Oral*”, Revista Brasileira de História, São Paulo, v.9, nº19, pág.219-243, set.89/fev.90.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene Rosa (Orgs.). “*Encontro Perspetivas do Ensino de História*”, 3, 1999. Curitiba. Anais...Curitiba, PR: Aos Quatro Ventos, 2004.
- SILVA, Edcleiton Eles. “*História Local e Memória: resgate histórico da actividade na Praia de Muriú (1960-1980)*”, Ceará – Mirim, Rio de Janeiro, 2009.
- SILVA, Giane de Souza. “*História Local: uma experiência em Educação Histórica*”, Londrina, 2009.
- TELES, Susana Maria Machado. “O Património como fonte de desenvolvimento sustentável nas zonas rurais do interior do Norte de Portugal: o caso do concelho de Vieira do Minho nas últimas três década”, Porto, 2009, p. 254.

- UNESCO. “Carta Internacional sobre o Turismo Cultural – A gestão do Turismo nos locais de Património Significativo” adoptado por ICOMOS, 12ª Assembleia Geral, México, Outubro, 1999.
- UNESCO. “Convenção para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial”, 32.º Sessão, Paris, 29 Set. a 17 Out. 2003.
- VILLAR – CABALLO, Maria Belen. “A cidade Educadora”, Instituto Piaget, 2001, p. 14.

Sitografia

- www.cfpic.pt (consultado em 05 de Agosto de 2013).
- www.ctcp.pt (consultado em 05 de Agosto de 2013).
- www.cm-sjm.pt (consultado em 31 de Julho 2013).
- www.cortadoria.pt (consultado em 05 de Agosto de 2013).
- www.Evereste.pt (consultado em 05 de Agosto de 2013).
- www.Fepsa.pt (consultado em 05 de Agosto de 2013).
- www.Heliotextil.pt (consultado em 05 de Agosto de 2013).
- www.Helsar.pt (consultado em 05 de Agosto de 2013).
- www.turismoindustrial.cm-sjm.pt (consultado em 05 de Agosto de 2013).
- www.Viarco.pt (consultado em 05 de Agosto de 2013).

Anexos Digitais em CD